


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MOACIR DE FREITAS JUNIOR

O industrial e o salário:
a contribuição de Roberto Simonsen para os estudos sobre o
padrão de vida dos trabalhadores no Brasil.



ARARAQUARA – S.P.
2013

MOACIR DE FREITAS JUNIOR

O industrial e o salário:
a contribuição de Roberto Simonsen para os estudos sobre
padrão de vida de trabalhadores no Brasil.

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Angelo Del Vecchio

ARARAQUARA – S.P.
2013

MOACIR DE FREITAS JUNIOR

O industrial e o salário:
a contribuição de Roberto Simonsen para os estudos sobre
padrão de vida de trabalhadores no Brasil.

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Angelo Del Vecchio

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: PROF. DR. ANGELO DEL VECCHIO
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP

Membro Titular: PROF. DR. JOÃO LUIZ PASSADOR
Universidade de São Paulo – USP – FEARP

Membro Titular: PROFA. DRA. CARLA GANDINI GIANI MARTELLI
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP

Membro Titular: PROFA. DRA. VERA ALVES CEPEDA
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

Membro Titular: PROF. DR. OSWALDO MARIO SERRA TRUZZI
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Ao Seu Moacyr, Dona Lena, Gustavo e Natália, por tudo.

À Fabiana: “confessar, sem medo de mentir, que em você encontrei inspiração para escrever” (Roupa Nova). Te amo!

Aos companheiros do Partido Pátria Livre, herdeiros da tarefa deixada por Simonsen.

AGRADECIMENTOS

No agora distante ano de 1998, quando a UNESP me recebeu ainda jovem para começar os estudos em Ciências Sociais, imaginei muitas coisas para meu futuro. Nenhuma delas contava com este momento. Já se vão, pois, 16 anos do dia em que pela primeira vez pisei os pés na agradável grama da entrada desta Casa onde terminei meu amadurecimento pessoal e dela saí pronto para o combate da vida, mas prestes a retornar. E assim o foi com o Mestrado, agora com o Doutorado e, minha maior honra, como professor substituto do curso de Administração Pública por céleres e intensos dois anos e seis meses. Mas nada disso foi feito sozinho. Logo, nada mais justo do que, no mais importante momento profissional que já vivi até aqui, agradecer aos que contribuíram para que este dia chegasse.

Assim, gostaria de agradecer a meu orientador, Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio, que sem dúvida foi o principal artífice da minha ainda incipiente carreira científica. Bendito seja o dia em que, reprovado em um concurso, pude encontrar com aquele que me abriria as portas de um mundo no qual não me imaginava com condições de entrar. Mas absolutamente se trata de coincidência: é que a bola procura o craque! Angelo, muito obrigado. Mais está por vir.

Também gostaria de agradecer imensamente aos professores da banca e me desculpar pela correria que eu trouxe para todos nestes últimos tempos. Especialmente, agradecer à Profa. Vera Cepeda, que a bem da verdade foi uma espécie de co-orientadora informal deste trabalho.

Agradecer, ainda, aos meus familiares, Fernando e Ana Júlia, Seu Bento, Santana e Flávia, pela torcida e apoio.

Por fim, agradecer aos alunos e professores do Departamento de Administração Pública, o que faço em nome dos Prof. Sérgio Fonseca e Patrícia Marchetto, pelo estímulo e pela paciência que me dedicaram nestes anos de convivência.

E a todos os que não pude citar porque a página está acabando, saibam que a gratidão é um valor por mim cultivado pela certeza de que a humanidade é coletiva e que ninguém consegue nada sozinho. Muito obrigado!

RESUMO

O intento desta tese é investigar a contribuição de Roberto Simonsen para o conhecimento e a melhora das condições de vida dos trabalhadores no Brasil. Nossa hipótese é a de que o intelectual contribuiu de maneira fundamental para que o tema das condições de vida dos trabalhadores, especialmente dos operários, fosse inserido em uma agenda mais ampla, a do nacional-desenvolvimentismo, para a qual também contribuiu de maneira significativa, conforme debateremos ao longo deste trabalho. A obra de Simonsen é ampla e aborda aspectos variados, que se estendem desde os problemas centrais de nossa história econômica e social até questões relativas ao associativismo empresarial. Optamos por este tema porque entendemos que Simonsen tinha uma especial atenção para o tema das condições de vida e entendia que a superação da pobreza era a chave para que o Brasil se tornasse um país desenvolvido economicamente. Entendemos e pretendemos demonstrar ao longo do trabalho que foi a partir da constatação da situação de carestia em que a classe trabalhadora vivia no Brasil que o autor desenvolveu seus importantes conceitos sobre a economia e sobre a necessidade da industrialização como forma de superação da pobreza, sendo o tema o centro de suas teorias, o cerne, o alicerce do qual partiu para erguer o corolário de ideias sobre o Brasil e o mundo que o consagraram como um pensador do Brasil.

Palavras – chave: condições de vida. Nacional-desenvolvimentismo. Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The intent of this thesis is to investigate the contribution of Roberto Simonsen, for knowledge and improvement of living conditions of workers in Brazil. Our hypothesis is that the intellectual contributed in a fundamental way to the theme of the living conditions of workers, especially workermens, was inserted into a broader agenda, that of national developmentalism, to which she also contributed significantly, as we will discuss throughout this work. The work of Simonsen is broad and covers various aspects, which extend from the central problems of our economic and social history to issues relating to business associations. We chose this theme because we believe that Simonsen had a special attention to the issue of living conditions and understand that overcoming poverty was the key for Brazil, to become a developed country economically. We understand and we intend to demonstrate over the work, that was based on the statement of the situation of famine in the working class lived in Brazil, that the author developed his important concepts, about the economy and about the need for industrialization as a means of overcoming poverty, and the subject at the center of their theories, the core, the foundation of which went to build the corollary ideas about Brazil and the world consecrated as a thinker of Brazil.

Keywords: Living conditions. National - Developmentalism. Underdevelopment

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
SEÇÃO I – O PROJETO INDUSTRIALISTA E AS CONDIÇÕES DE VIDA	22
SEÇÃO II – SURGE PARA ROBERTO SIMONSEN A QUESTÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA (1913-1928)	61
2.1 Organizar o trabalho de maneira racional	63
2.2 A tomada de consciência sobre os problemas econômicos	80
SEÇÃO III – A SOCIOLOGIA PARA ENTENDER A REALIDADE SOCIAL (1928-1934): A FUNDAÇÃO DA ELSP E AS PESQUISAS SOBRE A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES DE SÃO PAULO	86
3.1 A sociologia como ciência capaz de racionalizar a economia e a sociedade	87
3.2 A fundação da ELSP: entender a realidade do Brasil	98
3.3 A contribuição de Simonsen para a Sociologia brasileira	108
3.4 Pobreza e subdesenvolvimento: a tese de Roberto Simonsen	111
SEÇÃO IV – CONDIÇÕES DE VIDA: A FORÇA DE UMA IDEIA E UMA IDEIA FORÇA NA OBRA DE ROBERTO SIMONSEN (1928-1948)	113
4.1 Fundação da CIESP e a ideia da industrialização como superar a pobreza	115
4.2 A força de uma ideia. E a ideia força	116
4.3 Teoria e prática: a atuação de Simonsen como Deputado e como líder de classe na defesa da industrialização como forma de elevar o padrão de vida	128
4.4 Um Plano Marshall para o Brasil e para a América Latina	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
BIBLIOGRAFIA	163

INTRODUÇÃO

O intento desta tese é investigar a contribuição de Roberto Simonsen para o conhecimento e a melhora das condições de vida dos trabalhadores no Brasil. Nossa hipótese é a de que o intelectual contribuiu de maneira fundamental para que o tema das condições de vida dos trabalhadores, especialmente dos operários, fosse inserido em uma agenda mais ampla, a do nacional-desenvolvimentismo, para a qual também contribuiu de maneira significativa, conforme debateremos ao longo deste trabalho.

A obra de Simonsen é ampla e aborda aspectos variados, que se estendem desde os problemas centrais de nossa história econômica e social até questões relativas ao associativismo empresarial. Obras como “O trabalho Moderno Organizado”, de 1919, “Orientação Industrial Brasileira”, de 1928, “Rumo à Verdade”, de 1933, “Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras”, de 1934, “A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face do Plano Marshall”, de 1948, “La doctrina Simonsen de un derecho internacional social”, entre outras de igual importância, além de clássicos como “História Econômica do Brasil”, reeditada em 1977, e “Orientação Industrial do Brasil e outros Estudos”, reeditado em 1973 e organizado por Edgar Carone, são mostras da importância intelectual e científica de Simonsen e de sua obra.

Procuramos rastrear no interior dessas produções aquelas que se referem ao tema das condições de vida de famílias de trabalhadores, área na qual o autor interveio e militou. Optamos por este tema porque entendemos que Simonsen tinha uma especial atenção para a questão das condições de vida e entendia que a superação da pobreza era a chave para que o Brasil se tornasse um país desenvolvido economicamente – situação esta que somente se consolidaria pela adoção da indústria como modelo de produção.

Entendemos e pretendemos demonstrar ao longo do trabalho que o autor desenvolveu seus importantes conceitos sobre a economia e sobre a necessidade da industrialização como forma de superação da pobreza em muito por conta da constatação da situação de carestia em que a classe trabalhadora vivia no Brasil.

Tratando sistematicamente textos de estruturas diversas, tais como relatórios, discursos, artigos e livros, que, ademais, foram produzidos em tempos também diversos, propomos uma periodização destas produções. Outras organizações deste tipo já foram feitas, entre as quais se destaca a referência de Carone (1971), que propõe que a obra do criador da

FIESP seja dividida em “[...] dois momentos básicos: antes e depois de 1930” (CARONE, 1971, p.24) e de Cepeda (2004), que divide em três fases a produção de Simonsen.

Basicamente, o critério utilizado por Carone (1971) e por Cepeda (2004) para estabelecer tais marcos divisórios são, em nosso entendimento, de duas naturezas. Para Carone, os acontecimentos históricos que marcaram o Brasil no começo da década de 1930, amplamente conhecidos e debatidos, alteraram as configurações sociais, políticas e econômicas brasileiras, o que teria levado Simonsen a tratar mais especificamente dos temas econômicos, sendo esta a fase mais analisada de sua obra.

Já Cepeda (2004) opta por dividir a obra de Simonsen em fases a fim de melhor compreender seu pensamento, que nem sempre aparece organizado de modo evolutivo. Cepeda alterna conceitos anteriores e antecipa ideias que só ganhariam corpo tempos depois, além de também ter notado o que entendeu ser uma mudança de discurso de Simonsen, que deixa uma posição de conciliação com a parcela agroexportadora da burguesia e passa ao confronto direto com tal vertente sem maiores explicações. Dessa forma, Cepeda torna mais complexa a organização dos pensamentos de Simonsen, construídos no influxo de acontecimentos que transformaram profundamente a realidade brasileira do período. A respeito, a autora explica que

Embora Simonsen seja reconhecido em seu papel de ideólogo e dirigente, esta liderança é truncada, marcada por inúmeros percalços como se fosse sendo remodelada e transformada pelo próprio fluxo dos acontecimentos ou das exigências conceituais que formatavam uma perspectiva político-ideológica. Pode ser destacada a oscilação no tratamento de determinados temas como a questão de complementação versus antagonismo entre agricultura e indústria, a relação de aceitação versus ruptura com as normas da divisão do comércio internacional, a afirmação da racionalização ou da regulação como eixo do problema econômico nacional. Esta variação temática, que afeta diagnóstico e prognóstico, é compreensível em uma obra que se abriga sob quatro décadas de elaboração conceitual e que é produzida para a ação. Os trabalhos de Simonsen parecem espelhar uma transformação nas percepções e elaborações teóricas sob o impacto das mudanças de conjuntura ou confrontos encontrados ao longo de sua batalha pela industrialização do país. (CEPEDA, 2004, p.6).

Para nosso intento, adotamos opção pouco diferente, pois trata-se de analisar apenas aquelas produções voltadas ao debate sobre a condição de vida de trabalhadores. Nesse sentido, entendemos que num primeiro momento, situado na década de 1910, Simonsen trava contato com o tema através das atividades da Companhia Construtora de Santos, por ele fundada e dirigida e que funcionou entre 1912 e 1940.

Além dos aspectos inovadores desde um ponto de vista do empreendedor, a companhia dedicou-se à construção de moradias populares em localidades pouco atendidas pelo poder municipal santista, mais especificamente o bairro hoje conhecido como Vila Belmiro. Este bairro popular resultou de investimento de um braço da empresa, a Companhia Santista de Habitações Econômicas.

A própria escolha do segmento habitacional indica a preocupação com a condição operária, que implicava em moradias precárias. Por isso, o empresário elaborou e levou a efeito um projeto de vilas populares no qual “[...] fossem observados os mais rigorosos preceitos técnicos, desde a locação até a construção de seus mínimos detalhes”. (SIMONSEN, 1932, p.39).

As atividades da Companhia desenvolvem-se num período em que ocorreu o surto da chamada gripe espanhola (1918), que motivou a constituição de uma comissão municipal para a contenção da epidemia, da qual Simonsen participou. Essa experiência permitiu a ele que conhecesse outra dimensão da vida operária, que associava a pobreza à vulnerabilidade da saúde, uma vez que o maior número de vítimas em Santos provinha dessa classe social.

Essa fase pode, ao modo de Carone, ser considerada preâmbulo daquela na qual Simonsen intervém de forma mais incisiva nos problemas relacionados à condição operária e o faz mediante a criação de instrumentos científicos. Algumas iniciativas desse período anunciam e preparam o envolvimento sistemático nos problemas do trabalho e do trabalhador. A publicação de “O trabalho moderno”, de 1919, é certamente um momento significativo para a inflexão que se daria nos anos 1930.

O marco mais importante desse período está relacionado ao seu envolvimento na constituição da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, e a posterior realização das pesquisas sobre as condições de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo, que esta instituição realizou entre os anos de 1933 e 1937, que já no Manifesto surgiam como o centro da iniciativa:

Os instrumentos e processos de ensino em vigor se permitem a formação de profissionais distintos, de especialistas notáveis, e acoçoam, por outro lado, especulações individuais, pesquisas isoladas, e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal. Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um certo centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas

vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social. (ELSP, 1933, p.1).

A elaboração intelectual sobre as transformações pelas quais o Brasil passava no período, tanto do ponto de vista econômico como social, foram alicerces de sua atuação na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

A realização de duas pesquisas sobre a condição de vida dos trabalhadores de São Paulo, a primeira de 1933 sob o comando do Professor Horace Davis, e a segunda de 1937, encabeçada pelo Professor Samuel Lowrie, ao tempo em que materializaram uma concepção de ciência social esposada por Simonsen, forneceram as bases científicas para o estabelecimento não apenas dos parâmetros salariais básicos, mas, também, da metodologia para estudos de tal natureza, que, em termos fundamentais, persiste até os dias atuais.

Em “Rumo à Verdade”, título que deu ao seu discurso quando da inauguração da ELSP, Simonsen afirmou sua afinidade com tal método ao abordar a obra de Le Play, especialmente *Les ouvriers européens* (LE PLAY, 1855), pois em seu entendimento, esse autor seria o pioneiro da sociologia aplicada, dirigida especificamente para a solução de uma questão concreta, adequada, portanto, a seu entendimento sobre as ciências sociais. (SIMONSEN, 1933, p.15).

As pesquisas empreendidas pelos sociólogos americanos em São Paulo tiveram, cada qual, propósitos diferentes. A primeira, coordenada pelo Prof. Horace Davis durante o ano de 1934, constituía “[...] um dos exercícios práticos previstos pelo regulamento da Escola” (DEL VECCHIO E DIEGUEZ, 2008, p.115). Realizada em parceria com o Instituto de Educação e o Instituto de Higiene de São Paulo e com a participação de educadoras sanitárias do Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, tinha por objetivo determinar o consumo de 221 famílias operárias residentes em 39 bairros da capital paulista no período de um mês, em particular no que se refere à alimentação.

Sob o título “Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo”, o relatório do inquérito foi publicado no volume XIII da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, de 1935. Além de investigar o regime alimentar das famílias, a pesquisa visava a outros objetivos, entre os quais se destacam o estabelecimento de referências para o estudo das condições e do custo de vida no País e a formação de pesquisadores capazes de dominar e desenvolver praticamente a metodologia para o tratamento científico de temas dessa natureza, em especial por meio da interpretação das estatísticas sociais.

A segunda pesquisa, coordenada pelo Prof. Samuel Lowrie e realizada nos anos de 1936 e 1937, teve por objeto as famílias dos operários da Limpeza Pública da cidade de São Paulo. O levantamento de campo compreendeu três períodos de observação, de um mês cada, entre novembro e dezembro de 1936, janeiro e fevereiro, abril e maio de 1937. O relatório do estudo foi publicado no volume LI, ano V, da *Revista do Arquivo Municipal*, sob o título “Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da Limpeza Pública da municipalidade de São Paulo”.

O texto faz referência ao arcabouço legal constituído desde 1934, compreendido pela Constituição naquele ano promulgada e pelos Decretos n.º 185 e n.º 399 (DEL VECCHIO E DIEGUEZ, 2008, p.184), o qual objetivava o estabelecimento e a regulamentação de níveis salariais que garantissem as condições básicas de subsistência do trabalhador. Inspirado e provavelmente premido por esse conjunto de leis, o governo municipal tomara a iniciativa de realizar a pesquisa, que, além de investigar o custo de vida de um dos grupos de mais baixo salário, tinha por objetivo principal introduzir na administração municipal paulistana as normas legais de vigência do salário mínimo. Era intenção dos autores que essa iniciativa fosse exemplar, de forma que se irradiasse como padrão a outros entes da administração pública paulista. (DEL VECCHIO E DIEGUEZ, 2008, p.185).

O ponto culminante desta fase é a participação de Simonsen nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, que surgiram sistematizados na publicação “Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras”. (SIMONSEN, 1934).

A partir da inscrição dos dispositivos relativos ao estabelecimento do salário mínimo na Carta de 1934, Simonsen irá ampliar sua intervenção a outras áreas e progressivamente a questão surgirá de modo mais pontual e referida ao contexto mais amplo do desenvolvimento econômico e social do país. Esta seria uma terceira fase de seu envolvimento com o tema. Nela o tema adquire mais claramente as embocaduras da busca pela racionalização da produção e do trabalho, bem como da harmonização de classes, esta já embrionariamente presente em intervenções da primeira fase.

São estas as questões que pretendemos pontuar nas seções desta tese, enriquecidas com as contribuições dos vários pensadores deste fértil período da história do Brasil. Mas estudar um autor não “cientista” na acepção da palavra, um misto de intelectual, empresário, liderança política, enfim, uma personalidade complexa como a de Roberto Simonsen, exige, em nosso ver, um assento que nos permita reconhecer a importância científica de sua obra para a história política e do pensamento social brasileiros, debate que dominou os pensadores e pensamentos políticos, econômicos e sociais do Brasil por quase um século.

Simonsen tornou-se um dos maiores líderes da burguesia industrial do Brasil da época. Foi, em grande parte, graças a suas ações que os industriais atuaram buscando influenciar a política econômica de então. E sua ascensão como liderança e como pensador de sua classe deu-se ao mesmo tempo em que, no Brasil, ocorria, especialmente a partir da década de 1930, a implantação do capitalismo industrial, o fortalecimento do Estado como fator decisivo para a industrialização e, conseqüentemente, a chegada da burguesia nacional ao poder.

Sobre essa questão, Ianni (1989) explica que o Estado ocupou o centro decisório do desenvolvimento industrial brasileiro, atuando por meio de intervenção direta na economia e na sociedade, de forma a organizar as condições já existentes e criar as restantes para a implantação da nascente burguesia e de sua ideologia.

O autor ainda explica que, como nos países subdesenvolvidos, o processo de industrialização significa uma ruptura, ainda que parcial, com a ordem estabelecida. Para que a burguesia industrial consolidasse sua hegemonia na sociedade e em sua própria classe, era preciso criar uma ideologia capaz de convencer os demais setores sociais a respeito das vantagens que o capitalismo industrial traria para o país.

Para tanto, associaram a industrialização com o desenvolvimento e a modernidade, de forma a tornar válidos todos os esforços empregados nesse sentido, especialmente os praticados pelo Estado e pelas demais classes sociais. Essa ideologia era o desenvolvimentismo, que seria, então, o instrumento ideológico utilizado pela burguesia industrial para consolidar sua hegemonia na sociedade e em relação às demais classes.

No entanto, mesmo já havendo no mundo todas as categorias do capitalismo desenvolvidas ou realizadas, inclusive sua negação socialista, para que tal transição acontecesse internamente, era essencial o engajamento do Estado, tanto na economia quanto na sociedade.

Foi preciso, desse modo, que, além das condições criadas pela economia cafeeira, houvesse uma crise na economia mundial que precipitasse a transformação econômico-social do Brasil, a cargo do Estado. Dessa maneira, a precipitação das condições para a implantação do capitalismo industrial encontrou uma sociedade com classes de constituição débil, sem partidos ou organizações capazes de fazer repercutir sua ideologia ou de realizar as possibilidades que se encontravam abertas. Daí a necessidade do Estado de atuar em todas essas frentes, agindo como o mediador da *práxis* burguesa, sem o qual a mesma não se estabeleceria por completo. (IANNI, 1989, p.108).

É nesse contexto histórico que a busca pelo desenvolvimento econômico e a ascensão da classe burguesa ganha contornos mais nítidos, bem como se fundam as relações de poder

entre os industriais, o proletariado, os produtores rurais e o capital internacional, sendo também esse o momento em que Simonsen constrói suas formulações a respeito dos problemas brasileiros.

Foi também nesse mesmo contexto histórico (as três principais décadas, de 1910 a 1940, em que ocorreram as transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o Brasil no período) que Simonsen desempenhou suas atividades intelectuais de forma mais marcante, abrindo a discussão sobre o problema do subdesenvolvimento que afetava o Brasil e outras nações da América Latina e do Mundo. E foi propondo soluções para a superação dessa questão que Simonsen contribuiu, portanto, para a formulação do modelo nacional-desenvolvimentista, anos depois.

Melhor situando a condição e a importância intelectual da obra de Simonsen e sua conexão com a questão da superação do subdesenvolvimento, Vera Cepeda (2007) aponta que o problema fundamental com o qual a obra de Simonsen debateu-se era o subdesenvolvimento do Brasil, suas causas e as maneiras pelas quais ele poderia ser superado. Esse posicionamento situar-se-ia na mesma chave interpretativa na qual atuaram Celso Furtado (1998) e Fernando Henrique Cardoso (1972), sendo que as diferenças entre as obras são também características do tempo em que cada um desses intelectuais atuou e dos resultados práticos advindos da aplicação dessas teorias.

A importância de Simonsen para o debate sobre o subdesenvolvimento também refletiu nas obras de Celso Furtado.

Vieira (2010) aponta que a releitura de *História Econômica do Brasil*, de Simonsen, teria levado o consagrado economista, um dos mais importantes teóricos cepalinos, a se inspirar na formulação de sua principal obra, *Formação Econômica do Brasil* (1998), onde Simonsen foi citado por Furtado exatas onze vezes, sendo que somente sete outros autores brasileiros foram utilizados.

Por sua vez, Corsi e Mendonça (2010) também apontam para outras diversas menções de Furtado à importância das obras de Simonsen para a formação de seu pensamento, reforçando, em nosso ver, a veracidade da premissa de que o legado intelectual do empresário foi em grande parte herdado pelos desenvolvimentistas.

Neste sentido, Colistete (2007) afirma que o pensamento cepalino foi muito bem recebido pelos industriais quando de seu lançamento, inaugurando uma nova fase na busca pela industrialização brasileira, uma vez que recuperava os argumentos historicamente defendidos pela entidade nas décadas anteriores, quase todos formulados por Simonsen.

De fato, as teses cepalinas juntaram-se às idéias de Friedrich List, Michail Manoilescu do próprio expoente dos industriais paulistas, Roberto Simonsen, idéias essas que haviam dado suporte à atuação dos industriais em diversas instâncias de governos e da sociedade. (COLISTETE, 2007, p.3).

Há ainda diversas outras obras e autores que embasam a importância científica de Simonsen para o debate sobre o desenvolvimentismo, praticamente todos inseridos e debatidos ao longo desta tese, tais como Carone (1971 e 1977), Bielschowsky (2000), Lima (1976), Del Vecchio e Diéguez (2008), Maza (2004), entre outros.

De maneira muito simples e sintética, Roberto Simonsen entendia que enquanto persistisse a divisão do trabalho na qual cabia aos países latino-americanos, no caso, o Brasil, o papel de exportador de produtos primários, jamais deixaríamos de ocupar a posição de periferia do mundo. Isto porque tal modelo, ao contrário do que parecia, não trazia o desenvolvimento, mas aumentava a pobreza e a baixa produtividade, conforme se podia verificar pela própria condição de vida dos operários brasileiros, e, também por conta disso, impedia a expansão do capitalismo e alimentava a luta de classes, que o autor entendia como um despropósito, uma irracionalidade.

Neste quadro, o caminho a ser seguido pelo Brasil seria o da industrialização, que de uma só tacada conseguiria racionalizar o trabalho e aumentar a produção, conseqüentemente aumentando os ganhos da classe operária, que por sua vez teria ampliado seu poder de compra e, daí em diante, o ciclo do capitalismo se desenvolveria, não espontaneamente, mas com o planejamento do Estado, a fim de não permitir desequilíbrios e de explorar de maneira mais racional as forças de produção.

Esta rápida síntese, que traz conceitos muito complexos e que serão melhor trabalhados ao longo da tese, nos mostram a grandeza e a profundidade do pensamento de Simonsen. Suas teorias sobre a divisão internacional do trabalho, o papel da industrialização e o peso da pobreza sobre o capitalismo surgiram em suas obras décadas antes de ganharem o mundo por meio dos trabalhos da CEPAL, para ficarmos apenas em um exemplo, reforçando nosso argumento passado de que o autor e suas obras são de total interesse científico e sociológico.

Parte fundamental destas obras trata das condições de vida dos operários. Nosso entendimento é de que o tema não é somente mais uma vertente debatida por Simonsen, mas o centro de suas teorias, o cerne, o alicerce do qual partiu para erguer o corolário de ideias sobre o Brasil e o mundo que o consagraram como um pensador do Brasil, conforme pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho.

Presente em todas as etapas de seu pensamento, a condição da vida operária – e sua superação – é, em nosso entendimento, o elo entre as ideias debatidas pelo autor antes de 1930, quando ainda não estavam claros os caminhos pelos quais o Brasil superaria o subdesenvolvimento (e nem a própria ideia de subdesenvolvimento enquanto tal), com as elaboradas ideias de industrialização, planejamento econômico e outras esposadas por Simonsen já nos anos 1940, quando se tornou deputado e depois senador e contribuiu para a formulação do salário mínimo, passando pela década de 1930, em que o tema instruiu e acelerou a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), cuja marca, não por acaso, foram as pesquisas sobre a condição de vida dos trabalhadores de São Paulo, as quais veremos mais adiante neste trabalho.

Roberto C. Simonsen, breves notas biográficas

Desde jovem, Roberto Simonsen demonstrou características de liderança, de perseverança e de inquietação com os problemas nacionais. Estes comportamentos forneceram caminhos para a melhor compreensão de seus pensamentos e ações ao longo de sua vida.

Empresário, engenheiro, professor, intelectual, Simonsen estendeu sua participação social ao máximo. Nascido em 18 de fevereiro de 1889, aos quinze anos foi aceito como aluno da Escola Politécnica de São Paulo, na qual se formou engenheiro em 1909, com vinte anos. Em seguida, trabalhou na *Southern Brazil Railway* e, em 1911, foi o diretor de obras da cidade de Santos/SP.

Aos vinte e quatro anos, em 1912, fundou a Companhia Construtora de Santos, da qual foi presidente até o fim da vida e de cujos assuntos cuidava pessoalmente. Esta empresa foi pioneira na adoção da administração científica de modelo taylorista e em novas relações de trabalho com os operários. A mais destacada delas a criação de uma Junta de Conciliação para dirimir eventuais conflitos entre patrões e empregados.

No mesmo período, Simonsen participara de diversas outras missões e congressos internacionais representando o Brasil, notadamente, no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, em Paris, cujos resultados trazidos pelo empresário praticamente iniciaram a cultura de algodão brasileira, bem como da Conferência Internacional do Trabalho, em Washington.

Conforme descreve Aníbal Fonseca (1952), foi a partir dos trabalhos da Cia Construtora de Santos que Simonsen aproximou-se de Pandiá Calógeras, então Ministro da

Guerra, que conhecera quando ambos participaram da Missão Comercial Brasileira à Inglaterra. Destas relações desenvolveu-se o projeto, confiado a Cia Construtora de Santos, da construção dos quartéis do Exército – 59 unidades, espalhadas por 36 cidades dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Em Santos, a Cia Construtora deixou legados importantes, tais como parte da pavimentação urbana, armazéns, bancos, a Bolsa de Café, a Associação Comercial, a Base de Aviação Naval e parte importante do bairro Vila Belmiro, inclusive o estádio, cuja ideia original era a de ser uma vila popular.

Também foi nesta época que o lado de liderança política e de classe social de Simonsen manifestou-se de maneira mais aguçada. Tornou-se o presidente do Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos, do Instituto de Engenharia de São Paulo e presidente fundador do Centro de Construtores e Industriais de Santos, bem como membro do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, oportunidade na qual suas palestras, conferências e debates (compilados na obra “À Margem da Profissão”, de 1932, discutida nas seções seguintes deste trabalho) já traziam partes importantes de seus pensamentos.

Na década de 1920, participa ativamente das articulações das elites industrialistas na defesa de seus interesses, em parceria com Evaldo Lodi, Jorge Street, Horácio Lafer, José Ermínio de Moraes e outras lideranças, cujo resultado mais expressivo foi a fundação do CIESP, em 1928, para a qual sua participação foi fundamental. Seu discurso na ocasião da fundação, “Orientação Industrial Brasileira”, lançou as bases do projeto industrialista e continha os elementos agregadores da burguesia nacional de então na busca pela implantação de uma política econômica mais favorável aos interesses industriais.

A Revolução de 1930 catalisou a participação política de Simonsen. Em 1932, combateu ao lado dos paulistas, comandando a transformação do parque industrial em máquina de guerra, o que lhe rendeu um curto período de exílio na Argentina.

De volta ao país, fundou a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, outro marco de sua atuação, cujo objetivo era o de formar uma elite de pensadores capazes de acelerar a compreensão científica dos problemas nacionais e propor soluções práticas, como gostava de definir – temas que trataremos de maneira aprofundada na Seção III deste trabalho.

Em 1934, foi eleito deputado federal constituinte. Sua atuação concentrou-se em inscrever no texto constitucional medidas de proteção e elevação do padrão de vida dos trabalhadores, além de outros direitos sociais, obtendo êxito em todos os casos. Participou

ainda das comissões de Legislação Social, Diplomacia e Tratados e Código do Ar. (FONSECA, 1952, p.60).

Também é em 1930 que Simonsen aproxima-se de Getúlio Vargas com o intuito de ganhá-lo como aliado para a causa industrial, o que somente se consolidou a partir de 1937, com o Estado Novo – oportunidade na qual o governo adotou como política econômica a substituição das importações, primeiro passo para a consolidação do industrialismo.

Na década de 1940, a última de sua vida, Simonsen consolidou as bases de seus pensamentos econômicos, cuja condensação deu-se, sem dúvida, nos debates que travou com Eugênio Gudin no Conselho Federal de Comércio Exterior sobre qual deveria ser a natureza da política econômica nacional. Simonsen defendera, em suma, que se o Brasil tinha qualquer pretensão de se tornar uma nação independente, precisaria controlar sua economia. E para tanto, o Estado teria o papel fundamental de ser não só o juiz, mas o planejador das atividades econômicas nacionais.

Ainda em 1940, Simonsen participou ativamente da construção da Usina de Volta Redonda, a primeira experiência em indústria de base nacional até então. Também neste período, participou ativamente do Primeiro Congresso de Economia, em 1943, do Primeiro Congresso da Indústria, em 1944, em que foi o apresentador da síntese das mais de 150 teses apresentadas cujo resultado foi o projeto industrialista propriamente dito, conforme destaca Humberto Bastos (1952) – em passagem que estudaremos a seguir – bem como do Congresso de Teresópolis, em 1945.

Em 1945, é eleito para membro da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de suas obras intelectuais no campo da história, da economia e da sociologia, entre outras.

Em 1946, lança-se candidato a Senador, concorrendo com Cândido Portinari à vaga pertencente a São Paulo e sagra-se vitorioso nas urnas. Sua curta atuação no Senado sempre foi em defesa da indústria e da economia nacional. Em reportagem biográfica sobre o autor, a Revista ISTOÉ Dinheiro destaca que Simonsen alertava para os reais interesses dos EUA no pós-guerra:

Político moderado, abriu os olhos do país para o valor do mercado, de grandes proporções, para a realidade do mundo do pós-guerra: os Estados Unidos não tinham o menor interesse na industrialização brasileira, os estabelecimentos industriais precisavam recuperar mais de uma geração de atrasados em relação aos países desenvolvidos e que, ninguém se iludisse, os controles protecionistas, além de restaurados, precisavam ser reforçados. (ISTOÉ DINHEIRO, 1998, p.24).

Em 1947, como vice-presidente da seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, defendeu a criação de um Plano Marshall para a América Latina, reforçando seus sentimentos de que o pós-guerra desviaria novamente o centro do desenvolvimento para a Europa, servindo a América Latina de mercado consumidor. (FONSECA, 1952, p.65).

Em 25 de maio de 1948, durante um discurso na Academia Brasileira de Letras em homenagem ao ex-primeiro-ministro belga Paul Van Zeeland, Simonsen teve um derradeiro ataque cardíaco e faleceu. A Revista ISTOÉ Dinheiro (1998) afirmou na mesma reportagem já citada:

Poucos sabem, mas a Academia era o sonho maior de Simonsen. Na primeira vez em que se candidatou a uma cadeira, na vaga de Manuel Bandeira, perdeu. [...] Pelo seu amor às letras, um amigo o definiu como o Joaquim Nabuco do século XX. A diferença é que, em lugar da libertação dos escravos, batia-se pela libertação econômica. (ISTOÉ DINHEIRO, 1998, p.33).

De acordo com Fonseca (1952), na ocasião de sua morte Roberto Simonsen era Senador, presidente da Cia Construtora de Santos; presidente da Cia Cerâmica São Caetano; presidente da Cia Paulista de Mineração; sócio da Sociedade Construtora Brasileira LTDA; diretor da Sociedade Imobiliária Santo André; presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Ainda, possuía os seguintes títulos: engenheiro civil pela Politécnica; membro dos Institutos Histórico e Geográficos de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro; da Academia Brasileira de Letras; da Academia Portuguesa de História de Lisboa; do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro; do Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Economia e Política, do Rio de Janeiro; do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE; presidente do Conselho de Economia da Confederação Nacional da Indústria; membro da Sociedade Capistrano de Abreu; do Instituto de Engenharia de São Paulo; do Conselho Consultivo do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo (IDORT); vice-presidente do Conselho Superior da Escola de Sociologia e Política de São Paulo; membro da *American Society of Civil Engineers*, de Nova York; do *Inter American Statistical Institute*, de Washington; da *Population Association of America*, de Washington; da *National Geographic Society*, de Washington; do Conselho de Editores (Economia do Brasil) do *Handbook of Latin American Studies*, de Harvard; da *Royal Geographic Society*, de Londres e do *British Institute of Philosophy*, de Londres. (FONSECA, 1952, p. 69-70).

Economia

Uma última questão se faz importante nesta introdução: os debates sobre a economia e as teses econômicas defendidas pelo autor não estarão diretamente presentes em nosso trabalho por opção metodológica.

Sendo o objetivo deste trabalho analisar o papel que o tema das condições de vida teve no projeto industrialista defendido por Simonsen, optamos por analisar com mais vigor as obras nas quais a questão da condição de vida surgisse como tema principal.

Por esta razão, que ressaltamos tratar-se de opção metodológica a fim de não ampliar demais o objeto de estudo do trabalho e evitar torná-lo rarefeito, o debate acerca de suas teses econômicas não foi incluído, uma vez que necessariamente não se passaram em torno das condições de vida, mas do projeto industrialista propriamente dito.

Ademais, tal análise já foi feita por outros autores, tais como Bielschowsky (2000), Cepeda (2004), Doellinger (2010) e outros, cujas interpretações estão distribuídas ao longo de nosso trabalho e as quais adotamos, guardadas as adequações necessárias.

Nosso trabalho, portanto, busca concentrar-se nesta base do pensamento de Simonsen, entendendo o desenrolar dos fatos e de suas ideias em uma perspectiva histórica que nos permita compreender porque um empresário industrial anticomunista via como chave superar a pobreza material, cultural, social, em uma palavra, as péssimas condições de vida da classe trabalhadora brasileira de sua época, para que o Brasil avançasse da condição de periferia para a de centro do mundo de então.

É o que passaremos a ver a seguir.

SEÇÃO I – O PROJETO INDUSTRIALISTA E AS CONDIÇÕES DE VIDA

A ideia central desta seção é dialogar com um conjunto de autores das ciências sociais brasileiras que trataram do tema do projeto industrialista da burguesia nacional e o tema das condições de vida no período histórico por nós analisado, a primeira metade do século XX. Nesse período, tais elites puderam, a seu modo e com as limitações que a realidade política da época lhes impunha, moldar um projeto de industrialização que lhes permitiu não só converter as bases econômicas do Brasil em industrialização como também levar suas ideias ao poder.

Neste contexto, o tema das condições de vida aparece mais forte na visão de Roberto Simonsen, que foi o principal expoente da burguesia industrial no período. Atores como Jorge Street, Evaldo Lodi, Horácio Lafer, entre outras lideranças industriais, tiveram papel importante no processo de consolidação desta nova parcela das elites, que buscava consolidar sua hegemonia. Nenhum deles, porém, construiu, em nossa visão, uma cadeia de pensamentos e ações tão articuladas como as de Simonsen, o precursor de teorias sociais e econômicas que, anos depois, se tornariam o norte do pensamento brasileiro e latino-americano. Entre essas, destacamos as teorias da “substituição de importações”, a do “subdesenvolvimento”, sobre a qual adotamos a análise de Cepeda (2004, 2007 e 2011), e suas teorias sobre a “condição de vida dos trabalhadores”, objeto do presente trabalho, bem como a importância vital da superação da pobreza para o desenvolvimento brasileiro.

Assim, nossa intenção nesta seção é colocar o projeto industrialista e o tema das condições de vida em perspectiva teórica histórica e extrair dos autores com os quais iremos trabalhar os elementos necessários para entender como a pobreza integrou o projeto e as contradições existentes entre as diversas interpretações. Desse modo, quando ingressarmos no pensamento de Roberto Simonsen nas demais seções, mais clara se tornará a compreensão da importância que o intelectual/empresário emprestou ao tema, o qual discutiu até o último trabalho de sua vida em 1948.

Iniciaremos tal análise sob uma perspectiva mais ampla, pela obra “Pensamento Social no Brasil” (2004), de Octávio Ianni, em que o autor repassa as teorias sobre o Brasil moderno, sintetizando os diversos entendimentos intelectuais sobre a formação política, cultural e institucional brasileiras.

Dentre as várias vertentes do pensamento intelectual brasileiro, o autor destaca a que se dedicou a compreender as “questões nacionais” e, conseqüentemente, desenvolver uma

espécie de projeto de nação, baseada na formação de um capitalismo nacional, lastreado pela industrialização de substituição de importações. (IANNI, 2004, p.52).

O autor explica que as discussões sobre a vocação econômica brasileira – agrária ou industrial – desenvolveram-se desde os anos 1920, sendo que o projeto de industrialização ganhou maior impulso a partir dos acontecimentos da década de 1930, oportunidade em que as teses industrialistas lograram a ascensão ao poder e, a partir de tal movimento, iniciaram a jornada rumo à construção de um capitalismo nacional:

Esta é a nova tese sobre a história e o desenvolvimento do Brasil: “industrialização substitutiva de importações”. Essa tese nasce, expande-se e enraíza-se em forma intensa e generalizada nos anos 1930-64, para estabelecer uma cronologia aproximada. Mas já vinha sendo gestada anteriormente. E adquire efetividade nos anos que se seguem à Revolução de 1930. Assim surge o projeto de “capitalismo nacional”, buscando interiorizar os centros decisórios sobre problemas de economia política e redefinindo amplamente os laços com a economia dos países mais fortes ou imperialistas, dentre os quais se destacam a Inglaterra e os Estados Unidos. [...] Apesar das vacilações, recuos e bloqueios ocorridos no curso dos anos e décadas, a “industrialização substitutiva de importações”, isto é, o projeto de “capitalismo nacional”, concretizou-se em larga medida. [...] E surgiu um novo bloco de poder, de composição industrial-agrária, sob a direção da burguesia industrial em expansão. (IANNI, 2004, p.52).

Nestes termos, Ianni (2004) destaca que o projeto de capitalismo nacional foi bem sucedido, na medida em que, não obstante todas as suas limitações, possibilitou a criação de uma ampla e complexa economia nacional baseada na industrialização; transformou as condições e perspectivas da sociedade e da política, iniciando a formação da categoria social “povo”, bem como outras transformações de cunho cultural:

Esta é a realidade: o projeto de capitalismo nacional teve sua época, gênese, ascensão, prosperidade, êxito, problemas, contradições, declínio e esgotamento. Foi errático, mas com êxitos inegáveis, no que se refere à criação e ao desenvolvimento de uma ampla, complexa e dinâmica economia nacional, crescentemente apoiada na industrialização, acompanhada de intensa urbanização e outros processos sociais de alcance nacional. Juntamente com as transformações econômicas, alteraram-se as condições e as perspectivas da sociedade e da política. Começou a formar-se a categoria povo, no sentido de coletividade de cidadãos. Desenvolveram-se as classes e os grupos sociais. [...] Houve uma vasta incursão em torno do que se poderia denominar de “popular”, “operário”, “camponês”, “indígena”, “afro-brasileiro” e outras expressões socioculturais do povo. Houve uma fundamental viagem de políticos, cientistas sociais, escritores, teatrólogos, cineastas e outros, de diferentes gerações, em distintas regiões do país, na direção do povo, coletividades, setores sociais subalternos, em seus modos de vida e expressões culturais. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se bastante a politização das classes e dos grupos sociais subalternos, na cidade e no campo. (IANNI, 2004, p.53-54).

Nestes termos, Ianni (2004) aponta que os autores que se debruçaram sobre a “questão nacional” procuravam, cada um a seu turno, entender o Brasil e suas contradições. E dentre estes atores, os quais Ianni denomina de “clássicos”, está Roberto Simonsen:

Dentre os “clássicos” [...] destacam-se Jackson de Figueiredo, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Junior e Eugênio Gudin. Tomados em conjunto, os clássicos estão fascinados pela “questão nacional”. Empenham-se em descrever, compreender e explicar como se forma a sociedade civil e o Estado, a população e o povo, a cultura e a mentalidade, a história e as tradições, a ordem e o progresso. Para eles, o Brasil é principalmente um país marcado pela “vocação” agrária, cuja economia, política, sociedade e cultura enraízam-se na agropecuária e minera o. Pode até se modernizar, mas a partir de e nos limites das condi es agrárias instituindo o substrato geral da sociedade: cana-de-a u car, borracha, cacau, gado, extrativismo, minera o e café, principalmente café, predominante desde meados do século 19 aos anos 30 e 40 do século 20. Alguns se colocam   industrializa o como algo possível, necessário e próprio da dinâmica da sociedade tomada como um todo. (IANNI, 2004, p.61).

Assim, Simonsen estava inserido em um contexto em que o Brasil se via na emergência de se constituir enquanto na o, de possuir um projeto, um objetivo, que acabou se concretizando na busca pela industrializa o. Concomitante, como bem explica Ianni (2004), era também o momento de se voltar para o povo enquanto categoria social: entend lo, desvend lo, conhecer seus dilemas e, a partir de então, inseri-lo nesta nova etapa política e econômica nacional.

Nestes termos, Simonsen deu contribui es essenciais ao entendimento da parte econômica do processo, ao dedicar-se aos estudos sobre a condi o de vida, a pobreza da classe trabalhadora e sobre formas de remedi -la, como fator fundamental para a implanta o do projeto maior que era a industrializa o, tal como veremos ao longo deste trabalho.

Pensando, portanto, pela  tica de Ianni (2004), ganha sentido o fato de Simonsen ter se dedicado a tal questão, cujos resultados concretos foram a cria o da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e a institucionaliza o do s l rio mínimo, em 1934, por meio de emenda de sua autoria e toda a discussão feita em torno da pobreza e das condi es de vida: todas as iniciativas eram, na visão de Simonsen, parte do projeto de industrializa o brasileiro.

Não obstante Ianni (2004) já nos permita tratar por capitalismo nacional o projeto industrialista, temos que a versão mais completa deste “projeto de na o” irá se concretizar em um período histórico posterior, mais precisamente no segundo governo Getúlio Vargas,

quando a união entre a burguesia nacional industrial e o proletariado selará a consolidação do capitalismo industrial brasileiro, a política de substituição de importações, as indústrias de base, enfim, a hegemonia deste novo processo que se iniciou no período abordado neste trabalho, razão pela qual continuaremos a tratá-lo como projeto industrialista.

Tratando especificamente da burguesia industrial e seu projeto, a obra clássica de Eli Diniz e Renato Boschi, “Empresário Nacional e Estado no Brasil”, de 1978, contém uma linha de abordagem que, em nosso ver, fornece mais elementos para o entendimento do tema das condições de vida por Simonsen.

Diniz e Boschi (1978) apontam que o papel dos empresários industriais para a consolidação da política industrial a partir dos anos 1930 foi fundamental, na medida em que, na prática, o Estado brasileiro adotou a tese da industrialização nos anos seguintes aos da chegada de Vargas ao poder.

Não obstante exista importante corrente intelectual com entendimento diverso, que defende ter sido o processo mais um arranjo conservador do que de mudanças propriamente ditas, cuja melhor expressão está no conceito de “modernização conservadora” de Barrington Moore Jr. (1975) e que também foi debatido por Fausto (1970), Velho (1976), entre outros, Diniz e Boschi (1978) entendem que, não obstante a Revolução de 1930 não tenha significado a sobreposição de interesses da burguesia industrial sobre a agrária em definitivo, também não pode ser tomada somente por seu aspecto conservador, na medida em que o projeto industrial acabou por prevalecer:

Sem dúvida, é correta a conclusão de que a Revolução de 1930 não afetou de forma substancial a estrutura de dominação, como também não atingiu certas prerrogativas básicas das elites tradicionais. Porém, esta constatação não nos autoriza a considerar conservador o saldo do processo revolucionário, descaracterizando o real significado das inovações postas em prática pela coalizão dominante, através da qual se expressaria este Estado de compromisso. (DINIZ E BOSCHI, 1978, p.48).

Seguindo na chave interpretativa acima exposta, os autores também afirmam que a industrialização enquanto política de desenvolvimento do Estado somente assim se consolidou por conta da atuação das elites industriais, que após o movimento de 1932 optaram por aproximar-se do Governo e, a partir de tais relações, influenciar as diretrizes econômicas de então.

Discordando em parte das análises de que o governo atual não tinha um projeto industrial e sequer um consenso sobre quais diretrizes econômicas seguir, ora adotando

políticas ortodoxas, ora acenando com medidas favoráveis aos industrialismo (FAUSTO, 1970), os autores apontam que foi exatamente esta falta de diretrizes pré-estabelecidas que permitiu à burguesia industrial atuar em favor de seu projeto, o que de fato aconteceu, em detrimento das ideias anti-industriais que não encontraram mais espaço para se sustentar. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.50-51).

Assim, longe de ser um grupo social fragilizado e desarticulado, a burguesia industrial – ou ao menos expressivos setores dela – tinha um projeto e disputou sua implantação junto ao Estado, sendo que os sucessos obtidos com a orientação da política econômica pró-industrialização seria fruto direto de tal atuação:

Dentro do clima de dissidências e desencontro de orientações que marcaria o arcabouço ideológico do novo esquema de poder, o industrialismo seria desenvolvido e aprofundado a partir basicamente da atuação da elite industrial, que, ao lado de outros grupos, se constituiria num dos atores fundamentais do pacto político, envolvendo setores tradicionais e emergentes. Através do processo de redefinição das alianças políticas subjacentes à constituição deste novo pacto, a expansão econômica seria sustentada por duas correntes convergentes: o pensamento autoritário, cuja importância ressaltamos acima, e o pensamento industrialista, responsável, entre outras coisas, pela redefinição do papel da indústria na economia. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.54).

Ademais, diversos pontos de intersecção foram construídos entre o pensamento por parte do Estado, que Diniz e Boschi (1978) chamam de “autoritário”, e o dos industrialistas, mais precisamente no que tange à defesa da livre iniciativa e da intervenção estatal como elemento propulsor do desenvolvimento e como regulador. A integração regional, entre outros pontos, possibilitaria o fortalecimento do mercado interno. Ainda, a concordância de que o modelo agroexportador era ineficiente são fatores que, para os autores, aproximaram os industrialistas do Governo Vargas, ampliando sua área de influência na adoção da política de industrialização.

Há, também, posições muito parecidas no que tange ao nacionalismo e a certeza de que somente com a superação do atraso econômico e o fortalecimento das bases de produção o Brasil conseguiria tornar-se uma nação independente, o que só se daria com o advento da industrialização. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.62-63).

Os autores aprofundam a relação entre industrialização e nacionalismo, afirmando que a burguesia industrial assimilou diversos aspectos do pensamento nacionalista, especialmente no que tange, como já vimos, ao papel do Estado na economia e defesa da industrialização como fator fundamental para a emancipação política e econômica do Brasil.

Tal argumentação ganhará maior corpo quando analisarmos pormenorizadamente as obras de Roberto Simonsen e os argumentos por ele utilizados, que seguem a mesma linha acima exposta, que pode ser consubstanciada na chave interpretativa **industrialização/progresso**, amplamente utilizada por nós no presente trabalho, conforme veremos nas seções seguintes.

De toda forma, Diniz e Boschi (1978) apontam que a burguesia industrial baseou seu projeto na participação do Estado na economia, por conta da defasagem entre a tarefa da industrialização e a pouca capacidade de investimentos do Estado. Segundo os autores,

A consciência por parte da burguesia industrial da defasagem entre a enormidade da tarefa e os escassos recursos de que dispunha para enfrentá-la levaria a liderança do setor a incorporar, em seu programa industrialista, a importância do papel intervencionista do Estado. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.64).

Ainda, o projeto industrial defendia o protecionismo como forma de garantia da expansão industrial e de que o Brasil assumisse uma nova posição na divisão internacional do trabalho, abandonando em definitivo a posição de exportador de matérias primas, em contraponto, portanto, à visão dos agroexportadores de que a vocação econômica nacional era a exportação de produtos primários.

E neste especial ponto, o papel de Roberto Simonsen é de destaque, pois são dele as principais formulações que relacionam pobreza/dependência/subdesenvolvimento/modelo agroexportador e de outro lado riqueza/independência/desenvolvimento/industrialização, apropriando-se destes conceitos oriundos do nacionalismo e se baseando em outros, do economista Mihail Manoilescu (2011)¹, para defender que somente a industrialização seria capaz de melhorar as condições gerais de vida da população:

O vínculo entre nacionalismo e desenvolvimento industrial defendido pelo empresariado estaria baseado no pensamento de um dos principais teóricos europeus do pensamento autoritário, Mihail Manoilescu, citado, aliás, diversas vezes por Roberto Simonsen. Em seus trabalhos, Manoilescu, demonstraria a relação entre a situação de dependência em que certos povos se encontravam e o atraso de sua produção industrial, advogando a necessidade da atuação do Estado para a superação do referido atraso. [...] Dessa forma, o pensamento da elite industrial bem como certas formulações dos teóricos autoritários convergem para uma visão que contrapõe os países industrializados, economicamente autônomos e politicamente independentes, aos países monocultores, economicamente dependentes e politicamente colonizados. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.69).

¹ Ver, a respeito, CURI e SAES (2012)

Por fim, os autores analisam a posição dos industriais acerca da participação do capital estrangeiro no processo de industrialização brasileira.

Neste sentido, entendem que, de maneira geral, as elites industriais não adotaram posição contrária à presença do capital estrangeiro e nem solicitaram diretamente privilégios para diferenciação entre capital nacional e internacional, defendendo em um primeiro momento a associação entre ambos com o fito de fortalecer o setor em face aos demais, bem como por conta da incapacidade de o país financiar com recursos próprios tal desenvolvimento na velocidade então necessária. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.72-73).

No entanto, havia um campo de disputa entre industriais brasileiros e capital estrangeiro que conseguiu expressar-se com maior acuidade no interior dos organismos de controle estatal do mercado, nos quais eram formuladas as políticas que definiriam o papel do Estado na regulação e estimulação da economia.

Tal contradição, que foi analisada por Diniz e Boschi (1978, p. 76-96) por meio das disputas envolvendo os setores da carne, da borracha, dos laticínios e da indústria química, entre outros, concentrava-se no fato de que a presença do capital estrangeiro em alguns setores significava, na prática, um monopólio, constituído, de um lado, pela força econômica dos países originais, notadamente a Inglaterra e os EUA, e de outro por vantagens competitivas concedidas pelo Estado brasileiro que impediam a participação do capital nacional nestas atividades.

Os produtores estrangeiros constituíam cadeias produtivas verticais, dominando da produção da matéria prima à distribuição dos produtos os mercados interno e externo e ainda remetiam ao exterior os lucros, além das práticas de *dumping* e outros artifícios.

Em tais condições, os empresários nacionais movimentaram-se no interior dos órgãos de controle da Administração Pública com vistas a que o Estado passasse a regular alguns setores da economia ou, em alguns casos, atuasse diretamente neles, a fim de equilibrar a disputa com o capital estrangeiro e proteger os investimentos nacionais nestes setores. Tal posição também fora adotada pelos setores técnicos do Estado, que atuaram na direção de controlar o ingresso e as atividades do capital estrangeiro da forma como já colocado.

Assim, ainda que não alimentassem o antagonismo entre o capital nacional e estrangeiro, as elites industriais defendiam que a atuação do Estado se desse em termos de proteger seus interesses face aos monopólios internacionais, impossíveis de serem enfrentados em condições concorrenciais de igualdade.

A defesa do princípio de prioridade para a empresa nacional, sempre que esta se revelasse capaz de suprir a demanda interna, coexistia, pois, com uma posição de não antagonismo em relação ao capital estrangeiro. Este não seria definido como adversário, embora o empresariado brasileiro proclamasse, em inúmeras oportunidades, sua própria fraqueza para enfrentar, sem o amparo do Estado, a concorrência dos grupos internacionais. O principal problema seria definido em termos da necessidade de serem criados mecanismos de regulamentação e controle para cada caso concreto, sem o que, aí sim, o investimento estrangeiro poderia tornar-se prejudicial. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.98).

A expressão máxima desta questão consubstanciou-se, segundo os autores, nos debates travados entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Simonsen defendeu a posição do empresariado nacional acerca da participação do Estado na economia em sua formulação mais apurada, a planificação econômica, que expressa parte importante do projeto industrial:

Finalmente, observamos que o empresariado reconheceria a necessidade da intervenção do Estado, como a única forma de enfrentar os problemas decorrentes da penetração do capital estrangeiro no setor industrial. Aliás, esta posição está ligada à visão do setor empresarial acerca da questão do papel do Estado na economia, que alcançaria seu mais alto grau de formulação no debate sobre a planificação econômica do país, desencadeado por Roberto Simonsen no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.100).

Logo, se não se pode apontar que a defesa da participação do Estado na economia por parte dos industriais deu-se pelo impulso nacionalista, também não é correto afirmar que houve indiferença ou passividade do setor. Ao contrário, os industriais procuraram, desde os princípios da industrialização, garantir a proteção do Estado à expansão de seu projeto, o que no caso se materializaria pela intervenção com vistas a equilibrar as disputas com o capital internacional.

O questionamento da política de aceitação de acordos de comércio que dificultavam e, em alguns casos, impediam a expansão da indústria nacional seria um dos primeiros componentes do programa industrialista definido pela liderança empresarial. Podemos remontar aos primórdios da industrialização a pressão dos industriais pela adoção de uma linha de defesa do mercado interno para os produtos fabricados no país. (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.103).

Ainda sobre o projeto industrial brasileiro, Humberto Bastos (1952) reafirma a importância da luta dos industriais pela proteção da nascente indústria e faz relevante apanhado histórico das conquistas e ideias desenvolvidas pelas lideranças da classe desde a

proclamação da República até os anos 1950, destacando o papel de Roberto Simonsen na construção das bases do que poderia ser um pensamento industrial.

Neste sentido, aponta o autor, as condições econômicas e políticas pelas quais o país passou no período supra assinalado facilitaram a adoção e a aceitação das ideias dos industriais. Ainda, as seguidas crises econômicas e disputas com o capital estrangeiro monopolizador também serviram de sustentáculo para a criação do projeto. (BASTOS, 1952, p. 131-140).

Assim, a crise de 1929 teria sido o catalisador do movimento industrial, pois em um único movimento ficaram claras a fragilidade do modelo agroexportador então existente e a necessidade de a economia nacional ingressar no capitalismo industrial já vigente no mundo. A partir da crise diversas iniciativas pró-industriais foram adotadas até que, pouco a pouco, a indústria pôde se estabelecer e fortalecer.

Registraram-se, sem dúvida, dois fortes surtos industriais, sendo que o segundo, a partir de 1930, e fortemente definido de 1940 em diante, se mostrou mais profundo. Várias medidas de grande alcance complementarão a reforma tributária de 1934 [...] procurando oferecer maior estímulo à indústria nacional. (BASTOS, 1952, p.143).

Em 1935, Simonsen apresenta um documento que serviria de base para o Congresso Nacional da Indústria, que chegou a ser aprovado pelas autoridades, mas não se realizou. No entanto, tal documento conteria, segundo Bastos (1952), as bases do projeto industrial brasileiro. Basicamente, o autor enumera os seguintes conteúdos:

[...] fomento do intercâmbio nacional. O regime tarifário. A proteção da estabilidade do trabalho nacional contra a concorrência dos países com moedas depreciadas, erráticas e meios desleais de conquista de mercados. Transportes. A união dos interesses agro-industriais no Brasil. A política comercial externa do Brasil em face da economia nacional. As diretrizes da política comercial externa mais conveniente ao País. A contribuição da indústria para a economia nacional. [...]. Não se poderá negar que estavam naquele temário os fundamentos do planejamento industrial brasileiro. (BASTOS, 1952, p.146).

Em 1936, o Conselho Federal de Comércio Exterior recebeu do Governo Federal a incumbência de realizar um inquérito sobre as possibilidades de expansão da indústria brasileira, sendo Roberto Simonsen o designado para interpretá-lo. O relatório contém quinze itens com sugestões sobre o que seria necessário para garantir o fortalecimento e a expansão da indústria. Entendemos não ser necessária a transcrição de todos os itens, mas os mais relevantes são os seguintes:

Fixação de diretrizes de uma ampla e leal política agro-pecu-industrial no Brasil, assegurando um estímulo constante à produção, na certeza de não ser prejudicada por bruscas mudanças de orientação em matéria econômica; revisão das normas de nossa política econômica exterior e conseqüentemente conclusão de ajustes comerciais, assegurando mercados para os nossos produtos exportáveis e selecionando os artigos a importar, de modo a que empreguemos o nosso poder de compra em produtos que fiquem incorporados ao nosso aparelhamento econômico; preferência absoluta assegurada aos produtos de fabricação nacional nas repartições e serviços públicos; reforma da lei dos dois terços e de algumas das restrições à imigração, no sentido de ficar assegurada a utilização de operários especializados em determinadas indústrias. (BASTOS, 1952, p.147-149).

O autor aponta que os resultados do relatório, não obstante promissores, não foram suficientes para assegurar a adoção das medidas pró-indústria nele contidas. Parte delas ainda estava em discussão em 1948, 10 anos após a edição do relatório. Somente em 1941 o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) concluiu os estudos sobre a importância de se priorizar produtos nacionais nas compras estatais. O mesmo aconteceu com a política de comércio exterior, que se arrastou por quase uma década. (BASTOS, 1952, p.155).

Em 1944 realiza-se o Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria, capitaneado por Roberto Simonsen, cujo projeto dos industrialistas apresenta-se mais bem definido, contemplando, entre outras, as seguintes questões chave: “a) planificação industrial; b) intervencionismo do Estado e iniciativa particular; [...] d) indústria de base; e) indústria de transformação; f) mão-de-obra; [...] o) medidas de proteção à indústria; p) política industrial”. (BASTOS, 1952, p.158).

Consideramos importante frisar como o projeto industrialista já possui aqui contornos mais bem acabados. As 150 teses apresentadas versavam em detalhes sobre os planos dos industrialistas, sendo tais teses, segundo o autor, “a mais possante demonstração do pensamento industrial brasileiro”. (BASTOS, 1952, 1960).

Ainda, insta destacar que, já em 1944, propostas como a intervenção do Estado na economia, planificação industrial, mão-de-obra e outras apareciam claramente, dando mostras de que parte das ideias lançadas por Simonsen desde suas obras iniciais e amadurecidas ao longo dos anos de trabalho e estudo haviam se consolidado como propostas de amplos setores da burguesia.

Tratando especificamente do projeto industrial pela ótica dos empresários cariocas, Edgar Carone, em “O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional” (1827-1977), de 1978, aponta partes importantes do projeto industrial que nos auxiliam na compreensão do tema.

Estudando a formação do Centro Industrial do Brasil (CIB), que sucedeu à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ambas no Estado do Rio de Janeiro, o autor aponta que as teses iniciais da entidade possuíam um caráter pragmático, muito associado aos acontecimentos econômicos e sociais concretos daquele momento histórico, quase um modelo para a solução de problemas que, na visão dos industriais, impediam o avanço e a consolidação da indústria nacional.

São ideias desenvolvidas pelos industriais que o autor considera pertencentes a uma primeira geração, composta por nomes como Vieira Souto, Jorge Street, Serzedelo Correa, entre outros.

O Centro Industrial do Brasil mantém ação constante e profícua em favor da indústria em geral. Em momento algum há recuo de seus valores, nem se pensa em mudanças de direção. Ele nunca apresenta programa único e nem pensa em limitar suas reivindicações a objetivos restritos. Na verdade, sua ideologia parte da realidade concreta, dos problemas existentes na sociedade brasileira da época, conseqüência do estágio do nosso desenvolvimento e das nossas relações com o mundo capitalista da época. Como os problemas existentes quase não se modificam no decorrer destes anos todos, [...] é natural que haja crescimento de uma mesma perspectiva econômica e social entre os membros [...]. Daí a discussão ficar presa ao problema das tarifas, proteção à indústria nacional contra o seu congêneres estrangeiro; ao problema dos capitais estrangeiros, ao problema das relações entre indústria e comércio [...] e agricultura, ao problema do mercado interno, [...] do salário e da questão social etc. Esta perspectiva prática e também teórica sufoca todas as energias da classe produtora e, mesmo que possa ser vista como *forma ideológica*, seus argumentos aparecem expandidos sempre em contraposição a problemas concretos. (CARONE, 1978, p.79).

Carone (1978, p. 80-84) discorre acerca de cada um dos temas elencados na citação acima, relatando os diversos argumentos expostos pelos industriais na defesa de suas propostas, notadamente as relacionadas às tarifas alfandegárias, que ao ver dos empresários facilitava o ingresso de mercadorias estrangeiras e impedia o desenvolvimento industrial local; as divergências com a agricultura, nesta etapa ainda não eram contra o café, que não sofria concorrência, mas em relação aos demais produtos que, sem proteção do Estado para sua produção, não conseguiriam se desenvolver.

O objetivo, assim, era lutar pelo estabelecimento do protecionismo, única forma compreendida pelos empresários de a industrialização nacional conseguir se estabelecer. Para tanto, elencam uma série de argumentos em prol da adoção de tal política, afirmando que o protecionismo garantiria o trabalho nacional, permitiria um melhor equilíbrio da balança comercial e ainda permitiria uma melhor relação entre o comércio e a indústria.

Nesta específica questão dos salários, os industriais defendiam que o protecionismo poderia auxiliar na elevação dos mesmos, na medida em que a prosperidade dos patrões, no caso, refletiria na dos operários.

A associação entre trabalho e capital é fundamental, pois “em matéria de salários, os patrões são intermediários entre os consumidores e os operários que contribuem para a fabricação. Um operário que aluga seus serviços, que vende a sua mão de obra ao fabricante, incorpora esses serviços, essa mão de obra no produto que o patrão manda ao mercado para ser vendido. A concorrência estrangeira, que, alargando-se à sombra de uma tarifa liberal, gera a paralisação das verbas ou a baixa considerável dos preços, não pode, portanto, deixar de afetar prejudicialmente a remuneração da mão de obra”. [...] Salário alto significa benefício ao comércio, “porque aumenta o número e os recursos dos que compram, dos que despendem, dos que consomem”. [...] “Só o protecionismo, que gera a prosperidade da indústria e do patrão, torna compatível o alto salário”. (SOUTO, Vieira apud CARONE, 1978, p.85).

Assim, o autor elenca os motes que conduziram as atividades dos industriais desta primeira etapa:

Os ataques à penetração de mercadoria estrangeira, ao livre cambismo e aos falsos argumentos contra o protecionismo são elementos para uma análise do comportamento e da ideologia da classe industrial em sua defesa. Esta visão se completa com outros argumentos, como os da defesa da lei dos similares e como ataque à distinção entre a indústria natural e indústria artificial. A soma de todos completa o quadro a favor das medidas protecionistas. (CARONE, 1978, p.85).

No que tange aos aspectos sociais e de relação com a classe operária, o Centro Industrial do Brasil relacionou-se com o operariado no momento crucial de sua formação. Ao contrário de seu antecessor, que trabalhou a industrialização sob a perspectiva do trabalhador rural e, em alguns casos, ainda escravo, os operários com que a CIB teve de lidar eram os urbanos, compostos de imigrantes que conheciam os mecanismos de luta e tinham dimensão da atroz diferença de padrão de vida entre os operários daqui e os dos países centrais, o que lhes permitiu concentrar sua atuação na luta por melhores salários, condições de trabalho, jornada de trabalho, férias, entre outros.

A cada nova conquista do operariado, em geral expressada pela edição de leis ou decretos de cunho social ou regulatório das relações de trabalho, o CIB manifestava-se, em geral de maneira contrária. Assim o foi com a Lei de Acidentes de Trabalho, de 1917; com a criação do Departamento Nacional do Trabalho, em 1921; regulamentação do trabalho de menores de idade, de 1917, esta com atuação da CIB para impedir sua vigência; Lei de Férias, de 1926 e outras. (CARONE, 1978, p. 105-108).

Mas, como bem ressalta o autor, o último ato da CIB será a favor do movimento operário, quando Jorge Street, ocupante da presidência da entidade, reconhece a legitimidade dos sindicatos de trabalhadores e estabelece acordo, em 1918, no qual a CIB se compromete a negociar as condições de trabalho exclusivamente com os sindicatos, e não mais com comissões ou trabalhadores diretamente.

Tal ato trará a divisão das bases industriais, com parte de seus sócios deixando a entidade e fundando outra, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de Algodão, em junho de 1919, bem como trará a Jorge Street, que ficou conhecido com o “empresário socialista” por conta de seus pensamentos acerca das relações entre capital e trabalho, a acusação de ter tomado sozinho a decisão de aceitar o acordo e com base em suas convicções pessoais. Em sua defesa, Street aponta que

“O grande industrialismo e o capitalismo moderno” criaram modernamente “graves divergências e antagonismos entre os trabalhadores e o patronato”; a dependência operária é cada vez maior, pois maquinismos, dinheiro e matérias primas estão absolutamente nas mãos do patronato”. Se houver demanda de mercadorias, o trabalho se multiplica, se houver crise de superprodução, há desemprego. “É um fato que a produção não tem sido regulada no mundo, sob o ponto de vista de garantir o maior benefício possível à coletividade humana, mas sim em vista dos maiores benefícios do capital, que detinha o poder de regular essas coisas. É certo também que a tendência natural do capital é impor ao máximo de trabalho com o mínimo de salário”. Contra isso se insurge o operariado. No entanto, o operário isolado ou o operariado de uma fábrica não tem força, mas a “Associação, nós bem o sabemos, dá ao operariado coesão e meios de pedir, e de exigir, se necessário for, resistindo por longo tempo, pois a associação solidariza os operários da mesma indústria. Assim, nós, patrões, perdemos a vantagem de tratar só com os nossos operários isolados e fracos, e vamos ser obrigados a tratar com a associação, pelo menos tão forte como nós... é desagradável, eu concordo, mas é inevitável e afinal, é justo”. [...] “O velho mundo já passou pelas fases de resistência e teve de ceder. Nós devemos nos conformar com o inevitável e queimar as etapas que os outros já venceram. Isto me parece de boa e sã política para nós”. (STREET apud CARONE, 1978, p.110).

As propostas de Jorge Street de encarar o proletariado enquanto classe quando das negociações nos dá bem a ideia da transformação social que estava em curso neste intervalo dos anos 1930, quando toda esta gama de acontecimentos se desenrolava ao mesmo tempo, com a ascensão de novas classes ao poder, fruto da criação de um novo processo de acumulação, o industrial, que ganhava forma. Tal como o ensinamento marxista, a chegada da burguesia industrial ao poder é também o marco da transformação do operariado em classe social.

Ainda, José de Souza Martins (1976) discorre sobre a origem da industrialização brasileira, afirmando que a mesma é oriunda de especificidades próprias da conjugação política e econômica do país e do mundo no final do século XIX.

O autor considera que a supressão do trabalho escravo e a imigração criaram uma demanda interna por produtos industrializados que não podiam ser conseguidos por meio das importações. Nestes termos, o processo industrial teria surgido, nesta etapa, mais pelas possibilidades manufatureiras em si do que pela substituição de importações, processo este que só adotou tal formato quando ficou claro, pelo desequilíbrio financeiro da União, que o país não poderia depender exclusivamente das rendas do comércio exterior. (MARTINS, 1976).

Assim, os primeiros passos do processo de industrialização aconteceram em um momento de crise econômica da jovem República, quando a preservação do sistema agroexportador acabou por obrigar a aceitação de um novo setor econômico, a indústria.

O que importava, sobretudo, era a racionalidade da sociedade agro-exportadora e que essa seria a porta viável à entrada do industrialismo. Aliás, longe de constituir uma disposição momentânea para “salvar a pátria”, as medidas tomadas então institucionalizaram-se e prorrogaram-se daí em diante. O debate entre “protecionismo” (industrial) e “liberalismo” não era o debate entre a indústria e anti-indústria. Ele versava, efetivamente, sobre o modo como se daria a industrialização, isto é, se o Estado adotaria a racionalidade possível da indústria ou não. Os argumentos contrários ao protecionismo revelam que essa racionalidade era economicamente incompatível com a da agro-exportação, pois elevaria os custos desta e promoveria uma redistribuição da renda dos fazendeiros para os industriais, mediante a instituição de um novo ponto de equilíbrio econômico. (MARTINS, 1976, p.75).

Tal crise, como vimos, derivava do fato de que o fim da escravidão e a imigração deram origem a novos fatores sociais, notadamente o crescimento do mercado interno e das possibilidades de sua exploração, que passou de restrito aos fazendeiros de café para aberto a todos os que dele pudessem participar.

No entanto, a simples existência de tais condições não era suficiente para fazer nascer uma nova força econômica, ainda que dependente direta da economia cafeeira. Para se consolidar, a indústria brasileira precisou desenvolver uma característica diferente, a do comércio. Isto porque, dentro da lógica exportadora, as atividades dos comerciantes tinham um valor fundamental: eram eles que movimentavam, na prática, os recursos dos fazendeiros, vendendo suas mercadorias nos portos e comprando os produtos importados necessários ao abastecimento das cidades e das fazendas. Eram os comissários. (MARTINS, 1976, p.80).

Mesmo após os exportadores abandonarem os comissários e passarem a negociar diretamente com os fazendeiros, a importância do comércio não diminuiu, pois o papel de interiorizar os manufaturados foi assumido pelos próprios negociantes internacionais, que espalharam seus representantes comerciais a fim de vender seus produtos. Ou seja: o controle do consumo passou das mãos dos comissários para as mãos das importadoras de café. Logo, para ingressar neste sistema a indústria nacional – que fazia concorrência direta às mercadorias importadas – precisou desenvolver e dominar o lado comercial do problema.

É que o surgimento da indústria, nesta fase, está condicionado à possibilidade de concorrer com essas empresas na distribuição de mercadorias. O estímulo representado pelas crises do comércio exterior não tinha relação direta com a viabilidade da industrialização. O industrial só podia atuar, com ou sem crises, se pudesse romper o domínio dos grandes comerciantes ou aproveitar as brechas na sua atuação. (MARTINS, 1976, p.81).

Logo, o surgimento da indústria deu-se, internamente, pelo empuxo dos fatores já aqui debatidos e foi viabilizado associando-se aos grandes empreendimentos comerciais, dando a ela uma forma mercantil que moldou as relações internas na burguesia nacional até meados de 1929, quando a crise econômica e os outros fatores acabaram por dissociar comerciantes e industriais. Marisa Saenz Leme (1976) elucida as relações entre comerciantes e industriais até a separação completa de seus interesses econômicos e políticos.

Do ponto de vista da relação entre burguesia e proletariado, Martins (1976) explica que o fato de a indústria depender do comércio para sua efetivação junto ao mercado consumidor retirava das mãos dos industriais os mecanismos de ampliação dos lucros. Desta forma, a remuneração do capital industrial estava diretamente ligada à exploração da mais valia, que passou a ser a reguladora dos ganhos: o ganho dos industriais dependia diretamente do pagamento de baixos salários.

Assim, a lucratividade do capital industrial dependia, na maior parte dos casos, diretamente do incremento da expropriação da mais-valia. A margem de lucro maior ou menor dependia da capacidade de espoliação do empregado pelo patrão. Procurava-se compensar os altos custos da produção industrial e a compressão do lucro advinda do “tributo” pago aos comerciantes, pela expansão das horas de trabalho e pelo pagamento de salários baixos. A indústria via-se comprimida por dois lados: a necessidade de altos lucros para subsistir e as dificuldades para alcançá-los pelo não acesso direto ao mercado consumidor. Desse modo, a lucratividade do empreendimento dependia muito de uma baixa remuneração do trabalho, diretamente representada pelos salários e indiretamente com os custos da higiene e da segurança industrial. (MARTINS, 1976, p.86).

Tal circunstância refletia diretamente nas relações entre patrões e empregados, e as seguidas greves acontecidas nesta primeira parte do século XX demonstram que os operários, embora não tivessem formada, segundo o autor, uma consciência de classe sobre o tema, agiam com a intenção de se proteger e, na medida do possível, cessar ou diminuir a exploração.

Esta situação, que tomara proporções tais que poderiam por em risco o próprio funcionamento do sistema, ensejaram uma alteração de condutas, uma nova racionalidade, na qual industriais abandonariam a visão de concorrentes na apropriação dos lucros que mantinham em relação aos operários, enquanto estes permitiriam uma margem maior de acordos. (MARTINS, 1976, p.88).

Neste novo arranjo, coube aos empresários um novo comportamento e visão em relação aos operários, que reconstituíram suas condutas considerando os fatores humanos na produção. (MARTINS, 1976, p.92).

O autor apresenta uma série de dados estatísticos que não iremos aqui reproduzir integralmente, mas que demonstram os resultados desta nova postura empresarial: diminuição acentuada do número de greves na razão de 2/3 no período 1916-1920 em relação ao período de 1901-1905. Seu argumento é que esta nova postura da burguesia industrial retirou o componente político dos movimentos operários, restringindo-os às questões salariais e, mais importante, isolados em fábricas específicas, em unidades, e não como reivindicação da categoria como um todo. As relações passaram, pois, a se dar quase em caráter pessoal entre patrão e empregado, e não como um problema de classe ou entre classes.

A redução maior das greves generalizadas, após 1917, e menor das particularizadas, mostra que os motivos (econômicos) subsistiram em certo grau, tendo sido eliminado, portanto, um componente não-econômico dos motivos de greve. Daí o drástico recuo na frequência de greves generalizadas e, indicando um novo tipo de ajustamento, resultando do descortínio de novos níveis de racionalidade, pelo empresário, na sociedade industrial em constituição. (MARTINS, 1976, p.94).

Desta nova postura da classe empresarial também surgiram as necessidades de reconhecimento oficial da “questão operária” e também a regulamentação das relações de trabalho, bem como a rearticulação do sistema econômico para permitir que os industriais assumissem o controle sobre a taxa de lucros de seus produtos, em claro confronto com os comerciantes-importadores, surgindo de tal disputa as discussões sobre liberalismo e protecionismo que permearam os debates até 1930. (MARTINS, 1976, p.97).

Ademais, tal rearticulação era necessária porque a “comercialização” do operário contradizia as aspirações dos mesmos por enriquecer pelo trabalho, motor dos movimentos imigratórios do período. Ao ser exposto às reais condições de vida que a cidade e o trabalho ofereciam, parte destes imigrantes via frustradas suas expectativas, o que naturalmente colocava em risco a consolidação do modelo industrial, tanto do ponto de vista prático como do político, uma vez que a ideologia industrialista era negada pelo próprio sistema.

Tais circunstâncias, agravadas pelos acontecimentos na URSS em 1917, acabaram por evoluir para uma espécie de paternalismo empresarial, de forma a manter a classe operária como aliada no projeto industrialista, crente e disseminadora da ideologia do capital, do *self made man*, de mitos como o do homem que se fez milionário com a força de seu trabalho. De acordo com o autor,

Portanto, ao ser envolvido por expectativas mercantis, era atirado para o “lado de lá”, para uma posição similar à do concorrente, vendo, assim, frustradas as suas aspirações em face de um tratamento em que podia perceber que, para alcançar os seus objetivos, precisaria de meios de que não dispunha em face do empresariado. O que fazia com que as suas expectativas identificadoras com o sistema emergente fossem negadas pelo próprio sistema. As tensões agudas de 1917-1919 no seio do proletariado, em que essas questões emergiam facilmente, e o próprio advento do socialismo na União Soviética como demonstração de possibilidades nelas implícitas [...] evoluíram para um paternalismo empresarial, como sugere a queda radical no número de greves a partir de então. (MARTINS, 1976, p.98).

Assim, esta nova postura empresarial surge da necessidade de se manter a classe operária como aliada do projeto industrialista, até para que o mesmo se consolide, bem como, em um plano maior, impedi-la de se formar completamente enquanto classe, oportunidade que poderia proporcionar a disputa pelo poder. Nestes termos, Martins (1976) aponta que a ideologia industrialista foi propagada pelo proletariado, permitindo a integração das classes sob a égide do projeto de desenvolvimento.

Ao invés da ideologia do sucesso pelo trabalho ser veiculada e implantada pela burguesia industrial nascente, é o proletariado que o faz, reduzindo o comportamento daquela às suas expectativas. É a ideologia da industrialização, que permite integrar todos quantos estão identificados com ela: proletários ou industriais, em projeto. (MARTINS, 1976, p.100).

E esta ideologia da industrialização é que irá se chocar com a ideologia da riqueza por direito, que sustentava o sistema agroexportador com base nas tradições. Tratava-se, como vimos acima, da rearticulação do sistema econômico em prol da industrialização, em que o componente ‘ideologia’ teria papel fundamental. Enquanto foi possível, até por sua origem comum, estas forças antagônicas conviveram. A partir da consolidação da indústria e das

crises que abalaram os alicerces do sistema exportador, a disputa ganhou maior vigor, até a suplantação de um modelo pelo outro, décadas depois.

Sendo a ideologia da burguesia industrial em ascensão, ela se opôs a ideologia da riqueza de direito, dos fidalgos descendentes dos trinta e dois companheiros de Martim Afonso, que teve sua máxima exacerbação nos fins do século XIX, ao redor da primeira crise do café. [...] Ao direito dos que já eram ricos opunha-se o direito dos que queriam enriquecer. [...] Todavia, estas duas representações, entre si incompatíveis, não entrariam em conflito enquanto a realidade sustentasse a validade de ambas, enquanto uma delas estivesse presa a condição apenas emergente. É por isso que só na década de vinte, quando a sociedade industrial, como subsistema, já estava integrada e conseguiria fazer com que os requisitos da racionalidade do seu lucro se disseminassem pelo sistema, através de uma dependência maior dos outros setores econômicos internos em relação à indústria interna, quando a sociedade agro-mercantil já se encontrava debatendo fórmulas para a “salvação” do café, é que surgiram as primeiras hostilidades. (MARTINS, 1976, p.101).

Nestas condições, faltava aos industriais garantir o apoio do Estado ao projeto, o que se daria por meio do protecionismo. Assim, a fundação do CIESP em 1928 e outros movimentos empresariais lançaram-se nesta direção: angariar o decisivo apoio político ao projeto industrialista e a uma nova racionalidade do capitalismo no Brasil.

Sendo o protecionismo condição para o exercício da racionalidade capitalista industrial interna, há nesse acontecimento a consciência de que o problema da indústria era político, pois o curso do êxito (nesta altura e neste caso, o êxito é o curso do capital) era obstado não no plano estritamente econômico ou no cultural, mas sim no plano político. Em outras palavras, “não havia” contradições de classe a resolver, já que o “problema operário” fora confinado ao interior das empresas, e sim a necessidade de expansão da racionalidade do capitalismo no Brasil, em consonância com as suas condições concretas. (MARTINS, 1976, p.104).

E assim, Martins (1976) conclui afirmando, em resumo, que a formação da sociedade industrial no Brasil deu-se movida pelas circunstâncias típicas que moldaram a sociedade brasileira, não se tratando apenas de traços culturais, mas de circunstâncias socioeconômicas concretas:

A sociedade industrial neste país, para compensar as adversidades econômicas, fez largas solicitações não-econômicas para constituir-se e impor-se. Deslocou boa parte do atendimento de suas necessidades para a esfera sócio-cultural do sistema. Portanto, a empresa clânica, o capitão-de-indústria e o paternalismo empresarial não são simplesmente heranças culturais marcando o surgimento da indústria brasileira, mas são, isto sim, produtos indispensáveis da economia de um país que precisou industrializar-se antes do pleno rompimento das relações econômicas e sociais internas fundadas nos vínculos coloniais. (MARTINS, 1976, p.110).

Notemos que a passagem da obra de Martins (1976) acrescenta elementos à discussão que merecem destaque, notadamente os debates acerca do papel do proletariado no projeto industrial, que agora aparecem em uma versão mais bem definida: na visão deste autor, o papel dos trabalhadores foi o de servir de base de apoio para a projeção da ideologia industrialista, em contraponto com a visão agrário-exportadora.

Por outro lado, é claro no pensamento do autor o entendimento de que estes acontecimentos todos deram mais pela iniciativa das elites do que pelas disputas políticas propriamente ditas, na medida em que as classes, especialmente a proletária, tiveram sua formação aleijada pelas regulamentações de seus direitos, que antes de significarem avanços, configuraram-se como amarras a seu pleno desenvolvimento.

Em chave interpretativa mais crítica, Francisco de Oliveira, em “A Economia Brasileira: crítica à razão dualista”, lançado em 1972 e republicado em 1981, traz como debate principal um contraponto ao esquema de análise “dual-estruturalista” que caracterizava o pensamento da CEPAL, em evidência desde 1949 com o lançamento do “Manifesto”, de Prebisch.

A riqueza da análise de Oliveira (1981) suplanta os limites do presente trabalho e, por conta disso, não será aqui tratada com o rigor e a extensão devidas. No entanto, para que possamos nos apropriar de parte de sua argumentação em auxílio ao entendimento da importância do tema das condições de vida, faz-se importante ressaltar o argumento do autor de que sua análise baseia-se no fato de que o esquema interpretativo da CEPAL não consegue explicar o tema das condições de vida porque, fundamentalmente, as origens da pobreza são também a essência do sistema de acumulação capitalista.

Nestes termos, os esquemas de explicação baseados na dualidade “atraso” e “moderno”, que serviam tanto para explicar as desigualdades internas quanto aquela existente entre nações, não conseguia, na prática, romper em definitivo com a teoria do subdesenvolvimento colocada em termos históricos (somos subdesenvolvidos porque nascemos colônia; não conseguimos romper as relações coloniais, que se reproduzem pela divisão internacional do trabalho), como se a pobreza fosse um estágio para a riqueza e não consequência direta da segunda. Nestes termos, Oliveira explica que

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo. [...] em resumo, o

“subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. (OLIVEIRA, 1981, p.8).

O esquema dual-estrutural teria, ainda de acordo com o autor, minado a luta de classes ao servir de apoio às teorias desenvolvimentistas, pois no exato momento em que o capitalismo ganhara seu maior impulso, o proletariado estava concentrado em outra questão, a da própria subsistência, agravada pelas crises econômicas. (OLIVEIRA, 1981, p.9).

Quando a Revolução de 1930 encerrou o ciclo da burguesia agrária e iniciou o da industrial, fez-se necessário criar um novo modelo de acumulação de capital, baseado na nova força hegemônica que se apresentava: a indústria. Esta é a parte que coube ao Estado, na medida em que as classes não reuniam condições políticas e nem econômicas para tanto. Foi através do Estado, portanto, que todo o processo produtivo e de acumulação, desde a criação dos fatores de produção até seu controle tiveram início e ganharam a legitimidade necessária para moldar a nova sociedade que emergia.

[...] a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substancialmente de uma realização parcial interna crescente. (OLIVEIRA, 1981, p.10).

Dentre os vários fatores de produção que foram fundamentais para a consolidação da indústria como força econômica hegemônica, o controle do fator trabalho, segundo Oliveira (1981), foi o mais importante, na medida em que a legislação social em torno dele serviu como garantia da acumulação dos ganhos pela burguesia industrial.

Tal acontecimento deve-se ao fato de que, de acordo com o autor, toda a legislação trabalhista do período tinha o objetivo de perpetuar o novo modelo de acumulação, especialmente a que instituiu o salário mínimo, que absolutamente não se tratava de mecanismo de distribuição de renda ou de ganhos de produção, mas sim de um valor de subsistência assim estabelecido com vistas a garantir exclusivamente a reposição da força de trabalho e a criação de um exército de reserva de trabalhadores do campo que rumavam para a cidade.

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especialmente a população que afluía às cidades,

necessitava ser transformada em “exército de reserva”. (OLIVEIRA, 1981, p.12).

Tal conversão era necessária à acumulação do capital porque, em tais condições, não só não haveria concorrência perfeita entre as classes como a existência de um valor mínimo poderia significar uma redução para o caso de algumas categorias mais especializadas, que teriam seu trabalho valorado tendo por base outros de menor complexidade. Em suma,

[...] se o salário fosse determinado por qualquer espécie de “mercado livre”, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a. (OLIVEIRA, 1981, p.12).

De igual forma, a ação do Estado também colocou a serviço do novo modelo de acumulação a agricultura, movimento este que, ao mesmo tempo, lhe relegou um papel secundário no processo capitalista, cujo centro agora era ocupado pela indústria, e também permitiu a coexistência do modo de produção “moderno” com o “atrasado”, na medida em que coube à agricultura a função de financiar a aquisição de bens de capital e intermediários com o fruto de suas exportações, bem como, internamente, garantir que os alimentos mantivessem seus preços em patamares permissivos para o consumo do proletariado.

Em troca, a legislação trabalhista não se estendeu ao campo em um primeiro momento, permitindo que o sistema de acumulação baseado na exploração da mão-de-obra continuasse viabilizando a manutenção das relações agrárias. Nestes termos, estabeleceu-se a relação entre o “atraso” e o “moderno” sem que um exigisse a imediata exclusão do outro. (OLIVEIRA, 1981, p.15-16).

Este mecanismo também funcionava para manter baixos os níveis salariais do proletariado urbano, na medida em que o preço do trabalho era calculado levando-se em consideração o custo dos alimentos e dos serviços urbanos. Assim, quanto mais baixo o preço dos alimentos, menores seriam os salários, mesmo com a produção industrial em crescimento. (OLIVEIRA, 1981, p.19)

A ideia, portanto, era consolidar política e economicamente a hegemonia do capitalismo industrial. Esse era o objetivo da ideologia populista, que segundo Oliveira abriu caminho para as adequações necessárias para tal intento.

A condição suficiente será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora. E para tanto, é preciso adequar antes as relações de produção. O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do

“arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas de acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso. (OLIVEIRA, 1981, p.35).

Assim, a legislação trabalhista serviria como instrumento de acumulação de capital, não de distribuição de riquezas, pois o estabelecimento de patamares, na prática, reduziriam e limitariam os custos com a reprodução da força de trabalho ao pagamento dos salários previamente estabelecidos, empurrando para o trabalhador o custo de sua própria subsistência:

As instituições do período pós-anos 30, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça chave, destinam-se a “expulsar” o custo de reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais [...] para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita. (OLIVEIRA, 1981, p.37).

Em outra chave interpretativa, Ianni (1989) aponta que, após a Revolução de 1930, marco que serve de guia para entendermos os acontecimentos transformadores ocorridos na sociedade brasileira do período com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o proletariado, que até então era tratado como uma “questão de polícia”, passa a ser encarado de outra forma, que o próprio Vargas resumiu na expressão “questão política”.

Isso porque, no processo de formação do capitalismo industrial tornou-se imperativo a inclusão da classe operária na dinâmica capitalista, na medida em que nela se concentrava a força produtiva necessária para impulsionar a indústria.

Assim, da mesma forma que o Estado interveio para criar as condições para o fortalecimento da indústria, também o fez em relação ao proletariado, elevando-o a categoria de classe legítima e o incorporando na jornada pela expansão capitalista industrial brasileira. Assim, os trabalhadores passaram a ser parte do projeto industrial.

Após a Revolução de 30, conseguem acesso ao poder categorias sociais que antes eram consideradas sistematicamente da oposição; ou sequer isso, como o proletariado. [...] Ao exprimir, em boa parte, os interesses da burguesia industrial nascente e sua consciência da realidade, os governantes passam a tratar o proletariado como interlocutores legítimos. A “legislação social”, agora, será ampliada, sistematizada e aplicada, perdendo seu caráter de norma sem conteúdo. Legitimam-se certas reivindicações do proletariado e o poder público se insere como mediador das relações de classe. (IANNI, 1989, p.133).

Nestes termos, a intervenção estatal e a criação de uma série de legislações garantidoras de direitos trabalhistas tinham o condão de, além de inserir o proletariado no processo capitalista industrial, pacificar as relações de classe, bem como controlar sua

crescente pauperização, estabelecendo-se condições mínimas igualitárias a todos os trabalhadores. (IANNI, 1989, p.134).

A luta de classes e seus efeitos eram uma das principais preocupações de Simonsen – ante as condições de vida a que estavam submetidas as classes trabalhadoras de então – e também dos dirigentes do Estado. A intervenção direta deste na regulação do mercado de trabalho, além de retratar as especiais características em que se deu a formação de nossa sociedade industrial moderna, tinha o objetivo de harmonizar as relações capital/trabalho e evitar o aumento da pobreza dos trabalhadores. Neste sentido, Ianni (1989) aponta que:

A intervenção governamental na esfera do trabalho está apoiada na necessidade de favorecer a insaturação da racionalidade possível e adequada à máxima mercantilização dos fatores. [...] Para isso, a atividade estatal vai orientar-se tanto no sentido de que preservar a oferta excedente e propiciar a diferenciação qualitativa, como de modo a estabelecer os limites dentro dos quais se dará a mercantilização da força de trabalho. Como esta tem sido fator abundante, o salário mínimo, o aviso prévio, a estabilidade e outras garantias se impuseram imediatamente, para que não se produzisse uma excessiva pauperização da classe operária. É óbvio que a pauperização seria um fundamento importante e alimento das contradições de classe, desembocando diretamente na luta pela apropriação do produto excedente. (IANNI, 1989, p.135).

O papel do Estado, portanto, era o de disciplinador, de moderador das contradições de classe, “evitando, de um lado, a pauperização e, de outro, a subversão da ordem capitalista em formação”. (IANNI, 1989, p.136).

E é esta ideologia da paz social, da harmonia e da parceria entre capital e trabalho que moldará o pensamento e a ação de Estados e industriais nas relações com o proletariado, seja através da legislação trabalhista, do reconhecimento dos sindicatos e, principalmente, do salário mínimo. Em uma época em que não era mais possível disfarçar a existência das desigualdades e, por consequência, da luta entre as classes desiguais, reforçar o modelo de parceria pacífica era fundamental para a consolidação do capitalismo industrial brasileiro.

Na ideologia da classe dominante, especialmente do grupo empresarial, as relações de classes são colocadas em termos de *Welfare State* posto em prática no Brasil. Dando continuidade à política estatal iniciada por Vargas, a liderança empresarial coloca as relações com os assalariados, em especial o proletariado, em termos de convívio harmonioso, fundado numa identidade de fins. (IANNI, 1989, p.144).

No entanto, se a questão política de como se relacionar com o proletariado estava bem delineada, as medidas sociais adotadas pelo Estado com vistas a reduzir a pobreza não

surtiram o efeito desejado, uma vez que as condições de vida da classe trabalhadora não avançaram na mesma proporção que a produção.

Ianni (1989) aponta que os salários reais dos trabalhadores cresceram somente 15% no quinquênio compreendido entre 1945-1950, enquanto o lucro industrial atingiu o patamar de 76% e a produção aumentou na proporção de 37%. Esta clara defasagem, segundo o autor, encontrava explicação no fato de haver um contingente de reserva de mão-de-obra muito expressivo, porém invisível, pois dispersos no campo, nos subempregos e outras formas de pauperização.

Assim sendo, a preocupação de Simonsen com a questão da pouca produção nacional estava correta. O autor tinha a percepção constatada por Ianni (1989) que o processo de pauperização se acentuava e que não bastavam apenas medidas sociais, mas sim aumentar a produção, elevar os níveis de atividade industrial a patamares capazes de incluir este contingente e romper com o ciclo da pobreza que atrasava o processo de inserção do Brasil no mundo desenvolvido, como veremos ao longo deste trabalho.

E a classe trabalhadora, por seu turno, parecia ter também a mesma percepção. Ianni (1989) aponta que quase a totalidade das lutas sociais encabeçadas pelos trabalhadores eram relacionadas às questões econômicas, sejam de uma categoria específica sejam as lutas nacionais, especialmente as que se dedicam ao aumento do desenvolvimento econômico:

Fundamentalmente, contudo, a classe operária está empenhada nas lutas relacionadas à constituição do sistema capitalista, com base na produção industrial. Ainda que com uma conotação diversa da concepção dos empresários, há um *desenvolvimentismo nacionalista* presente nas atividades políticas do proletariado. Ao longo dos anos 1945-1964, cresceu a participação dessa categoria na sustentação da política de desenvolvimento da burguesia industrial. (IANNI, 1989, p.151, grifo do autor).

Este desenvolvimentismo capitalista, segundo o autor, irá unir em diversos outros momentos setores da burguesia industrial e do proletariado em disputas pelo que entendiam ser seus interesses comuns, que o autor separou em quatro pontos fundamentais, sendo eles: 1) participação estatal na economia; 2) combate sistemático ao capital externo, especialmente a evasão dos excedentes e remessas de divisas e a associação de capitais para desnacionalizar a indústria e a burguesia “nacionais”; 3) reformas institucionais; 4) intervenção estatal no mercado de gêneros alimentícios. (IANNI, 1989, p.152).

Não pretendemos nos aprofundar na relação que se formou entre burguesia e proletariado porque ela se consolidou em período diverso do aqui estudado, mas é inevitável notar que Simonsen não só defendia como liderou os empresários industriais na direção que,

ao fim, acabou se estabelecendo entre as classes sociais brasileiras, moldada por um suposto alinhamento de interesses no aumento da produção como forma de vencer a pobreza.

A explicação de Ianni (1989, p.156) para a questão é que, como ambas as classes ascenderam ao cenário político pela via do Estado, que também se colocou como poder moderador de suas relações, acabaram por tornar-se “vizinhas”, ao menos em relação à sua visão histórica dos processos sociais.

O autor critica tal situação apontando que o efeito principal desta formação diferenciada é a reificação, especialmente nas classes assalariadas, do papel transformador do Estado. De tanto ver e depender da ação estatal para garantir seus direitos, o proletariado e em alguma medida a burguesia não conseguiam enxergar alternativas de crescimento futuro fora do espectro estatal.

De toda forma, nosso entendimento é que, no essencial, as colocações de Ianni (1989) ajudam a compreender e corroborar parte da visão de Simonsen sobre os processos históricos dos anos 1940, os últimos dos quais seria testemunha e protagonista, de que o fundamental para a consolidação da burguesia e do proletariado era a melhoria dos padrões de vida, o que só se daria com o incremento da industrialização.

Sendo a pobreza o principal problema da classe operária e da patronal industrial, a ideia de união de interesses entre ambas ganhou força. Por outro lado, se a pobreza não fosse combatida, as contradições de classe inevitavelmente sairiam do controle e poderiam tomar proporções “indesejáveis”, no entendimento de Simonsen, ao se referir ao comunismo.

Neste sentido, a obra de Ângela Maria de Castro Gomes, “Burguesia e Legislação Social no Brasil” (1978), aponta, tal como Ianni (1989) e Oliveira (1981), que a Revolução de 1930 foi um marco na medida em que inaugurou uma nova era nas relações capitalistas, com o modelo industrial de acumulação ganhando a dianteira em relação à agricultura, reorganizando, também, a linha argumentativa e de ação da burguesia industrial na busca de seus interesses.

Da mesma forma, a Revolução de 30 realocou as demais forças sociais, especialmente o proletariado, dando a este um novo status. A questão das condições de vida e seu enfrentamento já faziam parte, segundo a autora, da preocupação dos formuladores das teses políticas da Aliança Liberal, constando inclusive de seu manifesto, no entanto abordadas por um viés de naturalidade, de consequência da expansão capitalista. Após a chegada ao poder, fez-se necessário incorporar a parcela excluída da sociedade no nascente projeto hegemônico. (GOMES, 1978, p.311).

E tal incorporação só foi possível, segundo Gomes (1978), porque houve um processo revolucionário que alterou as configurações sociais então existentes, permitindo abordagens e debates até então impensáveis, entre os quais estava a convivência entre burguesia e proletariado enquanto classes autônomas, deixando a legislação social de ser um ataque aos patrões para assumir o papel de promotora de seus interesses.

Este novo posicionamento da burguesia justificava-se na busca da paz social, da harmonia entre classes, ou seja, da eliminação do conflito entre ambos, o mesmo pensamento que guiava as ações governamentais. Nestes termos, a autora explica que:

O que queremos destacar é uma certa convergência clara e explícita entre o discurso do próprio empresariado e o discurso governamental, no sentido de que ambos afirmam que a legislação social, atendendo aos justos reclamos dos trabalhadores, podia assegurar a paz social e assim um mais seguro desenvolvimento econômico dos negócios nas cidades. (GOMES, 1978, p.315).

A teoria da paz social foi a adotada pelo Estado quando da elaboração das legislações trabalhistas e sociais. E, no interior do governo, seus principais formuladores, ambos debatedores inseridos diretamente no processo de formulação destas novas estruturas sociais, foram Oliveira Vianna, que era consultor jurídico do Ministério do Trabalho à época, e Alceu Amoroso Lima, que era membro do Centro de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro.

Ambos os autores, segundo Gomes (1978), contribuíram de maneira essencial para que a legislação do período servisse, como veremos mais adiante, para criar uma nova estruturação de relação de classes cujo objetivo era eliminar os conflitos e dar lugar ao entendimento e aos interesses mútuos entre as classes então nascentes.

Para estes dois autores, a importância que a resolução do problema do trabalho assume, no conjunto de questões a serem enfrentadas numa sociedade moderna, é enorme. Alceu escreveu que este é o maior problema de nossos dias, pois “em torno de sua solução giram os destinos da nova fase da civilização [...] do pós-guerra”. A grande ameaça latente neste diagnóstico é que a constatação de um “dado concreto”, de um fato do momento político que se vivia e que consistia no avanço do proletariado e do socialismo sobre a burguesia e o liberalismo. (GOMES, 1978, p.316).

Assim, para Alceu Lima, não se tratava mais de somente apontar as condições de vida da classe operária, mas de proteger o trabalho por conta da necessidade de que a nova sociedade em construção, cujo pressuposto era a existência de duas classes sociais distintas – burguesia e proletariado – pudessem existir e coexistir em um ambiente de harmonia social,

abandonando-se tanto as concepções liberais quanto as comunistas de relação de classe e adotando outra, baseada na paz social. (GOMES, 1978, p.316-317).

A autora também aponta que, tanto para Alceu Lima quanto para Oliveira Vianna, a inspiração para a construção da proposta de harmonia entre classes encontra assento na doutrina social da igreja e no corporativismo, especialmente o de origem portuguesa, que combinaria as duas fontes doutrinárias em sua prática e ideologia.

Nestes termos, Oliveira Vianna, na obra “Direito do Trabalho e Democracia Social” (1951 apud GOMES, 1978, p.317-318), afirmaria que a solução do problema social do Brasil encontraria maior facilidade de construção pelo fato de nossa sociedade não possuir tradição de luta de classes, nem sofrermos de excesso de população ou carência de espaço, bem como a existência de um patronato que, muito embora apresente resistências, não costuma se chocar diretamente com o proletariado, condições estas que, somadas, facilitaríamos o encontro de soluções para a questão.

A ideia de Oliveira Vianna era transformar a questão social em um problema de Estado e, assim se tornando, obrigar a formulação de uma política social que apresentasse soluções para o problema, dotando-o, com tal movimento, de um significado muito maior do que o de até então: se antes era uma questão social, com a acolhida estatal o tema passou a ser o problema das classes pobres. Neste sentido, Gomes (1978) aponta que:

Ela passa a representar um instrumento necessário e precioso para a própria sociedade como um todo, na medida em que através de suas normas e preceitos poder-se-ia assegurar um regime de pluralidade de classes em cooperação. A dinâmica é bem outra e, por esta amplitude, a discussão da política social acabaria por envolver alguns problemas cruciais, como por exemplo, o das formas de participação e representação política das classes. (GOMES, 1978, p.318).

Oliveira Vianna (1951 apud GOMES, 1978), ainda no entendimento de Gomes (1978), afirmava que as relações entre as classes constituídas antes de 1930 deveriam ser superadas, na medida em que foram, em sua maioria, construídas com base em dois “erros”: 1) a desmedida exploração do homem e de sua força de trabalho, que teriam forçado o Estado a adotar políticas protetivas, sendo este um erro, pois o Estado deveria intervir diretamente nas relações entre capital e trabalho; e 2) por conta do primeiro erro, as intervenções estatais no setor acabavam por somente gerar ações enviesadas pró-trabalhadores e atingindo os empresários. Sem contar que as legislações sociais anteriores a 1930 buscavam somente a proteção física do trabalhador.

A nova política social a ser criada romperia com estes aspectos antigos e promoveria o conceito de trabalho, ampliando seu espectro de atuação. Para tanto, o Estado teria importância fundamental, com a confecção de legislações sociais cujo viés seria a criação de um sistema e harmonização social entre classes, e não mais a proteção física dos trabalhadores:

Desta forma, a intervenção necessária do Estado na questão social não tem mais o sentido da proteção física do trabalhador e sim o objetivo da organização de um sistema de instituições sociais que permita a harmonização dos interesses de patrões e operários. Portanto, se de um lado podemos apontar, na legislação do pós-trinta, uma alteração no que se refere ao alcance e extensão das leis, podemos igualmente situar esta mudança crucial do “sentido” da referida legislação, orientada por uma proposta clara e globalizadora. (GOMES, 1978, p.320).

E esta incorporação se daria, de acordo com a autora, com a promoção dos trabalhadores a “capitalistas”, a proprietários de sua mão-de-obra e, por consequência, participantes, colaboradores dos empreendimentos industriais.

Em suma, a ideia contida em Oliveira Vianna (1951) e Alceu Lima (1942) era a de que os instrumentos acima descritos seriam os mínimos necessários para a esmerada inclusão do proletariado no novo modelo capitalista em curso. E o padrão de relação entre as classes não poderia mais ser o “anti-padrão” do proletariado e nem o pensamento reativo burguês.

No caso da burguesia, a aceitação destas novas condições, nas quais o proletariado seria alçado à condição de classe, era antes de tudo uma questão de sobrevivência, na medida em que ou se construiriam instrumentos garantidores do pluralismo harmônico de classes ou a alternativa poderia ser a comunista. (GOMES, 1978, p.321-324).

A solução para o proletariado seria a criação dos sindicatos profissionais, que dissociados de ideologias político-partidárias e do histórico de lutas de classe construído anteriormente facilitaria a absorção das novas políticas em curso e, por consequência, seria um instrumento de colaboração – e não de enfrentamento – com a burguesia.

Nesses termos, deveriam prevalecer os mecanismos de cooperação entre as classes, pois, como aponta Oliveira Vianna (1951), nas palavras de Gomes (1978):

A crise econômica que os países e o mundo atravessavam demonstra a “insuficiência dos métodos burgueses de produção” e os riscos a que os princípios do individualismo liberal da livre concorrência conduziam. A moderna economia e sociedade não se baseariam mais nas concepções de relações de classe fundadas quer na “competição burguesa”, quer na “luta proletária”. O princípio de cooperação no trabalho e na vida social vinha substituí-los, possibilitando a eliminação dos conflitos e a construção de uma sociedade ordenada e harmônica. (GOMES, 1978, p.324).

Gomes (1978) traça, ainda, importante paralelo sobre a linha argumentativa da cooperação social através da ação reguladora do Estado com semelhante política de abandono dos conflitos capital-trabalho e a adoção de conduta harmonizadora praticada nos Estados Unidos. Lá também a ideia central é distanciar-se do confronto entre classes, mas não dos princípios liberais. Nestes termos, o que fundamenta a ideia de não conflitar é a racionalidade, a técnica, a ciência. A defesa de uma política social não se contrapunha à orientação liberal do Estado e sua intervenção era tida como mera correção de rota dos mercados.

No Brasil, ao contrário, a criação de uma política social pressupunha, no entendimento de Oliveira Vianna e Alceu Lima, um distanciamento por parte da burguesia dos princípios liberais e a adoção de outros, de base corporativa e religiosa em que fosse possível a junção dos poderes econômicos, políticos e espirituais. (GOMES, 1978, p.325).

No caso de Alceu Lima (1942), a autora destaca que:

No projeto político de Alceu, o Estado emerge como uma instituição reguladora superior que tem poderes sobre os grupos sociais, com os quais se comunica através das corporações, mas que necessita restabelecer suas relações com a igreja, justamente para superar sua condição de “Estado Burguês”. Desta forma, toda esta gama de relações vem alimentada pelo espírito religioso, demarcando-se bem a linha desta concepção de corporativismo e de política social. (GOMES, 1978, p.326).

Por sua vez, em relação a Oliveira Vianna (1951), a aplicação de uma nova política social teria por pressuposto uma transformação das posições das classes em relação ao Estado, com a organização de “uma rede de relações sociais instrumentalizada pela formação de sindicatos e tendo como núcleo o poder central”. (apud GOMES, 1978, p.327).

Esta rede sindical tornaria possível a criação de novas formas de participação política, na medida em que permitiriam a participação direta do proletariado e da burguesia nos órgãos estatais, retirando o controle do Estado das mãos de pequenos grupos de burocratas que chegaram ao poder por meio de partidos regionalizados. A proposta de Oliveira Vianna, portanto, era a de criar uma única estrutura na qual as classes produtivas pudessem dirimir seus conflitos, pactuar acordos, enfim, relacionar-se. (GOMES, 1978, p.327).

Os novos sindicatos advindos desta estrutura seriam instrumentos de conciliação entre as classes e não de luta, na medida em que seriam formulados de modo a não conter orientações político-partidárias, mas sim pautar-se pelo profissionalismo, pelo corporativismo e pelos ideais cristãos. (GOMES, 1978, p.328).

Assim formulado, o sindicato proletário só poderia conduzir suas lutas pela ótica da cooperação, não servindo de instrumento de luta entre as classes, o que interessava

diretamente à burguesia naquele momento histórico, quando as instabilidades políticas poderiam impedir a consolidação de seu projeto de industrialização. A legislação social, então, teve um papel político fundamental de amenizar as contradições sociais e permitir a consolidação do novo modelo econômico industrial.

O “problema do trabalho”, ou “a questão social” encontra, assim, na década de 30, um corpo de formulações articuladas e com respostas cuidadosamente estruturadas. Entre elas destaca-se aquela que situa a posição da burguesia, procurando enfatizar, de um lado, os enormes riscos que corria face aos avanços do socialismo operário e, de outro, as imensas possibilidades políticas e econômicas que a formulação de uma legislação social abrigava. Neste sentido, a orientação ideológica mais generalizada da década, ilustrada aqui pelas proposições de Oliveira Vianna e Alceu Amoroso Lima, caminhava na direção de não só defender a harmonia social e o Estado forte, como também de preservar os interesses e a posição da burguesia urbana na sociedade brasileira. (GOMES, 1978, p.329).

O conjunto de autores aqui debatidos nos permite entender a importância do tema das condições de vida no projeto industrialista.

Primeiramente, importa ressaltar que todos os autores analisados afirmaram, resguardadas as contradições entre os entendimentos esposados por cada um, que de fato existia um projeto industrial e que a classe burguesa envolvida neste projeto ascendeu ao poder, que antes pertencia à outra parcela da burguesia, a agrário-exportadora, sendo Roberto Simonsen o principal formulador e fomentador de tais ideias.

Se por um lado é mais complexo extrair de autores que possuem posições diferentes acerca de como estes acontecimentos se passaram, de outro, ampliar a gama de opções teóricas permite fortalecer as teses acerca da existência de uma burguesia nacional empenhada em converter a base agrícola da economia brasileira em industrial e, com isso, elevar-se ao poder, bem como a de que as condições de vida tiveram papel fundamental nestes processos, sendo Simonsen o principal disseminador da ideia de que a pobreza poderia minar a ascensão da classe burguesa ao poder.

Esta visão de Simonsen decorre do fato de que o intelectual/empresário percebia as contradições políticas de sua época. Se é certo que após a Revolução de 1930 o proletariado foi elevado à categoria de classe social, deixando de ser uma “questão de polícia” para se tornar uma “questão política”, como bem coloca Ianni (1989), antes de 1930 as agitações proletárias já se baseavam, centralmente, na questão das condições de vida e das péssimas condições de trabalho as quais estavam submetidos, como ressaltaram Carone (1978), Martins (1976) e Ianni (1989).

E Simonsen, mesmo antes dos acontecimentos de 1930 e posteriores, já tinha a percepção de que o ingresso do Brasil no capitalismo moderno, representado pela industrialização, seria a chave para superar as contradições da pobreza, das condições de vida. É o que veremos ao longo dos estudos de sua obra analisadas na Seção II deste trabalho, em que analisamos apenas textos e produções escritos até 1928.

Ao verificarmos tais obras, partindo de “O Trabalho Moderno”, de 1919, e seguindo até “Orientação Industrial Brasileira”, de 1928, que inaugura a Seção IV de nosso trabalho, será possível verificar como o autor tomou contato com o tema das condições de vida ao conviver com os operários de suas fábricas e em suas viagens pelos países europeus e Estados Unidos, quando pôde ver as diferenças gritantes existentes entre a classe trabalhadora americana, europeia e a brasileira, e a razão desta diferenciação brutal: a industrialização.

Assim, quando a Revolução de 1930 desnudou as contradições sociais entre as classes, na medida em que abriu espaço político para a formação das mesmas, Simonsen apresentou as mais sólidas manifestações em favor da melhoria imediata nas condições de vida, e não por acaso: após anos de formulação, o desenrolar dos acontecimentos revolucionários lhe permitiu guiar os industriais para um novo rumo das relações entre as classes, em que combater a pobreza por meio da melhoria das condições de vida tornou-se vital para o projeto industrialista.

Tal como veremos ao longo da Seção IV, que reúne as obras do período de 1928 a 1948, o autor apresentará versões cada vez mais elaboradas de suas teses sobre o desenvolvimento e sua relação intrínseca com a pobreza, o que, a nosso ver, só foi possível porque Simonsen já trabalhava havia anos o tema das condições de vida.

Em 1928, em “Orientação Industrial Brasileira”, que foi seu discurso na fundação da CIESP, Simonsen abordou com segurança o tema das condições de vida e pela primeira vez o relacionou claramente com o modo de produção da economia nacional: se quiséssemos vencer a pobreza, teríamos de rumar para a industrialização.

Em 1934, como deputado constituinte por São Paulo, foi dele a proposta de inserir na Constituição o tema das condições de vida e da criação de um salário mínimo, o que de fato acabou se concretizando anos depois.

Nos anos 1940, desenvolveu trabalhos analisando os efeitos do Plano Marshall na América Latina e no Brasil e concluiu que a medida acentuaria a pobreza latino-americana ao desviar recursos destas nações para a reconstrução da Europa, reproduzindo a antiga divisão

internacional do trabalho de antes da II Guerra, quando as nações periféricas deveriam produzir matérias primas e assimilar os excedentes manufaturados dos países centrais.

Como seria possível ao autor apresentar propostas tão bem acabadas e que envolveram temas complexos e caros à luta política da época em tão pouco espaço de tempo, não fosse pelo fato de que o mesmo já tinha a percepção da dimensão política dos problemas que a pobreza traria ao Brasil e ao projeto de industrialização?

A questão que se coloca então é explicar como Simonsen conseguiu sintetizar com tal acuidade o principal problema do capitalismo brasileiro da época. Em nosso entendimento, o autor percebeu com antecedência o que ficou claro após a Revolução de 1930: as condições de vida eram de fato uma questão política.

Em “O ensino superior e as elites paulistas: os casos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Escola Livre de Sociologia e Política”, de 2013, Angelo Del Vecchio, criticando as análises de diversos sociólogos brasileiros que não atribuem maior valor às produções intelectuais desenvolvidas antes da fundação da USP, acusando-as de serem ensaístas, com pouco rigor metodológico, afirma que tal crítica desconsidera as realidades políticas dos períodos históricos assinalados, que no caso é o mesmo de nossos estudos, nos quais a “questão social” e os “projetos” eram a tônica do pensamento social.

Logo, a conclusão de que tais temas eram “não científicos” e portanto não mereciam ser reconhecidos como trabalhos sociológicos é fruto, segundo Del Vecchio (2013), da negação da política real, das contradições reais então existentes e que fundamentaram a escolha de tais temas. Para fortalecer o modelo de “ciência livre”, os críticos das ciências aplicadas – especialmente da sociologia – deixam de considerar as razões pelas quais a aplicação se justificava: as questões políticas.

Nestes termos, tudo o que não fosse uma escolha “livre e desinteressada” do ponto de vista dos objetos científicos haveria de ser desconsiderada, na medida em que não correspondia à produção científica propriamente dita, mas sim a opções “governamentais”, interessadas, distantes da produção asséptica das metodologias. (DEL VECCHIO, 2013, p.15-16).

Em contraponto, o autor apresenta o caso da Escola de Sociologia e Política, da qual Simonsen foi o fundador e principal mentor intelectual², cujo currículo e modelo de ensino

² Sobre este tema, ver a Seção III deste trabalho, na qual organizamos debate pormenorizado deste acontecimento e suas ligações com o tema das condições de vida.

eram o oposto do que os teóricos uspianos pretendiam por “científico”: criar elites capazes de compreender e de intervir na realidade social brasileira, colocando como o centro de sua atuação o tema da questão social. (DEL VECCHIO, 2013, p.19).

Se somarmos parte das análises de Del Vecchio (2013) com as conclusões de Ianni (1989) de que a Revolução de 1930 alçou a pobreza à condição de problema político ao configurar como classe o proletariado, o que também foi apurado, com diferenças, por Oliveira (1981), Martins (1976) e Gomes (1978), bem como se levamos em conta, como afirmou Carone (1978), de que a classe patronal de antes de 1930 resistia às conquistas sociais do proletariado, é possível, em nosso ver, concluir que o tema das condições de vida era um dos principais debates políticos da primeira metade do século XX.

Em nossa visão, a “questão salarial” era exatamente o componente político do debate travado no momento de consolidação do capitalismo industrial, uma vez que a carestia da vida era um fato concreto que impedia o desenvolvimento das forças capitalistas industriais.

Nestes termos, o papel de Simonsen no debate sobre as condições de vida ganha força. Martins (1976) e Carone (1978) trouxeram elementos sobre as relações existentes antes de 1930 entre patrões e empregados que nos permitem concluir que havia entre eles uma disputa real por melhores condições de trabalho e de vida.

O primeiro autor apresentou extenso rol de dados sobre as greves do período e ressaltou que, por conta das disputas comerciais, os industriais necessitavam explorar ao máximo a mais valia para aumentar sua margem de lucro. Naturalmente, isso esquentava o debate político com o proletariado e tal situação só se alterou quando da Revolução de 1930, oportunidade na qual o patronato alterou sua postura, adotando perfil mais paternal, harmonioso, com o claro fito de capturar o proletariado para o projeto industrialista. (MARTINS, 1976).

Já Carone (1978), ao analisar o papel do Centro Industrial do Brasil (CIC), aponta que a entidade na qual se congregava parte importante das elites industriais brasileiras colocava-se em oposição às conquistas sociais obtidas pelo proletariado.

Claro está, portanto, que existia na sociedade brasileira de então uma disputa entre as classes sociais, que se ainda não possuíam sua forma completa ou não tinham plena consciência de seu papel social, sabiam exatamente pelo que disputar: no interior da burguesia, agricultores e industriais disputavam a hegemonia econômica e política; no proletariado, a discussão era sobre os salários e as condições de vida.

Nestes termos, a abordagem de Simonsen sobre a questão, além de manter relações com seu pessoal modo de encarar a realidade, era para o autor a principal questão política a ser resolvida para o sucesso do projeto industrialista, que em sua visão, como ficará claro ao longo do trabalho, era um projeto de nação. Industrialização e condições de vida, aqui, possuem uma relação dialética.

Neste projeto, as desigualdades sociais por ele conhecidas e presenciadas ao longo de sua trajetória política, intelectual e empresarial não podiam perdurar, pois do contrário, as tensões que daí resultariam inviabilizariam a industrialização, pois não haveria a possibilidade de formarmos uma sociedade capitalista em um ambiente onde a maior parcela da população vivia na miséria; além do que, como o autor deixa mais claro nas obras de sua última fase intelectual, no final da década de 1940, tal situação poderia levar o Brasil ao comunismo, da mesma forma que já havia acontecido em outros países, especialmente na então URSS.

Para que pudesse, pois, realizar tal entendimento, Simonsen precisaria, como de fato o fez, ter consciência de duas realidades: primeiro, a de que existiam classes sociais no Brasil; segundo, que entre elas havia um campo de disputa que, naquele momento histórico, estava sintetizado na questão das condições de vida. E o autor, como veremos ao longo do trabalho, tinha clara percepção destes fatos.

Assim, havendo uma disputa entre as classes e não sendo, na visão de Simonsen, do interesse de nenhuma delas a manutenção do conflito, na medida em que ambas precisavam apoiar-se para assumir a hegemonia do quadro político nacional – em que a burguesia precisava de apoio para o projeto industrialista e o proletariado precisava da industrialização para se libertar da pobreza resultante do modo de acumulação agrário – a aliança de interesses entre elas, muito bem esclarecidas por Ianni (1989) – cuja análise adotamos totalmente – está menos para um arranjo “conservador” do que para a opção política possível, talvez a única para ambos, nas circunstâncias históricas daquele momento.

Logo, nesta questão nos aproximamos das abordagens de Ianni (1989) e de Diniz e Boschi (1978) acerca da formação das classes e de como a articulação de seus interesses econômicos e políticos moldaram os acontecimentos, sem nos esquecer da fundamental participação do Estado neste processo, que também entendemos inserida neste contexto político já analisado, e não acima ou distante dele. Ambos os autores, em nossa visão e tal como Del Vecchio (2013) alertou, alicerçam-se exatamente nas questões políticas e históricas envolvidas nos processos históricos aqui analisados para construir seus argumentos. Deram aos acontecimentos uma dimensão maior e mais profunda que nos auxilia a entender, em se

tratando especificamente de nosso objeto de estudos, a importância de Roberto Simonsen para estes acontecimentos no que tange ao tema das condições de vida.

Estando mais clara a importância do tema das condições de vida no projeto industrialista, podemos nos dedicar a analisar as ideias de Simonsen para a superação das contradições de classe, fundamentadas em conceitos que remetem às teorias da paz e da justiça social.

Sobre esta questão, adotamos uma vez mais o entendimento de Ianni (1989), agora também apoiado nos de Gomes (1978), sobre a importância dos conceitos da paz social, da harmonia entre as classes sociais adotada pelo Governo e por parte da burguesia, notadamente por Simonsen e pelos industrialistas.

Como demonstramos acima, Ianni (1989) coloca que o Estado teve papel fundamental na consolidação do capitalismo industrial, na medida em que criou as condições para que a indústria se estabelecesse enquanto força econômica hegemônica, bem como elevou o proletariado à categoria de classe social, editando uma série de legislações sociais que serviram para o reconhecimento político das questões trabalhistas.

E neste sentido, as legislações sociais também serviram para igualar minimamente as relações entre capital e trabalho, amenizando a pobreza e melhorando as condições de vida, o que resultou em um apaziguamento da luta entre as classes, na medida em que a principal questão política do operariado era a eliminação da pobreza.

Assim, o Estado, ainda segundo Ianni (1989), teria o papel de poder moderador das relações entre as classes, aceitando parte das reivindicações sociais de melhoria das condições de vida e evitando, com isso, a subversão da ordem capitalista recém-instalada. A harmonia entre as classes, com tal movimento, estaria em tese garantida.

Simonsen acreditava na harmonia entre as classes como forma de regulação social. Ao longo de suas obras, debatidas em todas as seções deste trabalho, o intelectual/empresário defendeu tal argumento escudado no entendimento de que, sendo comuns os interesses entre patrões e empregados – no caso, aumentar a produção, o que elevaria tanto os rendimentos de uma classe quanto de outra – qualquer nível de disputa entre elas seria, antes de tudo, um sinal de irracionalidade.

E para que fosse possível evitar as irracionais disputas, a ciência deveria ser a medida exata da regulação das relações classistas, estudando os problemas sociais e apresentando soluções isentas de ideologias e de interesses de qualquer das classes. Saber exatamente o

problema e a melhor solução do ponto de vista científico era o modo que Simonsen entendia ser o mais correto para regular a harmonia social. E a ciência que deveria oferecer as melhores soluções para os problemas sociais, especialmente o das condições de vida, era a sociologia.

Nestes termos, se o conflito era fruto da desigualdade e esta, por sua vez, era resultante da irracionalidade da exploração desmedida do trabalho e da baixa produção, a ciência apresentaria soluções melhores que a política para tais problemas.

Assim, a fundação da Escola de Sociologia e Política, em 1933, que analisaremos com maior acuidade na seção III deste trabalho, tinha como uma de suas missões exatamente a de oferecer soluções racionais para os problemas sociais existentes, estudando-os e oferecendo respostas que contemplassem tanto os patrões quanto os empregados, que não haveriam de contestar uma proposta cuja base fosse a ciência, a exata medida.

Também por isso Simonsen defendia com vigor o combate à pobreza e pela melhoria das condições de vida, na medida em que tal desequilíbrio impediria a consolidação da paz social e elevaria o grau de tensão entre as classes. E sua luta para que houvesse maior igualdade entre as classes tinha substrato exatamente no receio de que a miséria insuflasse o proletariado, tal como havia ocorrido em outros países, pondo por terra o projeto capitalista brasileiro.

A análise que faremos ao longo deste trabalho permite a visão completa da caminhada feita pelo autor na construção dos argumentos em favor da melhoria das condições de vida, inseridas no projeto industrialista.

Em uma primeira fase, como vimos, o autor se relaciona com o tema pela ótica da racionalização do trabalho, dos processos produtivos, como forma de aumentar a produção e, por consequência, os salários. A crítica aos conflitos, nesta etapa, se dá mais acentuadamente pela ótica da irracionalidade.

Em um segundo momento, a abordagem de Simonsen sobre o tema ganha feições práticas: criação da Escola de Sociologia e Política e inserção do tema das condições de vida na Constituição Federal por proposta da bancada paulista, liderada pelo intelectual/empresário, que, à época, era deputado federal.

Por fim, nas obras mais próximas do final de sua vida, sua visão sobre o tema reflete as contradições políticas e sociais do pós II Guerra e das tensões entre capitalismo e comunismo, ao afirmar que a pobreza colocava em risco a democracia da América Latina porque estimulava a luta de classes.

E estas três perspectivas de Simonsen sobre o tema, reformuladas a cada momento a fim de incorporar os acontecimentos históricos e políticos e sempre tendo como horizonte a consolidação de uma sociedade capitalista desenvolvida, a base do projeto industrialista, era o substrato da paz social pretendida pelo autor.

É a busca pela harmonia social que aproxima o pensamento de Simonsen com o de autores como Oliveira Vianna (1951). Gomes (1978) descreve a importância do pensamento do jurista, membro da equipe do Ministério do Trabalho que elaborou as legislações sociais da época. Isso teve influência direta sobre como seriam criadas as estruturas sociais que incorporaram os interesses do proletariado ao projeto industrialista.

Segundo o pensamento de Oliveira Vianna (1951), a ideia central – que também encontramos fartamente distribuída nas obras de Simonsen – era de que a harmonia das relações sociais somente seria alcançada se a burguesia abandonasse os receios da ação do proletariado e este, por sua vez, deixasse de alimentar sentimentos “anti-patronais”. Em outras palavras, a paz social residiria em um meio de interação cujo centro moderador seria o Estado, através do qual as relações entre as classes seriam reguladas, afastando-se tanto dos conceitos liberais quanto dos comunistas.

Simonsen, a seu turno, mas de igual forma, era um defensor das teses da harmonia social, especialmente as que levavam em consideração o critério científico como regulador dos conflitos, no que também se aproxima dos conceitos desenvolvidos por Le Play (1876), do qual extraiu não só o método científico de investigação social, conforme debateremos na Seção III deste trabalho, como também em parte os entendimentos de que a paz social poderia ser mais bem alcançada por meio do estabelecimento de patamares científicos de condições de vida.

Neste sentido, Botelho (2002), em importante trabalho sobre o autor francês, destaca que Le Play defendia o conceito de paz social como forma de conciliação entre capital e trabalho na perspectiva de que era possível a convivência harmoniosa entre as classes:

No capítulo inicial do livro primeiro, Le Play (1989:3) argumenta que a origem do sofrimento de então estava nos erros acumulados desde o século XVIII. Um deles seria a predominância exagerada do "espírito de novidade" sobre o "espírito da tradição", embora reconheça que as inovações contemporâneas melhoraram a vida material, mesmo tendo desorganizado a vida moral. [...] Embora se possa dizer que estivesse preocupado em ir contra muitas das transformações então em curso no mundo, Le Play não advogava uma volta ao passado. Para ele, o progresso material alcançado pela sociedade européia era importante, mesmo porque o aumento da

população e as conseqüentes concentrações humanas eram um caminho sem retorno. Caberia às autoridades (oficiais ou não) buscarem empreender reformas que reconciliassem o homem do século XIX com a felicidade perdida pela rapidez das transformações. Os elementos dessa reconciliação, e conseqüentemente da paz social, estavam fortemente estabelecidos na vida privada (idem: 4-5). Daí a eficácia de um método científico que, com o propósito de buscar a reforma social, se volte para a observação da vida privada em suas diferentes formas de organização no mundo europeu. Seu método responde a essa necessidade, especialmente porque surgira da observação da realidade, e não de idéias preconcebidas (idem: 41,43). (BOTELHO, 2002, p.526-527).

Também são nítidas as influências durkheimianas nos conceitos de paz social e especialmente de ciência como medida de solução de conflitos adotados tanto por Oliveira Vianna (1951) quanto por Simonsen.

Partindo do entendimento de Durkheim (1978) sobre a solidariedade orgânica, que aproxima os diferentes interesses dos indivíduos membros das sociedades por meio do consenso, da coesão, de uma unidade coletiva em torno de princípios que o autor afirmava serem a base da moderna sociedade capitalista, o conflito seria uma espécie de fenômeno social em distonia, uma “doença”, uma disfunção que deveria ser resolvida por meio da ciência, tanto a sociologia quanto o Direito, aqui no sentido de organizar a vida social e a cooperação entre os indivíduos.

Assim, o “natural” do ponto de vista social seria a cooperação, e não a concorrência entre os indivíduos e, por consequência, entre as classes, sendo a disputa entre elas uma não-sintonia que deveria ser abordada de maneira científica, tanto pela sociologia quanto pelo Direito, através de legislações que incentivassem a cooperação entre os entes.

Neste sentido, Luiz Werneck Vianna, em “A Revolução Passiva” (2004), aponta a influência de Durkheim nos conceitos desenvolvidos por Oliveira Vianna:

Desde a Independência, viveríamos “politicamente em pleno sonho”, apartados da “noção objetiva do Brasil real”, rompidos com nosso passado em nome de ideais abstratos de elites que “criam para [seu] uso um Brasil artificial (*ibidem*). Contra isso, o princípio de realidade mobilizaria em favor do estudo dos fatos, ponto de partida de inevitáveis ressonâncias durkheimianas – não a toa Durkheim é citado na nota de abertura da 4ª edição de *Populações meridionais do Brasil* –, perspectiva que vai sustentar a precedência do *homo sociologicus* sobre o *homo político*, tronco comum, aliás, ao pensamento autoritário brasileiro. O recurso ao “estudo dos fatos” não limita o observador ao mero entendimento – a sociologia em Oliveira Vianna compartilha da vocação de engenharia social durkheimiana – porque, somente assim, poderemos saber “de ciência certa quais as incapacidades a corrigir, quais as deficiências a suprir, quais as qualidades a adquirir” (idem, p.21). (VIANNA, 2004, p.170, grifo do autor).

Os mesmos conceitos sobre o papel da ciência estão presentes em Simonsen, que via na sociologia – tal como Durkheim, portanto – a ciência capaz de regular e solucionar os conflitos sociais que perturbariam a normalidade da vida social.

Assim, estando mais bem delineadas as bases sociológicas nas quais o tema das condições de vida estava inserido no momento histórico aqui abordado, torna-se mais fácil entender a importância e o pioneirismo da atuação de Simonsen sobre a questão.

Afinal, se em um primeiro momento mostra-se inusitado o fato de que o principal líder da burguesia seja também quem melhor desenvolveu e atuou em prol ao tema das condições de vida, o centro das lutas do proletariado, inserido nos contextos políticos e históricos aqui analisados a ação de Simonsen ganha todo sentido. Sendo o principal líder de sua classe e possuindo a clareza necessária para compreender as contradições sociais, passou a atuar no sentido de construir um modelo de sociedade no qual as diferenças seriam amenizadas em favor do desenvolvimento da indústria.

Nem o liberalismo, nem o comunismo, mas sim a harmonia social, concentrando esforços em direção ao progresso e ao desenvolvimento, deveria ser o substrato de união social, peça chave nestas dialéticas relações entre burguesia industrial e proletariado.

Obviamente, a ideia da paz social não era capaz de eliminar o conflito entre as classes, especialmente por conta de não abordar o modo de distribuição da riqueza que adviria destes consensos pelo desenvolvimento. No entanto, ao autor a ideia era de grande valia e seria suficiente para direcionar os esforços nacionais pela industrialização, tanto que, tal como veremos na última seção, desenvolveu o conceito de direito internacional social na expectativa de ver aplicado no mundo o modelo de arranjo social que pregava para o Brasil.

Feitas estas considerações e nelas assentadas, a leitura das demais seções deste trabalho dará maior profundidade e sentido à atuação de Simonsen na defesa da melhoria das condições de vida.

SEÇÃO II – SURGE PARA ROBERTO SIMONSEN A QUESTÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA (1913-1928)

A obra “À Margem da Profissão” reúne textos de Roberto Simonsen de 1916 a 1931 e compreende a primeira fase³ do pensamento deste intelectual, que se inicia com a construção da Companhia Construtora de Santos e segue até 1931, após a fundação do CIESP. Nessa época, o autor já tinha desenvolvido seus argumentos sobre a indústria e sua importância fundamental para melhorar as condições de vida da população, conforme estudaremos nas seções II, III e IV deste trabalho.

Em geral, os comentaristas e estudiosos de Simonsen concentram seus estudos no período compreendido entre 1930 e 1948, uma vez que é neste interregno que as obras do autor adentram com maior profundidade no tema da industrialização e se acirram os debates entre os industrialistas e os defensores do modelo agroexportador e também com os liberais. Este debate deságua nas futuras formulações do autor sob o subdesenvolvimento brasileiro e suas consequências, passagens que serão, a seu tempo, por nós abordadas.

Para os fins deste trabalho, no entanto, importa-nos verificar nesta fase inicial do pensamento de Simonsen, que se caracteriza por ideias ainda pouco elaboradas sobre a realidade brasileira e os meios de alterá-la, como nasceu a percepção das condições de vida e de todos os aspectos em torno dos quais, tendo o conceito de pobreza como base, o autor lapidou ao longo dos anos de trabalho e estudo aos quais se dedicou a “conhecer o meio em que vivemos” (SIMONSEN, 1932, p.7) e formular soluções que, posteriormente, contribuíram com elementos fundamentais às formulações econômicas da segunda metade do século XX, como veremos com maior acuidade na seção IV deste trabalho.

No prefácio da obra em análise, o próprio Simonsen aponta que

Coordenando esses trabalhos e comparando-os em face da evolução dos fatos posteriormente verificados, constatei a insuficiência de muitos. Reimprimindo-os, tenho em mira por meio de manifesto uma indiscutível harmonia em seu conjunto, a continuidade da diretriz a que obedecem e a profunda sinceridade com que sempre agi e estudei os problemas do meu país. (SIMONSEN, 1932, p.10).

Assim, nossa busca será por retirar das diversas obras que compõem essa etapa os conceitos, mesmo incompletos, que nos conduzirão para a chave interpretativa que entendemos ser a condutora do pensamento de Simonsen e que discutiremos com maior apuro

³ Carone (1971) e Cepeda (2004) dividem o pensamento de Roberto Simonsen em fases, noção que adotaremos parcialmente neste trabalho e que está mais bem debatida na Seção III, primeira parte.

ao longo do trabalho: o Brasil é um país pobre porque não produz riqueza; para superar a pobreza, só por meio da industrialização.

O próprio autor delinea o caminho ao longo do prefácio, reunindo sinteticamente as abordagens sociais, políticas e econômicas sobre as quais discorreu no período e harmonizando-as, dando às mesmas o sentido e a direção que desejamos explorar.

Assim, no tocante à sua atuação na economia, Simonsen afirma que

No terreno econômico não houve problema nacional de vulto que não despertasse minha atenção e nunca poupei energias para colaborar em sua solução e na formação da consciência de nossas verdadeiras necessidades. [...] Tratei de encarar sob um ponto de vista nacional os problemas econômicos que interessavam ao país. Apaixonado pela ciência, sempre entendi que nela deveríamos buscar as soluções para os nossos casos. Deixá-los a discrição das ações e reações das formas naturais e dos livres fatores econômicos seria ainda por muito tempo conduzir o país a uma servidão econômica, quase tão penosa quanto a sujeição política, em benefício de nações melhor aparelhadas. Intervencionista nunca o fui para combater leis naturais, mas sim exclusivamente com o intuito de criar situações em que o Brasil pudesse aproveitar em seu favor as resultantes dessas leis. (SIMONSEN, 1932, p.8).

Sobre o tema do protecionismo econômico, o autor afirma que

No atual estágio da civilização e da política internacional não se pode conceber a idéia de nação sem a do protecionismo. Afirmar que o Brasil só pode produzir em condições econômicas o café e pregar a destruição das barreiras aduaneiras com o intuito fantasista de se conseguir em troca melhores mercados para a colocação desse produtos, é admitir a transformação do país num vasto cafezal com o desmantelamento de muitas de nossas atividades, com o rebaixamento do padrão de vida e com um grande recuo de nossa civilização. O livre câmbio traduz a liberdade de escambo entre nações, com o conseqüente predomínio das mais fortes muitas vezes em detrimento dos interesses e do padrão de vida das menos aparelhadas. (SIMONSEN, 1932, p.9).

Por fim, o autor aborda o problema da carestia da vida operária brasileira, reforçando seu entendimento de que a pobreza brasileira não era racial ou congênita, mas científica: como não produzíamos o suficiente, não conseguiríamos vencê-la.

Quanto à carestia da vida já demonstrei que ela aqui dever-se-ia chamar insuficiência de ganho e depreciação da moeda. [...] a riqueza de uma nação e o padrão de vida de seus filhos são principalmente função de seu poder aquisitivo, que por sua vez deriva da produção dos bens sociais. (SIMONSEN, 1932, p.10).

Das passagens acima podemos destacar vários aspectos essenciais da obra de Simonsen que se tornarão bases de suas argumentações futuras, tais como a ciência e o papel

que o autor lhe conferia na busca pela verdade livre de ideologias, que debateremos com maior profundidade na seção III, a importância da participação do Estado na economia para regular seus fluxos, questão que o próprio autor desenvolverá em outras obras – analisada na seção IV deste trabalho – e outras, todas em torno da fundamental hipótese com a qual, em nosso ver, trabalhava o autor: as condições de vida dos trabalhadores.

Este resumo feito pelo próprio autor vai ao encontro e serve de introdução para a discussão que pretendemos fazer nesta seção, reconstruindo os argumentos iniciais de Simonsen no que tange às condições de vida dos trabalhadores e os demais aspectos nela alicerçados.

Para facilitar a compreensão do pensamento de Simonsen, dividiremos a análise das obras deste período em dois tempos: um que irá de 1916 a 1924, quando o autor dará maior atenção às questões de organização racional do trabalho e aumento da eficiência, e um segundo, de 1924 a 1928, em que Simonsen se dedicará com maior tenacidade às questões da política de proteção ao café, em prelúdio para a fundação da CIESP e para o acirramento das disputas entre industriais e cafeicultores, nos anos 1930.

2.1 Organizar o trabalho de maneira racional

Em “Profissão de Fé”, discurso proferido em 14 de maio de 1916, quando regressava de uma viagem às Repúblicas do Prata, Simonsen afirma um de seus ideais, que chama de “cultos”: o da ação.

Na minha curta existência de homem e profissional tenho me esforçado por “agir” – sem pretensões a enciclopedista – mas apenas procurando acertar e para isso me apoiando nos meios que me tem parecido mais dignos, práticos e seguros aos fins em vista. (SIMONSEN, 1932, p.14).

Simonsen ainda aponta para outro de seus “cultos”: o da não filiação a correntes ideológicas nem a academicismos, questão que será mais bem trabalhada nas seções II e III deste trabalho e que foi constante em sua atuação política, marcada pela busca das “verdades” científicas que, em seu modo de ver, seria a melhor maneira de solucionar os conflitos sociais.

Em “O Trabalho Moderno”, de 1919, uma de suas mais importantes obras, Simonsen discorre sobre a organização científica do trabalho, buscando a máxima eficiência com o menor custo, com a novidade de que o autor inclui como “trabalho organizado” as condições de vida dos trabalhadores, assunto recorrente em suas intervenções.

A obra é dividida em três partes, cada uma correspondendo a um discurso de Simonsen em uma ocasião diferente: o primeiro, feito ao final dos trabalhos da equipe de combate à gripe espanhola; o segundo, tratando de agricultura cafeeira e a terceira uma introdução do relatório apresentado à Diretoria da Cia. Construtora de Santos em março de 1919.

Na primeira delas, o discurso realizado em Santos em 1918, em agradecimento à saudação dos companheiros de trabalho após o fim da epidemia de gripe espanhola na cidade, o autor ressalta o fato de que houve união de esforços entre patrões e empregados para combater a epidemia, apontando para uma de suas teses: a união de esforços, não a luta de classes, seria mais racional e traria melhores resultados.

O perigo da morte, a grande niveladora social, a comunidade de sofrimentos, aproximou-nos, patrões e empregados, auxiliares superiores e humildes operários – e dessa cooperação voluntária e consciente resultaram proveitos para todos, como sois os primeiros a constatar. Pois bem: vós, operários brasileiros, pioneiros de uma classe que apenas se esboça, a do proletariado nacional [...] Vede o que podemos obter pelo entendimento direto e pela ação comum inspirada num espírito de solidariedade e de paz que deve sempre imperar entre os seres humanos. E, agindo com esse pensamento, sempre unidos, contribuam para evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe, as organizações artificiais, os entraves à verdadeira noção de liberdade, que foram, em grande parte, as causas dessa campanha sangrenta que custou milhões de vidas de nossos semelhantes. (SIMONSEN, 1919, p.9-10).

A tentativa de Simonsen de conciliar a luta de classes pela via científica é uma marca de sua atuação que consideramos importante apontar. O autor não se filiava, como vimos na passagem anterior, a correntes ideológicas, não obstante deixe claro sua crítica ao comunismo, que entendia como “artificial”. Sua questão era científica: pela sociologia, aqui representando a “ciência”, seria capaz de encontrar um ponto de equilíbrio entre a real necessidade de ganho dos trabalhadores e o lucro, de forma a harmonizar a convivência entre as classes, na medida em que, a seu ver, a luta destes entes só traria prejuízos.

A formulação acima só aparecerá desta forma nas passagens de Simonsen uma década depois de “O Trabalho Moderno”, conforme estudaremos nas seções II e III. Por ora, a visão do autor ainda é rarefeita e muito ligada ao modelo de racionalização do trabalho que viu em suas missões à Inglaterra e aos Estados Unidos. Mas as bases estão lançadas: carestia, ciência, progresso.

[...] a melhoria de vossas condições de vida, o vosso futuro, o vosso bem estar, a vossa tranqüilidade, só podem repousar no trabalho produtivo e organizado! O barateamento da produção, em todos os seus aspectos, precisa

e deve ser almejado constantemente no vosso e no nosso interesse. Esse barateamento, porém, deverá ser conseguido, não à custa de vossos salários, mas sim pela obtenção da máxima eficiência do trabalho! E a máxima eficiência do trabalho nós a obtemos por uma perfeita organização em que, por disposições inteligentemente adotadas, as perdas de tempo e os esforços não produtivos sejam reduzidos ao mínimo. (SIMONSEN, 1919, p.11).

No final, o autor inclui entre os aspectos do trabalho organizado as condições de vida dos trabalhadores, seu conforto e bem estar, que julgava essenciais para o sucesso da produção.

Na segunda passagem, um discurso de saudação ao então Ministro da Agricultura de São Paulo, Pádua Salles, realizado em 27/12/1918, Simonsen volta ao tema da organização do trabalho e da produção, ressaltando os benefícios da ciência para a questão.

Para produzir, porém, não é mais bastante o trabalho simples, descuidado, ao Deus dará! Na tremenda luta econômica que os povos se vão empenhar como reação inevitável da grande guerra, em que avultaram nos orçamentos das nações as despesas improdutivas, os que desejarem produzir na acepção econômica da palavra – têm de organizar em seus mínimos detalhes o sistema de produção – seja qual for a natureza desta, visando a máxima eficiência na aplicação de todos os seus elementos. (SIMONSEN, 1919, p.19).

Seguindo este raciocínio, Simonsen aborda a questão do Brasil e discorre acerca de sua tese de que deveríamos organizar, por meio do Estado, a produção agrícola, tal como fizeram os Estados Unidos. A fim de sustentar a afirmação, Simonsen lança mão de uma série de estatísticas e resultados colhidos pela associação do Estado com os produtores rurais americanos em busca de melhor extrair da terra todo seu potencial.

O cultivador americano transportou para o campo os ensinamentos da moderna organização industrial, da organização científica; dirige sua fazenda como uma manufatura ou casa de comércio. [...] Ele é auxiliado, porém, de um modo decisivo e prático pelo Ministério da Agricultura. A ação do Estado nada tem ali de burocrática. (SIMONSEN, 1919, p.23).

Logo, segundo o autor, o Brasil, onde existe abundância de terras e de riquezas naturais cuja exploração é nossa própria história, moldando nossa civilização desde a colonização inicial até então, deveria organizar melhor a exploração da agricultura, pois “em nosso país, mais do que em qualquer outro, o homem é dirigido pela terra”. (SIMONSEN, 1919, p.26).

Assim, a tarefa seria explorar as potencialidades que a terra brasileira oferecia. E para tanto, o autor considerava necessária a organização científica do trabalho rural, no qual o Estado teria papel fundamental, tal como nos Estados Unidos:

O fomento da nossa produção exige ainda o estudo do desenvolvimento do crédito agrícola; do problema da mão-de-obra, tão complexo no momento atual pela rarefação havida no mercado de braços; da orientação acertada na escolha dos produtos e do instrumental agrícola; do transporte, a preços módicos; depende, enfim, da organização da produção em bases cientificamente determinadas. (SIMONSEN, 1919, p.28).

Sobre esta questão, parece existir uma contradição no pensamento de Simonsen (nesta passagem), uma vez que o autor defende a organização industrial da agricultura, mas, em verdade, não se trata de contradição propriamente dita.

Cepeda (2011) explica que os industriais, em um primeiro momento, defendiam a convivência dos setores agrário e industrial porque não lhes era possível, política nem economicamente, posicionar-se de outra forma, uma vez que a indústria enquanto atividade econômica ganhou maior corpo exatamente neste período histórico em muito por conta das possibilidades abertas pela política do café.

Logo, a defesa que Simonsen faz da “vocação” agrária reflete a problemática do momento histórico. Ademais, gostaríamos de ressaltar que, embora não trate diretamente da indústria, o autor defende a racionaliza o do campo como forma de aumentar sua produ o, portanto não se distancia de sua chave interpretativa, conforme debateremos na se o II deste trabalho, em que o tema será desenvolvido.

Por fim, na última passagem da obra, “Pela Administra o Científica” – introdu o do relatório apresentado   diretoria da Cia. Construtora de Santos em março de 1919, o autor, após relatar os mecanismos de administra o que empregou na empresa, baseados em conceitos de autores clássicos desta temática, aborda novamente a questão das condi es de vida.

Entende o intelectual/empresário que o maior problema que pairava sobre as indústrias era a utiliza o econômica do trabalho, mais precisamente os pagamentos dos trabalhadores. Defendia que a indústria deveria livrar-se do modelo “militar” de organiza o – na qual a rela o com os operários era a de feitoria – e evoluir para um estágio mais avançado em que se buscasse equilibrar os pagamentos aos custos, de forma a contemplar ambos os interessados – patrões e empregados. Do contrário, s  restaria a via do conflito.

A indústria moderna tem evoluído, como tudo. Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos para considerar como uma força nova, existente realmente, o descontentamento do operário; e proporcionar, com desassombro, a justa remunera o ao trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produ o pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas. (SIMONSEN, 1919, p.37).

Seguindo seu raciocínio, Simonsen afirma que o erro principal das indústrias foi o de não ter considerado os trabalhadores como um fator de organização do trabalho, relegando-os a uma condição de menor importância, como se consistissem em uma massa única, sem considerar seus talentos, suas competências e, principalmente, o valor de seu trabalho. Por conta disso, embora conseguissem organizar muito bem suas indústrias, não extraíam dela todo seu potencial exatamente porque não conseguiam se relacionar com a mão-de-obra. (SIMONSEN, 1919, p.38-39).

Para solucionar o entrave e evitar a “guerra de classes” na qual só enxergava problemas, Simonsen propunha o estabelecimento de critérios científicos que pudessem tornar mais justo o pagamento, incorporando-o novamente na sociedade por meios econômicos – os mesmos que, de acordo com o autor, os afastaram anteriormente. (SIMONSEN, 1919, p.40).

Por este caminho, pensava Simonsen, não haveria razão para a luta de classes, uma vez que “todos, individualizados, poderão conquistar sua independência econômica, como já o podem hoje [conquistar] a sua independência política” (SIMONSEN, 1919, p. 43).

Na passagem “Problemas de Administração”, de 1918, um relatório de trabalho elaborado por Simonsen para os demais diretores e acionistas da Companhia Construtora de Santos, o autor, além de rebater críticas que vinha sofrendo na condução dos negócios desta empresa, também aborda aspectos de seu pensamento sobre a condição de vida dos trabalhadores.

Adotando por definição de “engenheiro” a mesma esposada pelos “*yankees*” – a de alguém que cria métodos de organização do trabalho, a fim de extrair das atividades econômicas todos os seus proveitos, Simonsen inicia o relatório afirmando que adotou uma série de medidas alternativas aos negócios principais da empresa porque, por conta da guerra, não obstante alguns ramos da indústria tenham sido beneficiados, este não era o caso da construção, que sofria com o encarecimento das matérias primas, o barateamento dos aluguéis por conta da diminuição e do empobrecimento da população e outros fatores que, não cuidados, poderiam levar esse ramo à falência. Por conta disso, tratou de criar “mercados” nos quais a Companhia pudesse atuar de maneira paralela. (SIMONSEN, 1932, p.38).

A primeira ideia foi a criação da Cia. Santista de Habitações Populares, empreendimento que fracassou, mas deixou como herança uma de suas primeiras formulações sobre a condição de vida dos trabalhadores, além do bairro Vila Belmiro, em Santos/SP, e do Estádio do Santos Futebol Clube, de mesmo nome.

Sabedor de que os operários não contavam com opções dignas de moradia e necessitando movimentar as construções da Companhia, Simonsen criou a empresa, destinada

a construir, em Santos, vilas populares “onde fossem observados os mais rigorosos preceitos técnicos, desde a locação até a construção de seus mínimos detalhes”. (SIMONSEN, 1932, p.39).

As moradias a serem construídas erguer-se-iam sob os mais modernos projetos de moradias populares e com preços que o autor julgava ideais para a classe obreira:

O arruamento já traçado, cujo projeto obedece aos mais modernos preceitos da “town-planning”; as primeiras habitações coletivas, constituindo as células dos grandes quarteirões e os exemplares de casas para aquisição direta dos mutuários, em pequenas prestações, lá estão à vista de todos, e provando também, pelo modesto interesse com que retribuem o capital já gasto, que não são positivamente as “decantadas vilas” os frutos inesgotáveis de rendas fabulosas. (SIMONSEN, 1932, p.40).

Depois da construção de parte do bairro Vila Belmiro, inclusive com o traçado de ruas e alguns edifícios, além do estádio já citado, diversos problemas, entre eles a eclosão da I Guerra e a conseqüente dificuldade de importar projetos e materiais de construção e de financiamento para o empreendimento, Simonsen concluiu pela inviabilidade do projeto.

De toda forma, as habitações até então construídas foram ocupadas por famílias de classe média, ou “operários de casaca”, como mencionou o empresário, não sem antes lamentar que, ao mesmo tempo em que construía o bairro que julgava ser ideal aos operários, estes construíram, em paralelo, 572 casas de madeira no entorno. (SIMONSEN, 1932, p.40-41).

É importante ressaltar que, considerando a obra vindoura do autor, sua indignação com as “casas de madeira”, a que chegou a atribuir pelo fato de que “a classe obreira prefere habitar nas casinhas de madeira, em pleno campo, longe da ação disciplinadora da higiene e do...fisco”, Simonsen (1932, p.41), além de carregar as contradições sociais da época, aponta em nosso ver para outro dos nortes do empresário/intelectual: o das condições de vida dos trabalhadores, até aqui citados por ele apenas de passagem, mas que já habitavam suas reflexões, tal como pode ser visto no texto “O trabalho organizado”, já citado.

Ainda não estava claro para Simonsen que o problema fundamental da inviabilidade de sua vila popular não foi a “opção” por morar “no campo”, longe da disciplina da cidade, mas sim a falta de renda dos operários de então para adquirir as unidades construídas, ainda que nas condições promovidas pelo projeto, situação esta que será desnudada ao empresário apenas anos depois, na obra “Orientação Industrial Brasileira”, de 1928:

Durante vinte anos, procurei por todos os meios conseguir um tipo de habitação barata, que permitisse ao operário de menor salário, dentro de suas

possibilidades, uma moradia decente e verifiquei ser o problema por enquanto economicamente insolúvel, dadas as modernas exigências de higiene e de segurança das construções. A solução está no aumento do ganho médio, e esse argumento de ganho médio está ligado ao aumento da eficiência no trabalho e, portanto, aos problemas principais da formação da nossa nacionalidade, organização do nosso aparelhamento econômico, moeda sã e crédito abundante, higiene e instrução. (SIMONSEN, 1932, p.175).

Esta passagem das moradias populares tem o sentido de evolução no pensamento do autor que desejamos emprestar para nosso trabalho. A ideia de melhorar a vida da classe operária acompanha o autor desde o início de seus trabalhos intelectuais, e a compreensão de Simonsen sobre as causas da carestia e as soluções para a mesma é o desenvolvimento de sua obra futura, que partiu destas formulações iniciais, portanto mais superficiais, até se transformarem na grande contribuição ao pensamento social brasileiro dada pelo autor.

Outra interessante passagem do relatório é a que o empresário/intelectual retrata suas reflexões sobre a participação do Brasil na I Guerra – imaginando seu desfecho tal como realmente foi. Acreditando que, com a declaração de guerra à Alemanha, a sociedade brasileira viveria tempos de mobilização e vendo em tal estado uma oportunidade de “*rush*” da indústria local, Simonsen idealizou diversos projetos, entre os quais se destaca a formação de um organismo que reunisse empregadores e empregados a fim de conciliar os interesses de ambas as classes por meio de “estudos de meios práticos” para atingir tal objetivo. (SIMONSEN, 1932, p.46).

Tal ideia, não obstante aprovada por seus pares no Centro dos Construtores e Industriais de Santos, não se concretizou naquele momento, mas a intenção de promover por meio da ciência a conciliação entre as classes permaneceu como objetivo de Simonsen ao longo de sua obra, refletindo de maneira decisiva quando da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1932, com a expectativa de estudar de maneira científica as reais necessidades da classe trabalhadora de então – conceitos que serão mais bem trabalhados na seção III deste trabalho.

Na obra “Missão à Inglaterra”, de 1919, uma coletânea de discursos proferidos por Simonsen sobre assuntos diversos, quando de sua participação como membro da Missão Comercial Brasileira que foi à Inglaterra, o autor discorre sobre os benefícios da industrialização e sobre as condições de vida dos trabalhadores europeus.

Em discurso intitulado “Orientação Comercial Brasileira”, proferido em 30 de maio de 1919 no banquete de despedida e em homenagem à escolha de Simonsen para compor a missão, em Santos, o autor afirma que o mundo chegara à era da industrialização e que a

sociedade passaria, agora, a ser movida pela “lei da oferta e da procura”, ou seja, pela força do capitalismo industrial nascente. Sua busca era por defender a indústria e os industriais, os homens de negócios que, em seu pensamento, fundariam a nova sociedade que emergiria das transformações oriundas da era industrial do capitalismo.

Chegamos à era do industrialismo, depois de uma elaboração secular. A grande máquina social move-se pela força impessoal da oferta e da procura e o grande esforço cooperativo que isso representa é um dos maiores produtos da humanidade. [...] Independente da situação toda especial do momento, poderíamos dizer que os negócios já foram os fundamentos da sociedade moderna, que se não compreende hoje sem o intercâmbio. (SIMONSEN, 1932, p.58-59).

Tal defesa era necessária porque, de acordo com Simonsen, existia uma espécie de “preconceito social” com a classe dos empresários, sentimento este que o autor também vislumbrava nas sociedades antigas, em que o trabalho era função social de escravos, atividade vulgar que não se localizava na nobreza, mas na base da pirâmide. Por conta deste preconceito, que persistia, de acordo com o autor, no Brasil, Simonsen acreditava que as famílias dirigiam seus “filhos mais capazes” para profissões liberais, em contraponto com o que estavam, atualmente, fazendo os Estados Unidos e a Inglaterra, após abandonarem a equivocada impressão existente sobre os empresários. (SIMONSEN, 1932, p.59).

E, ainda segundo o autor, a indústria era a principal responsável pelo “mundo atual” – a era moderna do capitalismo – pois a profissão de empresário seria capaz de dotar os indivíduos de melhores condições para atuar na sociedade, tratando de questões em constante transformação e renovação, ao passo que, sem o desenvolvimento desta etapa, a humanidade ainda viveria nas condições em que se encontrava nos tempos das trocas de riquezas naturais, que julgavam “antigos”. (SIMONSEN, 1932, p.60).

Entendia Simonsen que a opção pelas profissões liberais era devida, ainda, à veneração das ciências, o que não seria mais um motivo justificado uma vez que a ciência “está agora em trabalho na região dos negócios para substituir ali o empirismo na elaboração dos seus processos”. (SIMONSEN, 1932, p.60).

Após relatar o desenvolvimento da indústria e do comércio no mundo, Simonsen passa a analisar a situação brasileira. Parte do pressuposto de que, ao contrário do que afirmam alguns, a situação de atraso de algumas regiões do Brasil não é um problema “de nossa raça”, mas sim da falta de uma ação planejada e dirigida do Estado e das elites na direção da produção de riquezas.

A ação esclarecida do Estado, as ‘elites científicas’ em quase todos os países mais adiantados, foram, na evolução natural dos fatores econômicos, conseqüências e não causas da riqueza e civilização desses povos. (SIMONSEN, 1932, p.62).

Ao lembrar que os países desenvolvidos de então tinham alcançado tal condição pela rápida expansão de sua indústria, em muito baseada na utilização do carvão e do ferro, da máquina a vapor e da energia elétrica, tecnologias que o Brasil ainda não dispunha, Simonsen conclui que não haveria outra forma de nos colocarmos no mundo capitalista se não fosse por meio da agricultura, condição esta que deveríamos melhorar e superar com a organização científica do trabalho.

A civilização atual é o fruto do rápido industrialismo, que em princípios do século XIX seguiu-se à utilização do ferro e do carvão, à invenção da máquina à vapor, ao desenvolvimento da força elétrica. O Brasil, sem minas de carvão, no estado atual da ciência, tinha de ser, naturalmente, em primeiro lugar agrícola e pastoril. Enquanto a evolução da ciência não tornar mais prática e mais economicamente acessível o uso da energia hidroelétrica, [...] a nossa situação só poderá melhorar com a rapidez que desejamos, por processos de organização cientificamente determinados. (SIMONSEN, 1932, p.62).

Vemos nas passagens acima o nascer de outro dos nortes que acompanharia Simonsen em sua trajetória: a industrialização como forma de o Brasil alcançar o patamar de país desenvolvido. Ainda que em caráter inicial, as conclusões a que chega sobre a situação dos países mais adiantados e a brasileira dizem muito sobre suas conclusões acerca do assunto, que aparecerão mais bem elaboradas em suas obras posteriores.

Uma das conclusões é sobre o papel da agricultura. Notemos que, para Simonsen, sem as tecnologias que permitiram ao capitalismo industrial projetar-se na Europa e nos Estados Unidos, era “natural” que o Brasil fundasse sua economia nas atividades agrícolas, pecuárias e no comércio, atividades econômicas aqui desenvolvidas desde a colonização.

Agora, porém, na era da “civilização atual”, se quiséssemos seguir o caminho do desenvolvimento, seria necessária a intervenção do “Estado” e das “elites científicas” para produzir um plano capaz de dotar o Brasil das mesmas condições que produziram o desenvolvimento dos países centrais. Em outras palavras, seria necessário que o Brasil “evoluisse” da era agrícola para a industrial. Daí o cuidado de Simonsen em defender o empresário como sendo o novo modelo de homem, moderno, capaz, dotado de sagacidade, inteligência, ambição, espírito prático, enfim, o oposto do homem do campo.

Seguindo sua análise sobre o desenvolvimento do Brasil, Simonsen aponta que a principal contradição à época existente era a econômica, uma vez que não dispúnhamos de

técnicas capazes de converter as riquezas naturais em riquezas com valor agregado pelo trabalho, bem como não tínhamos recursos suficientes para desenvolver tais técnicas.

Logo, nosso comércio, baseado na exploração das riquezas naturais, estava sujeito aos sabores – e dissabores – do mercado internacional. Restar-nos-ia, pois, nos organizarmos e nos aparelharmos a fim de não permitir a desnacionalização da economia, de maneira a não empobrecermos ainda mais. (SIMONSEN, 1932, p.63).

Para entendermos a grandeza do pensamento de Simonsen sobre estas questões, cabe uma explicação sobre a real natureza de sua preocupação, acima descrita ainda de maneira sucinta.

A economia brasileira era baseada na exportação do café e na importação de produtos manufaturados produzidos nos países desenvolvidos, situação que não privilegiava a existência de um aparato industrial local. Esta era, como bem descreveu Raul Prebisch (1949), a divisão internacional do trabalho que prevalecia à época e que se manteve desta forma até meados de 1950.

Ocorre que tal sistema, ainda nos utilizando do entendimento de Prebisch (1949), era altamente prejudicial aos países periféricos, pois o sistema de trocas não dividia a riqueza gerada pelo comércio dos produtos, mas sim raptava tal riqueza dos produtos periféricos, transferindo-as para os países centrais. Para tanto, utilizava-se de um processo de valorização constante dos produtos manufaturados, o que exigia um volume de matérias primas sempre maior para sua aquisição.

E tal contradição, que Prebisch desenvolveu em “O desenvolvimento da América Latina e seus problemas fundamentais”, em 1949, já havia sido percebida por Simonsen, ainda que superficialmente, em 1914, ao afirmar que

Arrastada assim a luta econômica, a nossa geração tem sobre os ombros a grande responsabilidade de não deixar o país se desnacionalizar; temos de nos organizar e de nos aparelhar convenientemente para que os capitais que nos procuram, encontrando condições de segurança e garantia, não nos custem taxas excessivas que absorvam parte considerável do fruto do nosso trabalho; temos de nos preparar suficientemente para que, no aumento do intercâmbio, paguemos os produtos que importamos somente com o fruto de nosso trabalho e da nossa terra, mas nunca com a sua própria produtividade, empobrecendo o país e o legado de nossos antepassados. (SIMONSEN, 1932, p.64).

E, para cumprir com tal tarefa, a geração de Simonsen, segundo o próprio autor, deveria:

[...] estudar a fundo os problemas nacionais; vulgarizar com rapidez a educação econômica e os ensinamentos da ciência, como obra indispensável de patriotismo, para que, no concerto das nações, venhamos a ocupar a posição a que temos direito pela nossa grandeza e pelas aptidões da nossa raça. (SIMONSEN, 1932, p.65).

O intelectual/empresário nos concede mais elementos da formação de seu pensamento, recolocando a importância da ciência para a racionalização da economia por meio da participação do Estado, elementos que ficarão mais claros à medida que outras obras do autor vierem a debate em nosso trabalho, mas que surgiram destas suas percepções iniciais sobre como as nações mais desenvolvidas tinham conduzido seus processos histórico-econômicos, em comparação com o Brasil.

Em um discurso pronunciado em Birmingham, em 1919, em visita a uma fábrica, Simonsen reformula sua crença no trabalho organizado de maneira científica ao afirmar que:

Tempos houve na história em que os grandes impérios eram formados pela conquista e apropriação da riqueza criada pelos outros povos. [...] Hoje, [...] os grandes impérios, como a Inglaterra, são formados pela sua capacidade produtora, cuja expansão se torna ilimitada pelo progresso da ciência. (SIMONSEN, 1932, p.70).

Ainda na Inglaterra, Simonsen, em artigo publicado no jornal *Times* de agosto de 1919, ressalta a importância da ciência para a organização do trabalho, bem como critica, ainda que de passagem, o fato de o Brasil ainda ter sua base econômica na agricultura:

Uma das lições da Grande Guerra foi incontestavelmente a de salientar a importância dos técnicos em todas as organizações industriais modernas. [...] somos um país novo onde, apesar do muito que já temos feito, reina ainda uma explicável dispersão de esforços acompanhado à pequena densidade do povoamento; e que a fase econômica que atravessamos não permitiu até agora a existência entre nós de organizações econômicas adiantadas. [...] Ora, devido ao atraso em que ainda se encontram as indústrias em nosso país, forçado a ser por muito tempo essencialmente agrícola e pastoril, a maior parte dos técnicos formados por aquelas escolas trabalha em obras públicas e estradas de ferro, deixando, portanto, de ser mais eficientemente aproveitadas muitas inteligências brilhantes e muitos espíritos preparados. (SIMONSEN, 1932, p.89-90).

É interessante notar como o pensamento do autor se formou ao longo dos anos, em muito devido às suas experiências profissionais em confronto com seus estudos. Mesmo não sendo um intelectual propriamente dito, um indivíduo dedicado à formulação de problemas a serem resolvidos por meio da pesquisa científica, era exatamente assim que Simonsen se comportava, com o acréscimo do gosto pela prática, pela ação, pela execução das próprias ideias.

Deparando-se com a situação da classe operária no Brasil e tendo o comparativo europeu e norte-americano de progresso, o autor associou que o “atraso” local em relação aos países centrais era derivado das circunstâncias econômicas às quais o país estava submetido, ou “forçado”, como colocou na passagem que vimos acima.

Anos depois, todas estas variáveis expostas por Simonsen em seus discursos e artigos, ainda no começo do século XX, irão levá-lo a concluir que a única forma de superarmos o subdesenvolvimento econômico e social – ou em outras palavras, a única forma de melhorarmos as condições de vida – seria por meio da indústria, modelo capaz de romper com a divisão internacional do trabalho que forçava o Brasil a ser um país periférico.

E, tal como o intelectual orgânico gramsciano, Simonsen procurou conduzir sua classe social para a industrialização, formulando problemas e alternativas que pudessem ser postas em prática, abrindo a disputa pela hegemonia do poder econômico brasileiro com os agricultores, que então predominavam.

Esta visão histórica que Simonsen tinha da realidade brasileira e que o mesmo desenvolveu é uma parte importante de sua obra intelectual. Carone (1971) nos aponta que

Estes aspectos [históricos] aparecem nas diversas partes de seus livros. Não podemos esquecer que esta é a razão maior do interesse de sua obra. É que, para Simonsen, conhecimento histórico é também análise dos fatores geográficos e demográficos, econômicos e financeiros, de problemas sociais, etc., fato que torna sua contribuição grandemente superior à da maior parte dos nossos teóricos anteriores do pensamento industrial. E é esta soma que marca sua contribuição, tornando-a fundamental e permanente. (CARONE, 1971, p.24).

E é com base nesta postura científica, porém engajada, que o autor vai elaborar todo o rol de iniciativas, projetos e teses sobre o Brasil e sobre quais seriam os caminhos a serem percorridos para seu crescimento e desenvolvimento econômico e social, conforme estudaremos ao longo deste trabalho.

Na tese “Possibilidades Algodoeiras do Brasil”, que Simonsen apresentou ao Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, ocorrido em Paris/França em 1919, no qual foi o único delegado representante do Brasil, o autor ressalta uma vez mais a questão da técnica e da ciência na organização do trabalho.

Citando os casos dos Estados Unidos e de São Paulo, que ultrapassaram a produção algodoeira do Nordeste brasileiro com o emprego de técnicas de lavoura, Simonsen reforça seus pensamentos na direção de que uma parte dos problemas do subdesenvolvimento brasileiro estava na falta de uma organização científica do trabalho.

É evidente que esse sistema de exploração, inteiramente antiquado, não permitia aos estados do Norte do Brasil desenvolverem uma produção que economicamente pudesse concorrer com as grandes plantações industriais onde são seguidos os ensinamentos da agricultura moderna. [...] Verifica-se desse modo que, se por um lado as condições de feracidade naturais facilitavam em muito a cultura do algodoeiro no Brasil, não existiam, por outro lado, condições técnicas e de ordem econômica que permitissem o desenvolvimento industrial do seu plantio. (SIMONSEN, 1932, p.95).

Por fim, em entrevista dada aos jornais brasileiros da época quando do retorno da delegação à Inglaterra, Simonsen relata as diversas impressões que teve do desenvolvimento econômico e científico inglês. Dentre suas impressões, uma chama a atenção: “é notável o conforto e o serviço de assistência que são proporcionados aos operários na maioria das fábricas que visitamos”. Entendemos que Simonsen achou “notáveis” as condições de vida dos trabalhadores ingleses porque as comparou com as condições daqui, não aprofundando, nesta oportunidade, tal questão. (SIMONSEN, 1932, p.101).

Em “A Profissão do Engenheiro”, discurso pronunciado em homenagem à memória de Paula Souza, na Escola Politécnica de São Paulo, em 14 de novembro de 1920, Simonsen discursa ressaltando o papel dos engenheiros na reconstrução do mundo destruído pela guerra.

Relatando o trabalho “mais árduo” dos engenheiros europeus no processo de recomposição social daquele continente, Simonsen defendeu que os governos procuram um norte, uma diretriz que os possa conduzir ante a “desorientação” que a “onda comunista”, que traz consigo o “espírito da decomposição”, estava causando e que o trabalho apartidário, porém político, dos engenheiros, seria o de buscar caminhos que conciliassem capital e trabalho, a fim de que o “sinistro preamar que das camadas populares sobe” pudesse “escoar pacificamente”, pois seria da “harmonia, do acatamento recíproco desse dois elementos de propulsão social” que o mundo dependeria para se reconstruir. (SIMONSEN, 1932, p.109).

Considerando as demais obras de Simonsen e sua visão acerca de como seriam resolvidos os conflitos entre capital e trabalho, entendemos que o empresário falava mais sobre seu papel do que o dos engenheiros em geral.

Vimos que Simonsen idealizava uma situação na qual fosse possível amenizar a disputa entre capital e trabalho, na certeza de que o conflito entre ambos traria a decomposição social. E o meio que encontrou para tanto foi o de tentar equilibrar a relação entre tais forças melhorando as condições de vida dos trabalhadores, o que só seria possível por meio da ciência e da industrialização, como veremos a seguir.

Neste diapasão, tornam-se mais claras as razões pelas quais Simonsen encaminhou suas ações futuras, seja criando uma estrutura científica capaz de produzir elementos que

pudessem levar ao desejado equilíbrio entre as classes, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e, de outro, organizando e liderando seus pares nas disputas em prol da industrialização brasileira.

Nossa intenção, com tal passagem, é reforçar a hipótese de que o autor desenvolveu suas teorias e suas intervenções práticas após constatar que a pobreza era o principal entrave ao desenvolvimento do Brasil, cujas origens eram o sistema econômico no qual o país estava inserido, que a perpetuava e acentuava e sua superação só poderia se dar por um outro modo de produção, a indústria. Tais percepções advêm das experiências absorvidas nesta primeira parte de sua vida intelectual.

Em “A Função dos Homens de Negócios”, discurso pronunciado por Simonsen no Colégio Mackenzie em novembro de 1920, na condição de paraninfo da turma de comércio, Simonsen volta a debater importantes vertentes de seu pensamento e nos revela outras.

Falando sobre a ciência e seu papel na sociedade, Simonsen ressalta o academicismo exacerbado que notava nos cientistas de seu tempo, cuja ênfase no método e na linguagem técnica superava a importância científica do estudo analisado, tanto na proposição quanto na crítica.

Há incontestavelmente em nosso meio, mais do que alhures, a aristocracia da palavra, o mandonismo literário. Moços existem que tomaram como profissão a crítica da demolição. Com amontoados de livros filosóficos à esquerda, cuja leitura quase sempre lhes foi indigesta; tendo à direita o metro gramatical, atiram-se, desabridamente, sobre os incautos que se atrevem a falar sem sua audiência, com maior sinceridade de idéias do que preocupação de formas. (SIMONSEN, 1932, p. 114).

A importância da passagem acima reside no fato de que o autor via nas ciências a solução para a racionalização da vida social e econômica brasileira, especialmente na sociologia. No entanto, seu modelo de ciência era, em uma palavra, prático. Daí a crítica à “aristocracia da palavra” feita pelo autor: sem um viés aplicado, a ciência só servia para seus seguidores diferenciarem-se socialmente daqueles que não haviam se dedicado à vida intelectual, aos quais estaria relegado o trabalho pesado.

Também por este motivo, Simonsen passa em seguida a discorrer sobre a função social da profissão de empresário, defendendo que, ao contrário do pensamento da época, os que necessariamente não tinham uma formação acadêmica ou bacharelesca não tinham menor importância social e possuíam, também, uma profissão na qual a ciência e a técnica tinham valor fundamental.

As contradições sociológicas próprias da formação da classe burguesa brasileira foram devidamente analisadas por Florestan Fernandes (1975) e nos auxiliam a entender com a devida profundidade as razões pelas quais Simonsen sentia a necessidade de desmistificar o trabalho dos empresários no Brasil do começo do século XX.

Ainda, importa ressaltar o fato de que também o empresário/intelectual percebeu as diferenciações existentes no interior de sua classe social e quanto esta diferenciação contribuía para a manutenção do *status quo* de então, dando mostra da grandeza e da importância de seu pensamento para a sociologia brasileira.

A partir de tais considerações, Simonsen desenvolve sua tese sobre o “idealismo prático”, conceito pelo qual os empresários devem se cercar de mecanismos científicos de administração do trabalho, indo além da concepção simples do ganhador de dinheiro:

Ao *business is business* se opõe o idealismo prático, ensinado pelas formidáveis produções industriais conseguidas durante a guerra, que demonstraram o supremo valor do exercício da consciência individual no comércio e na indústria, pois que essas produções foram conseguidas nas organizações em que se souberam apreciar devidamente a importância do fator humano e a necessidade de ser ele estimulado intelectual, moral e fisicamente. (SIMONSEN, 1932, p.115).

O empresário não se ocupa em definir com maior rigor o termo “idealismo prático”, mas a leitura de suas obras nos leva a compreendê-lo como sendo a crença de que não existe uma teoria capaz de mover todas as peças, de apresentar todas as explicações. O ideal, pois, seria utilizar o melhor de cada técnica a fim de atingirmos os melhores resultados, sempre em bases científicas, movidos pela responsabilidade social de cada indivíduo com seu trabalho e atividades.

Com efeito, nos países envolvidos na luta, indivíduos que eram considerados como dominados pela avidez do ganho souberam impor-se à admiração geral pelo seu ânimo de sacrifício e dedicação pela causa pública. Poderia ter isso acontecido se da carreira que abraçaram não lhes adviessem idéias e propósitos elevados? Qual é esse espírito, essa força viva que operou milagres e que orienta a ação dos bem intencionados na vida dos negócios? Qual é, em suma, a ‘alma’ dos negócios? Os cultores das chamadas profissões liberais admitem que o fim imediato de seus trabalhos não seja o ganho de dinheiro, ainda que do seu exercício tirem os meios de subsistência; reclamam para si ideais mais alevantados. [...] O que, afinal, caracteriza as profissões a que acima me refiro? São carreiras para as quais o homem se prepara por estudos especiais [...]. Nestas profissões, existe o predomínio da ciência e a aplicação de seus ensinamentos na vida social. Não terá a profissão dos negócios, exercida com superioridade e consciência, os característicos de uma profissão científica e uma importância e dignidade perfeitamente comparáveis às das demais profissões? (SIMONSEN, 1932, p.115-116).

E segue, procurando esclarecer qual seria a função social dos homens de negócios:

A alma das ciências dos negócios, encarados sob um ponto de vista superior, foi definida como sendo ‘a prestação de serviços à sociedade nas questões atinentes às suas relações econômicas, empregando a verdade e promovendo o desenvolvimento do sentimento da responsabilidade individual’. Com efeito, consciente ou inconsciente, todo negociante serve a sociedade, pois que os negócios de cada indivíduo se desenvolvem de modo a promover o bem estar público. (SIMONSEN, 1932, p.117).

Surge ainda para o autor a noção de **salário**, que pela primeira vez aparece associado à palavra **científico**, baseado na produção. O autor não aprofunda o tema, ainda muito incipiente, mas aponta para o que seria sua busca futura através, dentre outros instrumentos, da sociologia: o equilíbrio nas relações entre classes.

Agindo com este idealismo prático [no caso, pagar salários de acordo com a produção e lealdade] é que se poderia chegar à tão almejada conjugação de interesses entre o patrão e o operário, alcançando este o horário e o salário mais convenientes e o patrão a máxima eficiência na mão de obra e, conseqüentemente, na produção. (SIMONSEN, 1932, p.118).

Sobre o conceito de idealismo prático e sua importância nas obras de Roberto Simonsen, adotamos o trabalho de Maza (2004), em que o tema foi desenvolvido com maior aprofundamento.

Analisando, na passagem seguinte, a necessidade da “ética” no trabalho, Simonsen uma vez mais perpassa o tema das condições de trabalho.

Afirmando ser necessário o desenvolvimento de uma “responsabilidade individual” em cada operário, a fim de extrair dos mesmos seu melhor, o autor reforça a ideia de que os patrões também devem procurar valorizar suas relações com o proletariado: mencionando esquete teatral que tinha por cenário uma oficina onde os personagens são humanos movidos a correias, dando a entender que são máquinas e estão degradados, Simonsen afirma que a peça é uma

Crítica muito cabível ao industrialismo mal orientado. Justificam-se assim os princípios fundamentais apresentados por Jenks como regendo superiormente o espírito das transações, como constituindo sua alma: prestação de serviços, verdade e sinceridade das transações e o estabelecimento do princípio da responsabilidade individual. São estes preceitos que fazem dos negócios uma ciência viva; são eles que também conduzem à verdadeira democracia do trabalho [e] [...] ao ideal republicano. (SIMONSEN, 1932, p.119).

Encerrando a passagem, Simonsen aponta outra questão que ganhará relevância em seu pensamento nos anos seguintes, o protecionismo econômico. Compreendendo desde então

que não seria possível ao Brasil desenvolver-se sem proteger sua economia, o autor chamava atenção para o tema, colocando-o como tarefa para os Governos.

É preciso que nossos homens de governo compreendam que a inferioridade na instituição de defesas econômicas nacionais implica um verdadeiro atentado à nossa liberdade, obrigando-nos, no terreno das permutas, a dar o que é nosso por muito menos que seu valor justo. (SIMONSEN, 1932, p.120).

As duas últimas obras que veremos nesta etapa relacionam-se ainda com o tema inicialmente desenvolvido de organização científica do trabalho e seus benefícios.

Assim, em “Vida de Estudante e Luta pela Vida”, discurso proferido por Simonsen aos formandos do Ginásio Anglo-Brasileiro em 21 de novembro de 1920, o autor faz a defesa do trabalho e da necessidade do estudo contínuo, que via como a única oportunidade de inovação e de enriquecimento pessoal e social – além, portanto, do material. O trabalho, nestes termos, seria o “ideal” a ser perseguido.

De acordo com o autor, a herança que recebemos de nossos antepassados é o progresso que hoje desfrutamos, uma vez que o “[...] rico dos tempos passados não conhecia objetos de que usa o miserável dos nossos dias”. Tal circunstância, no entanto, faria de todos devedores da sociedade, trazendo-nos, portanto, duas responsabilidades: 1) a de seguir com a marcha do progresso, de forma a não interromper as gerações futuras e de retribuir os benefícios recebidos; 2) inovar, aperfeiçoando algum fator útil à coletividade. (SIMONSEN, 1932, p.125).

Mas esta criação, esta inovação a ser realizada pelo trabalho não é o ideal do trabalho em si. É preciso que esta criação aconteça em bases mais amplas, seja norteadada por um objetivo maior. Tal ideal, de acordo com Simonsen, deveria ser a construção econômica do Brasil por meio do trabalho. O nacionalismo seria, portanto, a ideia força que impulsionaria e aglutinaria os esforços em prol da inovação, do progresso e da prosperidade que somente seriam alcançadas pelo trabalho, que passaria, segundo o autor, para um estágio superior, deixando de ser visto como um fardo e passando a ser o caminho para a liberdade e a felicidades dos homens. (SIMONSEN, 1932, p.128).

Da mesma forma, em “Pela Eficiência”, resposta à saudação dos operários da Cia Construtora de Santos em 01 de abril de 1921, o 9º aniversário de fundação da empresa, Simonsen reforça a busca pelo trabalho científico e organizado, buscando abandonar a prodigalidade e reforçar a eficiência no tempo em que nos dedicamos ao trabalho.

Simonsen reforça a mesma tese aos operários, com o acréscimo de que, em sua opinião, “quem trabalha honestamente deve ter o direito a um conforto mínimo, indispensável para que possa viver sem restrições em sua liberdade”. (SIMONSEN, 1932, p.132).

Finda esta primeira etapa, na qual pudemos observar os fundamentos do pensamento de Simonsen e suas primeiras formulações acerca das condições de vida, ainda ligadas à melhor organização do trabalho, vejamos agora uma segunda etapa, na qual o autor dedicará maior atenção às questões econômicas propriamente ditas.

2.2 A tomada de consciência sobre os problemas econômicos

Se até o momento as obras de Simonsen trabalhavam as questões econômicas de maneira oblíqua, em ambos os textos agora em análise o autor volta seus argumentos para a crítica econômica propriamente dita, especialmente para a política de proteção ao café e à instabilidade cambial, entendendo que o governo se equivocava ao não adotar medidas de proteção à moeda brasileira, tornando inviável a produção de novos insumos além do café, por conta do risco da desvalorização.

Mas esta mudança de postura de Simonsen também estava apoiada em outros fatores históricos que nos auxiliam a entender melhor a profundidade de suas críticas e a importância de sua atuação para os momentos históricos vindouros.

As políticas de controle da inflação e de valorização cambial adotadas pelo Governo em 1924 foram as últimas antes da crise de 1929 e tiveram efeitos econômicos e políticos intensos, que não serão aqui debatidos extensivamente porque, embora mereçam atenção, fogem do contexto deste trabalho.

Sumariamente, o Governo de Arthur Bernardes desejava um novo empréstimo oriundo do sistema financeiro inglês a fim de manter a política econômica de importação/exportação. Para avaliar se o governo tinha ou não condições de receber o novo empréstimo, veio ao Brasil um grupo de representantes dos bancos ingleses, a Missão Inglesa *Montagu*, no início de ano de 1924.

Para conceder o empréstimo, os financistas exigiram a adoção, pelo governo, de uma série de medidas austeras que, essencialmente, freariam o crescimento econômico que vinha se restabelecendo desde o final da Primeira Guerra, especialmente no setor industrial.

O governo cede às pressões dos ingleses e acaba por, entre outras medidas, terminar com a política de descontos dos títulos emitidos em favor dos cafeicultores, medida esta que

foi mais sentida em um segundo momento, mas que sinaliza o tamanho da necessidade do governo em obter o financiamento.

Os efeitos destas medidas foram variados, concentrando-se sobre a indústria, que teve de suportar a estagnação econômica e a redução dos investimentos no setor ao mesmo tempo em que se ampliaram os índices de importações.

Dáí em diante, com idas e vindas, a economia cafeeira apontava para o declínio econômico e político. As constantes crises e a insistência em manter produção excedente mesmo com as dificuldades de escoamento, somadas aos problemas econômicos já debatidos, vão gradativamente minar a sustentação do modelo agro-exportador, fazendo crescer a consciência de que o mesmo era o gerador da carestia nacional, aqui usada como expressão de sentido *lato*, englobando o conjunto dos problemas econômicos nacionais.

Celso Furtado (1998) aponta que, não obstante o mecanismo de proteção do café tenha funcionado a contento até o final da década de 1920, a chegada da crise de 1929 encontrou a economia nacional em situação vulnerável. Entre 1925 e 1929, com base nos artificiais incentivos recebidos, a produção aumentou quase cem por cento, saltando de 15,7 milhões de sacas para 28,4 milhões. Por outro lado, as exportações não aumentaram, mantendo-se no mesmo nível entre os anos de 1927 a 1929. O que garantia o funcionamento do sistema era a garantia de que toda a produção seria remunerada, por meio da retenção da oferta. (FURTADO, 1998, p.181).

Portanto, estava caracterizada o que o autor chama de “crise estrutural entre oferta e procura”, causada, a seu ver, pela ausência de alternativas de investimento para os excedentes do café (que oferecessem igual ou maior retorno financeiro), bem como não havia freios institucionais à ampliação da produção, já muito maior que a oferta. (FURTADO, 1998, p.183).

A solução encontrada de reter artificialmente os estoques excedentes fragilizou o já enfraquecido sistema econômico nacional, na medida em que o custeio destes estoques era realizado com moeda estrangeira, criando pressão inflacionária sobre os preços na proporção em que crescia a necessidade de mais dinheiro para o custeio dos mesmos. Conforme explica o próprio autor, (FURTADO, 1998, p.183)

É fácil compreender a enorme força perturbadora potencial que representava para a economia esse tipo de operação. O financiamento desses estoques havia sido obtido em grande parte de bancos estrangeiros. Pretendia-se, dessa forma, evitar o desequilíbrio externo. Vejamos o que em realidade se passava. Os empréstimos externos serviam de base para a expansão de meios de pagamento destinados à compra do café que era retirado do mercado. O

aumento brusco e amplo da renda monetária dos grupos que derivavam suas receitas da exportação não podia, evidentemente, deixar de provocar pressão inflacionária. Essa pressão é particularmente grande numa economia subdesenvolvida, e se manifesta de imediato em rápido crescimento das importações, em razão da baixa elasticidade da oferta interna.

Chegada a crise de 1929, o movimento de capitais internacionais migrou para economias com maior segurança, deixando o Brasil sem meios para a manutenção das políticas econômicas aqui descritas, acarretando, *pari passo*, uma tensão política muito grande.

A este respeito, Octávio Ianni (1991) explica que já antes de 1930 o sistema político e econômico brasileiro defrontava-se com problemas de ordem estrutural típicos de economias dependentes e primário-exportadoras, com seguidas crises na cafeicultura, nosso principal produto econômico e que chegou a representar, na década de 1920, 80% das exportações brasileiras; e uma política externa notadamente liberal que permitia a remessa ao exterior do excedente econômico nacional, pelo mecanismo de exportação de café e importação de manufaturados, entre outros, sempre com a proteção do Estado para a manutenção deste estado de coisas. (IANNI, 1991, p.28).

Paralelamente, novos grupos sociais, cujos interesses não eram os mesmos dos agro-exportadores, começavam a ganhar maior importância, no esteio do incipiente crescimento industrial das décadas anteriores, da crescente urbanização e do aumento do setor terciário: o proletariado, organizado em seus primeiros núcleos e os princípios da burguesia industrial. Soma-se a isso o fato de que, também neste período anterior a 1930, o mercado interno expande-se, abrindo novas oportunidades de manufaturas, bem como a abolição da escravatura e os movimentos imigratórios vão significar agentes de mudança social e cultural, reforçando uma ideia de progresso. (IANNI, 1991, p.29).

Assim, a crise de 1929 encontrou a sociedade brasileira em um momento propício para mudanças, para rupturas, sem esbarrar nas polêmicas sobre modernização conservadora, que não fazem parte de nosso horizonte neste momento. E, em tais condições, a crise econômica não só serviu como catalisador deste sentimento de que haveria outros caminhos como também fez crescer a consciência sobre os problemas brasileiros. Conforme bem coloca o próprio autor:

Nesse contexto histórico, em que se revelam as precondições das rupturas políticas e econômicas que assinalam a Revolução de 1930, a Depressão Econômica Mundial de 1929-33 desempenha um papel decisivo. Não só pelos efeitos “catastróficos” que ela provocou na cafeicultura e, por consequência, no sistema político-econômico brasileiro em conjunto, mas

também pelo fato de que “produziu” uma consciência mais clara dos problemas brasileiros. Todas as classes sociais, inclusive a própria burguesia associada à cafeicultura, foram obrigadas a tomar consciência – novamente e de modo mais completo – das limitações econômico-financeiras inerentes a uma economia voltada fundamentalmente para o mercado externo. Portanto, a Revolução de 1930 (que depôs Washington Luis) representa uma ruptura política e, também, econômica, social e cultural com o Estado Oligárquico vigente nas décadas anteriores. (IANNI, 1991, p.30).

É nestas circunstâncias, portanto, que Simonsen parte para o debate sobre o modelo econômico nacional e suas consequências práticas: a pobreza e a pouca produção. Não se trata, portanto, de uma pequena mudança de linha de pensamento: as condições sociais, econômicas, políticas, culturais, enfim, estruturais, alteraram-se de maneira a forçar a tomada de novas posições, de novos argumentos, de uma nova visão sobre o país e seus problemas fundamentais, que já não podiam mais ser resolvidos pela ótica agroexportadora.

Assim, em “Necessidade da Estabilização Cambial”, carta enviada à Missão Financeira Inglesa em 08 de fevereiro de 1924, Simonsen debate a questão cambial brasileira e a necessidade de haver uma política de estabilização e controle cambiais, de modo a incentivar a diversidade de produção nacional.

Simonsen sustenta que o problema fundamental da economia brasileira de então era a estabilização cambial. Em sua visão, sem a estabilidade da moeda seria muito difícil o desenvolvimento de grandes organizações agrárias, uma vez que os grandes investimentos necessários para tanto estariam ameaçados por conta do valor indefinido da moeda nacional. (SIMONSEN, 1932, p.144).

Enquanto o café não sofria os efeitos da variação cambial – por conta do monopólio de produção e dos vários incentivos governamentais – bastando aos produtores retardarem sua venda para conseguirem preços mais vantajosos, os demais produtos aqui produzidos – ou que se poderia produzir ao invés de importar – estavam sob risco constante de desvalorização em relação aos importados, impedindo, na prática, sua produção, pois era mais barato e menos arriscado importar do que produzir. (SIMONSEN, 1932, p.144).

Nestes termos, explica o autor, a riqueza da produção brasileira não se concentra nas mãos dos produtores agrários, mas sim dos importadores, criando uma anomalia que impedia o pleno desenvolvimento do Brasil.

Sendo o café um produto de que o Brasil tem praticamente o monopólio, as oscilações cambiais não desorganizam a sua produção. [...] O mesmo não acontece, porém, com o algodão, a carne, o fumo e outros produtos agrícolas e matérias primas dos quais não temos privilégio ou monopólio de produção. [...] Ora, muitas vezes o nosso produtor apura na venda desse produto, pela oscilação cambial, preço realmente muito inferior ao preço de venda dos

similares, produzidos em países concorrentes. [...] Isto justifica também a anomalia que se vem verificando no Brasil: as fortunas substanciais estão, principalmente, nas mãos dos comissários e dos importadores, antes do que na dos produtores agrários! É uma anomalia que se traduz em errado estado de coisas. (SIMONSEN, 1932, p.144-145).

Simonsen utiliza como exemplo a formulação de uma política de incentivo à produção de algodão, produto mais essencial que o café, mas cuja produção não conseguia se estabelecer no Brasil por conta da política cambial que favoreceria as importações. O autor desenvolve um mecanismo econômico-financeiro para comprovar que seria sim possível, com um pouco de incentivo, a produção organizada de algodão no Brasil. (SIMONSEN, 1932, p.145).

Simonsen propõe, em nosso ver de maneira pioneira, o desenvolvimento de uma política cambial de importações/exportações que fosse mais favorável à economia nacional, facilitando a importação de máquinas e matérias primas e dificultando a importação de produtos supérfluos. Tal prática, aliada à estabilização cambial, criaria, segundo o autor, as condições necessárias para a diversificação da economia agrária nacional.

Dada a considerável extensão de nosso país, verificamos por vezes apreciáveis saldos comerciais em determinadas regiões e ‘déficits’ em outras. As regiões que tem saldos promovem desmedidas importações que tem de ser pagas conjuntamente com os ‘déficits’ dos outros estados, pelo país inteiro. Impõe-se, a meu ver, uma política do Governo, facilitando apenas a importação de máquinas, ferro, aço, carvão e produtos medicinais e tornando verdadeiramente proibitiva as importações de produtos de luxo. Do contrário, corremos sempre os riscos de orgias na importação em certos estados do Brasil, em momentos de grande abundância de recursos regionais, prejudicando toda a nação. (SIMONSEN, 1932, p.147).

Notemos que, de maneira ainda incipiente, Simonsen formula ideias agora mais complexas acerca da economia, do papel do Estado e dos resultados que a atual política cafeeira gerava ao país.

No mesmo sentido, em “Projeto de Reforma Monetária”, uma entrevista publicada em “O Jornal” do Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1926, Simonsen defende a atuação do Estado no controle do câmbio, pois a instabilidade cambial na qual se encontrava baseada a economia nacional naquele período impedia seu pleno desenvolvimento, não só porque amputava qualquer tentativa de investimento dos produtores nacionais, mas também porque concentrava as riquezas nas mãos de “intermediários” e não na dos produtores, uma “anomalia”. (SIMONSEN, 1932, p.151).

As oscilações do valor de câmbio do “mil réis”, na maior parte das vezes para valores mais baixos que os custos de produção, tornavam produzir no Brasil um prejuízo ou um risco

muito alto. Como o câmbio, tal como hoje, estava sujeito aos interesses mercadológicos dos negociadores, nossa conclusão é a de que tais oscilações serviam de cabresto para a economia brasileira, impedindo seu desenvolvimento, pois, em tais condições, o melhor ponto de vista empresarial seria importar.

O mesmo acontecia na agricultura com os demais produtos que não o café: sem saber ao certo o valor do “mil réis” em relação à moeda internacional de troca da época – o ouro – e sendo este valor controlado pelos movimentos de mercado das grandes corporações econômicas de então, não era financeiramente viável produzir no Brasil, sendo mais barato importar, uma vez que não havia como o produto nacional concorrer com o importado.

Analisando as obras acima expostas, percebemos que, ao mesmo tempo em que ainda não estão totalmente formuladas as questões de ordem econômica que o autor debateu ao longo de sua vida intelectual, tais vertentes já estão mais bem delineadas.

Esta importante percepção de Simonsen sobre o movimento da economia internacional e seus reflexos nos países periféricos é um primórdio da sua própria teoria do subdesenvolvimento, pela qual o autor irá afirmar que, sem intervenção do Estado, o “mercado” jamais permitiria o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na medida em que interessava às economias centrais a manutenção desta divisão do trabalho.

Mas tal “mudança”, como vimos, não é sem sentido: trata-se, em nosso ver, de tomada de consciência, nos termos colocados por Ianni (1991), que conduzirá Simonsen nesta nova etapa de sua produção intelectual e política em que o autor dedicará seu tempo a formular, também de maneira estrutural, portanto pioneira para a época, seus pensamentos sobre a pobreza e os modos de superá-la.

E a sociologia, como veremos na seção seguinte, teve para tanto grande importância.

SEÇÃO III – A SOCIOLOGIA PARA ENTENDER A REALIDADE SOCIAL (1928-1934): A FUNDAÇÃO DA ELSP E AS PESQUISAS SOBRE A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES DE SÃO PAULO

A melhor leitura dos argumentos que iremos desenvolver ao longo desta Seção se concretiza quando inserimos a discussão aqui presente na já realizada na Seção I deste trabalho. Naquela oportunidade, pudemos debater de maneira ampla as razões de ordem histórica, política e social que levaram Simonsen a adotar, em relação aos temas da industrialização e das condições de vida, as posturas que procuramos estudar nas demais partes desta tese.

Partindo deste pressuposto, em nosso entendimento a ideia força sobre a qual repousou a construção intelectual de Roberto Simonsen foi o ingresso no capitalismo industrial para a superação da pobreza dos trabalhadores e o estabelecimento de um padrão de vida médio, que fosse suficiente para suprir as despesas familiares, como forma de alcançar a justiça e a paz social. E neste sentido, sua relação com a sociologia teve papel fundamental.

Mas, qual seria de fato este “padrão médio” para a realidade brasileira? Aliás, qual era a realidade brasileira? A resposta a tais questionamentos, para Simonsen, não poderia mais se dar da maneira empírica e amadora como acontecia até então, sem se basear em dados, estatísticas ou mesmo na história. Era necessário o emprego da ciência para, uma vez compreendidos os problemas, pudessem ser propostas soluções, que por sua vez seriam também “científicas”, ou seja, livres de ideologias e das paixões partidárias.

A este respeito, Heitor Ferreira Lima (1976) aponta que Simonsen tinha preocupação com a formação de técnicos e especialistas capazes de entender de maneira científica o que o autor chama de “problemas econômicos”:

[...] [Simonsen] preocupava-se ainda com a formação de estudiosos e conhecedores de nossos problemas econômicos. Já se passara o tempo da improvisação nesse terreno, do lançamento de sugestões, de reivindicações, de idéias ao mero sabor dos interesses imediatos, da inspiração do momento ou do jogo da demagogia política. Em economia, como nas demais atividades sociais, é necessário o estudo, a observação, o exame da realidade objetiva, as considerações de conjunto, a fim de não se erguer “castelos de ar”, nem viver atrasado, preso à rotina e dessa forma fechar as portas ao progresso. Por isso, estimulava os estudos econômicos, incentivava os debates dos problemas nacionais, reunia equipes, financiava pesquisas, ajudava os interessados nesses assuntos. (LIMA, 1976, p.181).

Simonsen era, pois, um entusiasta da ciência e de sua utilização com o fito de se buscar aquilo que ele entendia ser a “verdade” das relações sociais e econômicas. Não enxergava futuro nas discussões academicistas, que julgava pouco resolutivas, como veremos mais adiante, e nem nas disputas de ordem ideológica, que a seu ver mais contribuíam para a manutenção do problema do que a solução do mesmo. Em sua concepção, a ciência seria o meio para solucionar os conflitos sociais.

Pensava em um modelo de ciência, no caso da sociologia – que o autor entendia ser a capaz de interpretar os fatos sociais – que fosse objetivo, aplicado: Simonsen buscava uma sociologia que se dedicasse a compreender a pobreza e, a partir de tal compreensão, apresentasse soluções. Era, pois, uma sociologia aplicada ao estudo das condições de vida dos trabalhadores.

É com este propósito que o intelectual/empresário propõe – e conduz – a fundação de uma escola superior, a Escola Livre de Sociologia e Política, de 1933: municiar com dados científicos seu arcabouço argumentativo na luta pela industrialização, por meio da compreensão – e conseqüente desnudamento – das mazelas sociais brasileiras.

Esta afirmação, que buscaremos provar ao longo desta seção, decorre dos elementos que envolvem sua criação e, principalmente, da fase inicial de atuação da Escola: as pesquisas sobre as condições de vida dos trabalhadores de São Paulo, realizadas em 1934 e 1937, nas quais os alunos da ELSP foram a campo descobrir como os trabalhadores empregavam seus ganhos na manutenção da vida doméstica e se este ganho era suficiente para a manutenção de condições mínimas de alimentação, higiene, cultura, entre outros.

Presente em praticamente toda a sua obra, o apego pelas ciências em geral e pela sociologia em especial reforça os argumentos que demonstramos neste trabalho: Simonsen buscava fundamentar cientificamente sua argumentação em prol da industrialização como fator de elevação dos padrões de vida nacionais, e o fazia estudando a teoria econômica, de um lado, e a sociologia de outro, com o intento de unir, como de fato o fez, estas duas vertentes que, em seu pioneiro entendimento, relacionavam-se de modo sistêmico, tendo como substrato as discussões teóricas que já elencamos na primeira Seção deste trabalho.

3.1 A sociologia como ciência capaz de racionalizar a economia e a sociedade

Em “As Finanças e a Indústria”, de 1931, o autor nos apresenta com maior extensão seu entendimento sobre o papel da racionalidade na concepção da economia e da sociedade.

Estudioso do modelo alemão de organização da economia e do Estado, o autor discorre sobre os métodos econômicos e de engenharia que teriam revolucionado a economia alemã, transformando-a em uma das maiores do mundo, tudo com base no método que Simonsen afirma chamar-se de *racionalização*.

Os alemães definem oficialmente a RACIONALIZAÇÃO como sendo “um sistema de organização econômica que deve produzir um acréscimo do bem-estar nacional pelo abaixamento de preços, um aumento da quantidade e uma melhoria na qualidade dos bens produzidos”. A racionalização alemã tem, assim, além do alcance econômico, uma função social. (SIMONSEN, 1931, p.24).

De acordo com Simonsen, o método racional empregado para a organização econômica alemã possibilitou àquele país um crescimento considerável dos padrões de vida e da produção, pois uniu ciência e indústria na busca de novos métodos de trabalho que pudessem baratear o custo de vida, estendendo-se tal método sobre a utilização dos capitais e do mercado financeiro, bem como da vida social, através da ação do Estado, uma vez que as ações econômicas eram, por conta de seus efeitos, uma questão social. (SIMONSEN, 1931, p.31).

Tratando pormenorizadamente dos efeitos sociais do racionalismo alemão, Simonsen reforça sua compreensão de que a melhoria da produção e, conseqüentemente, nas condições de vida, é uma questão mais ampla do que a economia propriamente dita, sendo antes de tudo social, uma vez que, tal como nos casos anteriores, o progresso advindo da indústria transformou as sociedades dos países já citados.

No específico caso da Alemanha, entre outros resultados a racionalização fez arrefecer, ao menos no entendimento do autor, a luta de classes, pois a política de altos salários e baixo custo de vida fez surgir uma classe média cujo desenvolvimento da técnica, da cultura e, claro, do poder aquisitivo, somada à participação do Estado, servia como contraponto ao espírito revolucionário do proletariado de então.

A racionalização tem profundos efeitos sociais e age claramente contra idéias fundamentais do marxismo. A teoria dos altos salários está formando uma classe média muito mais numerosa que, podendo aplicar suas economias nos sistemas financeiros modernos, se interessa diretamente na produção beneficiando-se da parte correspondente aos lucros do capital. O desenvolvimento da cultura técnica e profissional, reclamada e recomendada pelos próprios sindicatos operários, a admissão do controle operário na solução dos problemas econômicos, vão arrefecendo, naturalmente, a luta de classe anunciada e preconizada por Karl Marx. E na Alemanha se está

também praticando um capitalismo e socialismo de Estado. (SIMONSEN, 1931, p.36).

Assim, a ciência seria, para o autor, o método pelo qual encontrar-se-ia o ponto de equilíbrio entre os interesses de patrões e empregados, que em sua visão são interdependentes. As divergências seriam, portanto, fruto da falta de clareza sobre os papéis de cada força social na sociedade e o real valor do trabalho, questões estas que deveriam ser resolvidas pela ciência, buscando o equilíbrio entre os interesses destas classes, essencial para liberar as energias necessárias ao desenvolvimento econômico e à consequente melhoria das condições de vida.

As lutas sociais são exteriorizações de fatores econômicos. O rápido desenvolvimento do industrialismo fez com que os detentores dos capitais ficassem senhores dos grandes elementos da produção e sem a compreensão social de seu papel, tratassem a mão de obra como uma simples mercadoria, criando com essa sua atuação opressora uma classe operária revoltada e unida. [...] A própria ciência, com os estudos profundos de psico-técnica, da fisiologia e da sociologia vai trazendo ao homem os dados para a determinação do verdadeiro equilíbrio entre os elementos que constituem as formas vivas da produção. (SIMONSEN, 1931, p.36).

E, de acordo com Simonsen, caberia à sociologia o papel de estudar e criar uma “consciência social capaz de abranger a complexidade dos problemas criados pela evolução material do último século”, o que não vinha acontecendo até então, ao menos no Brasil. (SIMONSEN, 1931, p.37).

O autor ainda diria o que seria, em sua opinião, a missão da nascente disciplina científica, a Sociologia, à qual caberia superar os dilemas e limites (decorrentes, muitas vezes, do incessante debate entre as “escolas”) em que se encontrava à época para alçar-se à condição de ciência capaz de orientar a construção da ordem social que emergia com o capitalismo industrial. Desse modo, Simonsen (1932) constata que:

Admite-se hoje a existência de processos científicos capazes de coordenar as forças econômicas e de regular as relações entre indivíduos ou grupos de indivíduos. Numa época de pronunciado mal-estar, em que os sociólogos lamentam o atraso da sociologia, censurando-a por não saber criar uma consciência social capaz de abranger a complexidade dos problemas criados pela evolução material do último século, essa constatação assume extraordinária importância. (SIMONSEN, 1932, p.244).

O cerne do raciocínio de Simonsen seria, portanto, o de que a racionalização era o método mais eficaz de harmonização social. Por conta disso, ele aponta que os sociólogos, que lamentavam não existir uma única escola capaz de solucionar as questões advindas do capitalismo industrial, deveriam ocupar-se de absorver o sistema racional alemão, que

reputava, em conjunto com o desenvolvido nos EUA, como seriam as bases de um modelo capaz de trazer o progresso material e cultural por ele desejados.

Notemos que Simonsen toma a sociologia como sendo a ciência capaz de oferecer uma interpretação ampla sobre o Brasil e seus problemas sociais, para em um segundo momento oferecer soluções a estes problemas, abandonando o estilo formal, acadêmico e assumindo um papel mais prático, mais aplicado.

As referências que Simonsen faz à ciência em geral e à sociologia, especificamente, como formas de se racionalizar e, conseqüentemente, solucionar as questões sociais, são constantes, especialmente as relacionadas ao padrão socioeconômico. Em “Política Industrial do Brasil” (1932), o empresário aponta novamente o caminho que julga ser o correto para a elevação das condições de vida dos brasileiros:

Dizem sociólogos eminentes que as condições sociais num país refletem as suas condições econômicas. A vida social exteriorizando assim fatos econômicos, é pela atuação nestes últimos que poderemos obter o relativo bem-estar de que carecemos. Necessitamos levantar o padrão de vida brasileiro, aumentar o nosso poder aquisitivo e valorizar o homem no Brasil. [...] E porque não procurarmos solver todos esses problemas, conjuntamente, pela razão e pela técnica, esforçando-nos para racionalizar o trabalho no Brasil sob todos os seus aspectos? [...] Nunca nos esqueçamos que sistemas administrativos e políticos são meros apoios sobre os quais temos que atuar, crescer e produzir pelo trabalho nacional. Leis e decretos não criam produtividades e riquezas. Racionalizemos o trabalho abrangendo em seu programa desde o estudo sistemático de nossos problemas financeiros até a melhoria do nosso homem pelo saneamento e pela cultura. (SIMONSEN, 1932, p.255).

Em “Rumo à Verdade”, discurso pronunciado por Simonsen na fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP, o autor discorre com maior clareza sobre seu entendimento acerca do papel da ciência na busca pela melhoria nas condições de vida da população, unindo em uma só chave de pensamento ciência e indústria para o desenvolvimento econômico e social, nos seguintes termos, que ganharão melhor definição ao longo desta seção: a pobreza é fruto da falta de produção, que por sua vez é fruto da nenhuma organização científica do trabalho, resultando em baixa eficiência. Com a industrialização, cuja marca é a disposição científica dos processos produtivos, a eficiência aumentará, elevando os ganhos dos trabalhadores e, por consequência, seu padrão de vida.

A ideia de se constituir “elites intelectuais”, tal como afirmava o autor era, em nosso ver, fruto de seu raciocínio de que faltava ao Brasil racionalização, que só poderia vir das ciências, especialmente da sociologia. Em outras palavras, os que dirigiam o país o faziam às

cegas, sem saber ao certo a realidade social e, principalmente, sem pensá-la de maneira coletiva.

Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um centro de cultura político social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar, eficaz e conscientemente, na direção da vida social. (SIMONSEN, 1933, p.06).

Como se vê, a ideia era desenvolver instituições capazes de pensar os problemas brasileiros. Esta instituição, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, foi mesmo criada por Simonsen e outros intelectuais da época, sendo a pioneira na institucionalização da sociologia no Brasil, como veremos a seguir. Reforçando tal ideia, o próprio autor afirma que:

[...] ao invés de um instituto de simples divagações, a escola de que aqui cogitamos se destina precipuamente a intensificar a adaptação do homem ao meio, sob a égide da ciência, da experiência e da observação, obedecendo a uma orientação prática. (SIMONSEN, 1933, p.7).

Debatendo sobre a crise de 1929 e seus efeitos, Simonsen julga que a mesma decorreu, além dos fatores econômicos propriamente ditos, do fato de não ter havido uma justaposição entre o desenvolvimento das riquezas e as questões sociais e lembra que o momento poderia ser de progresso para o Brasil, caso o país se debruçasse sobre seus problemas fundamentais, o que o autor buscava fazer por meio da sociologia.

No entanto, para os que sabem observar, o mundo oferece neste instante uma extraordinária demonstração experimental para os estudos sociais, políticos e econômicos. A revolução brasileira veio provar como é mingua o nosso contingente de homens de estado e salientar a profunda ignorância em que vivemos da nossa verdadeira situação social. Ora, uma escola como a que aqui imaginamos, visa promover e sistematizar no Brasil o estudo da sociologia nacional, em harmonia com pesquisas orientadoras das instituições políticas, jurídicas e econômicas mais adequadas ao nosso meio e à nossa raça. A ação dos técnicos especializados saídos das nossas escolas superiores, já é hoje insuficiente, se não for inspirada por uma orientação segura e zeladora de uma sadia evolução social. (SIMONSEN, 1933, p.10).

Caberia, então, à sociologia buscar os elementos necessários para compreender as razões pelas quais as condições de vida nacionais eram as então existentes.

E de fato, não é natural que constitua uma feição de primazia nesse estudo, a indagação da vida do homem, da família, do grupo social para que se aquilate das condições em que ela se processa em relação às demais vidas, para que se possa, num esforço continuado e eficiente, melhorar a situação dos que mais sofrem na ordem material, como na ordem moral? No quadro brasileiro quase tudo está por fazer, sem embargo dos esforços privados de

muitos abnegados patrícios e do clero nacional em iniciativas realmente promissoras; mas o que é fato, é que nossa assistência social é deficiente e dispersiva. (SIMONSEN, 1933, p.21).

Seu modo de enxergar os conflitos sociais de uma perspectiva científica torna-se mais nítido. De um lado, critica o “excesso de individualismo” econômico, acusando-o de ser o causador das diferenças sociais e da separação das classes, na medida em que houve a concentração de riquezas nas mãos de poucos, em muito pelo fato de que o Estado não assumia a organização racional da economia. Por outro lado, também julgava não ser benéfica a “tirania absoluta do coletivismo”. (SIMONSEN, 1933, p.24-25).

O que seria, pois, o ideal, se nem o liberalismo clássico nem o comunismo foram capazes de unir progresso financeiro, técnico e social? Simonsen, fiel ao espírito aplicado do qual sempre foi defensor, apóia-se nas ciências para solucionar a questão: o ideal seria compreender os problemas e adotar as soluções mais racionais para os mesmos por meio da sociologia.

Leis de imaginação, homens ideais... a ciência social ainda não pode dar regras precisas à escolha das melhores leis políticas; proclama, ao contrário, o valor relativo e contingente de toda doutrina política. O que os conhecimentos atuais, a experiência e o bom senso estão indicando é que os legisladores precisam saber cada vez mais do estado social dos povos para que legislam e de sua crescente interdependência. (SIMONSEN, 1933, p.26).

Como exemplo, Simonsen aponta o caso da superprodução, causadora da crise de 1929. De acordo com seu raciocínio, tanto a falta quanto o excesso de produção são desequilíbrios causadores de crises e que poderiam, por outro lado, ser totalmente evitados com a utilização da ciência e do planejamento.

O quadro que mais atormenta a humanidade resulta das dezenas de milhões de indivíduos sem trabalho, passando privações, vivendo da caridade pública ou do amparo direto dos Estados. [...] É paradoxal que como contrapartida dessa multidão que assim sofre, tenhamos massas colossais de produtos que não possam ser consumidos. [...] Por que não se restabelece o ritmo econômico, destruindo-se esse paradoxo na distribuição? (SIMONSEN, 1933, p.29).

Simonsen, assim, vislumbrava nas ciências e, em particular, na sociologia, a solução para os problemas do subdesenvolvimento brasileiro, em que estaria inserida a discussão sobre o padrão de vida dos trabalhadores, assim como outras formulações a respeito do protecionismo ao nosso nascente mercado e o papel do Estado, que mais do que um regulador

deveria ser um agente da promoção do desenvolvimento, planejando a economia a fim de alcançar os melhores resultados possíveis.

A propósito da relação do empresário com as ciências, Fábio Maza (2004a) aponta que essa é presença constante em sua obra e grande parte de suas formulações decorrem de sua ideia de que a racionalização é o método mais eficaz na solução dos conflitos.

Partindo do pressuposto de que Simonsen adotava como ideologia o positivismo, apontando para tanto as várias menções que o empresário faz, em suas obras, a conceitos relacionados a essa corrente sociológica, Maza (2004a, p.139) afirma que, não obstante não seja possível afirmar categoricamente a filiação daquele à corrente alguma das ciências sociais, é possível perceber em sua obra influências de autores como Comte, Spencer, Durkheim e Le Play, seja por meio da utilização de conceitos e de métodos, ou pela citação feita pelo próprio autor em seus discursos e textos. Essa seria, na verdade, a fonte da formulação de Simonsen de que a sociologia deveria colocar-se mais no campo da prática, seguindo os mesmos preceitos das ciências naturais. E, assim, Maza (2004a) diz que:

[...] poderíamos afirmar que a visão de ciência esposada por Simonsen é aquela que acredita ser possível e necessário esquadrihar a realidade. Uma ciência que perscruta o real, buscando esclarecer os processos sociais e os fenômenos da natureza. Uma ciência que deve constituir-se com método seguro e objetivo permitindo a compreensão para a ação. Uma ciência voltada mais para a adaptação do homem ao meio, pois esconde em seus procedimentos o desejo de despolitizar as ações humanas e submetê-las ao imperativo de uma racionalidade instrumental. Em resumo, uma ciência coordenadora que constrói seus aparelhos para defesa de sua aplicação nos negócios e na indústria, mas acima de tudo aquela que deseja constituir-se como elemento básico de processos de controle social. (MAZA, 2004a, p.141).

Tal visão científica da realidade nacional refletiu-se, também, nas formulações acerca do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores. Ainda de acordo com Maza (2004a), Simonsen enxergava a questão dos salários como inserida na racionalidade que pretendia conferir às relações de trabalho. Assim, além de desenvolver tecnologias capazes de racionalizar o processo produtivo e o conjunto de seus elementos, inclusive os políticos, o empresário também se ocupava em investigar as reais necessidades dos trabalhadores, a fim de se adequar os salários e, com isso, alcançar a harmonia nas relações capital/trabalho. Ou seja:

A racionalização do trabalho estendia-se aos salários. Eles deveriam ser estipulados por critério científico, onde se pudesse achar seu verdadeiro valor. Tal objetivo seria alcançado com a adoção de um método que levasse

em conta as exigências da natureza humana e as leis econômicas da produção. (MAZA, 2004a, p.146).

Ainda sobre o tema da racionalização e sua importância para Simonsen, agora com enfoque mais amplo acerca da importância da racionalização para a burguesia industrial paulista do período, Maria Antonieta Martinez Antonacci (1987) afirma que o conceito de racionalização congregava todos os esforços até então desenvolvidos com o fito de melhor organizar o trabalho sob bases científicas e foi utilizado pelos industriais com vistas a dirimir a luta de classes por meio da fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, em 1931.

De acordo com a autora, a partir do final da Primeira Guerra surgiu a preocupação de se organizar e administrar o trabalho em bases científicas. Roberto Simonsen foi um dos pioneiros na aplicação destas técnicas em suas empresas, especialmente quando assumiu a tarefa da construção dos quartéis do Exército e pôde colocar em prática esta nova mentalidade.

Entre estas, destacam-se as diretrizes que Roberto Simonsen imprimiu em suas empresas e consolidou na construção de quartéis, difundindo os princípios tayloristas, os métodos de administração científica e promovendo na indústria paulista uma nova mentalidade no trato dos negócios e nas relações de trabalho. (ANTONACCI, 1987, p.60).

Esta nova organização do trabalho praticada por Simonsen baseava-se na ideia de ciência, com rotinas e supervisores que em nada se pareciam com as antigas feitorias fabris: tratava-se de técnicas e de técnicos. E em tais condições, estes técnicos, unidos pela área das ciências, poderiam colocar-se acima dos conflitos entre capital e trabalho, ignorando tal disputa por um lado, mas por outro, determinando cientificamente a velocidade da produção e o ganho, questões fundamentais para os patrões. (ANTONACCI, 1987, p.61).

Nestes termos, a autora entende que a organização científica do trabalho servia, naquele momento histórico, como meio de enfrentamento da burguesia com o proletariado, que no especial caso dos operários da construção civil de Santos tinha alcançado grau elevado de organização sindical. Ao inserir as novas metodologias tayloristas, entre elas a do ganho individual por produção, a burguesia – no caso, Roberto Simonsen – buscava diluir a união dos trabalhadores e incorporá-los à “competitividade do capital, promovendo a reprodução do seu domínio a partir da despolitização dos movimentos por melhores condições de vida e de trabalho”. (ANTONACCI, 1987, p.62).

Assim, tais movimentos de organização do trabalho buscavam recolocar a autoridade do patrão no universo fabril, anulando as técnicas empíricas que conferiam aos trabalhadores o poder de ditar o ritmo da produção e substituindo-as por outras, cientificamente calculadas para reproduzir em maior escala e com maior rapidez o capital por meio da padronização da produção.

Foi para quebrar este poder do operariado, destruindo seu controle sobre o mercado e o processo de trabalho, que os industriais – numa conjuntura de crise do sistema como a do final da Primeira Guerra – aplicaram métodos e técnicas de administração científica, ampliando a expropriação da força de trabalho e aprofundando seu domínio. (ANTONACCI, 1987, p.64).

Nestes termos, a autora afirma que a racionalização era uma arma da burguesia industrial paulista utilizada para controlar o proletariado, pois mascarava o conflito entre as classes e auxiliava nos enfrentamentos por melhores condições de trabalho e de salário.

A utilização destes, por parte dos industriais, não resultou de preocupações com o crescimento de suas empresas e o bem-estar de seus trabalhadores, como argumentam análises tecnicistas; pode-se apreender que os industriais paulistas lançaram mão da administração científica para enfrentar a resistência dos operários qualificados e sindicalizados à intensificação e subordinação do processo de trabalho aos desígnios do capital. (ANTONACCI, 1987, p.66).

Além da iniciativa de Simonsen de organizar o trabalho em termos científicos, outras foram lançadas pela burguesia paulista, sempre com base no discurso de preparar melhor a força de trabalho. Destacam-se nesta passagem o trabalho de Armando Salles de Oliveira; os resultados dos estudos científicos do Instituto de Higiene com vistas à racionalização do trabalho; a contribuição de Roberto Mange e seus estudos sobre psicofisiologia; os trabalhos da Escola Normal da Praça e do Liceu Rio Branco, entre outros. (ANTONACCI, 1987, p.67-69).

Em todos os casos, o que unia estas iniciativas era a necessidade de formar o trabalhador modelo para a industrialização, que se encaixasse no novo modelo econômico que estava em gestação.

Além de se perceber a amplitude de vistas com que se organizaram estes grupos de técnicos e cientistas em São Paulo, pode-se ter presente o constante movimento de ir e vir entre seus postulados teóricos e os resultados de suas atividades que, continuamente avaliadas, foram

compondo estratégias em torno da formação do tipo de trabalho e de trabalhador requeridos para a expansão industrial da burguesia paulista. Dar novo conteúdo ao trabalho, difundir novo conceito de qualificação, produzir práticas de ensino e de profissionalização, formar trabalhadores para o novo tipo de trabalho e construir os instrumentos para a operacionalização destes objetivos foram perspectivas que se entrecruzaram nesta experiência do ensino racional em São Paulo. (ANTONACCI, 1987, p.70).

O fruto do trabalho destes diversos grupos foi o estabelecimento das diretrizes educacionais que vigoraram a partir de 1930, com especial ênfase a disciplinas como a Pedagogia, Biologia, Psicologia Vocacional e Educacional, Sociologia e outras, determinando uma sistematização do conhecimento adequada às necessidades da burguesia industrial paulista da época. (ANTONACCI, 1987, p.71).

A reunião desses diversos grupos, que com suas particularidades buscavam a racionalização do trabalho, aconteceu somente em 1929, quando por iniciativa da Associação Comercial de São Paulo o especialista em psicologia social León Walther veio a São Paulo ministrar cursos sobre o tema da racionalização.

Estudioso da interpretação psicológica do taylorismo, que procurava corrigir a intensificação do trabalho pelo emprego de técnicas psicológicas que consideravam o fator humano na produção, sua presença no Brasil possibilitou, a um só turno, reunir todas as experiências já aqui relatadas em um único debate, que resultou na elaboração de um projeto de criação de um instituto capaz de reunir as experiências anteriores e projetar novas vertentes da racionalização do trabalho.

Como resultado de todos esses contatos e discussões, o movimento de administração científica em São Paulo tomou vulto e direção, desembocando num projeto de fundação de um “Instituto de Organização Científica do Trabalho”. Incluído no plano de ação da Associação Comercial, o instituto atuaria através de seções de seleção e educação profissionais, de organização profissional e de estudos a respeito de legislação e estatística referentes a estes temas. (ANTONACCI, 1987, p.74).

Atrasado uma última vez pelos acontecimentos de 1929 e suas consequências, o projeto para a fundação do instituto voltou a ser movimentado no final de 1930, pela iniciativa de Aldo de Azevedo, que diante da conjuntura econômica, política e social da época, capitania a mobilização em torno da criação de uma associação de caráter técnico sob a orientação de cooperação interclasses para a melhoria das condições de vida, tudo lastreado na autoridade da ciência enquanto mediadora isenta do processo. (ANTONACCI, 1987, p.75).

E desta articulação de Aldo de Azevedo com os demais grupos envolvidos no tema surge o IDORT, redimensionando suas experiências nos termos exigidos pela nova realidade social que se configurava naquele momento, de ascensão da burguesia industrial ao poder.

Os antigos grupos, surgidos em torno de questões ligadas ao trabalho e à orientação profissional, que emergiram incipiente e desarticuladamente na sociedade paulista, ao se integrarem no IDORT redimensionaram suas experiências. Redimensionaram-nas no sentido de que se articularam num plano definido e coordenado por setores avançados da burguesia empresarial, tornando mais eficiente seu desempenho, antes desconexo e circunscrito a campos de ação localizados e limitados. A partir do momento em que se fundiram e recompuseram no IDORT, reapareceram como expressões de um processo levado adiante pelas necessidades de expansão do capital. Nesse sentido, com a fundação do IDORT, foram “racionalmente” canalizados, passando a se movimentar na direção e no ritmo dos interesses dominantes, onde o conhecimento e a conformação do processo de trabalho e da força de trabalho foram de fundamental importância. (ANTONACCI, 1987, p.76).

Assim, a racionalização seria parte do projeto de industrialização da burguesia paulista, que necessitava aumentar seu controle sobre as relações interclasses e também sua produção, tendo a ciência e sua suposta isenção como pano de fundo para a adoção destas iniciativas.

A partir destas considerações, [...] não se pode deixar de ter presente que o “tema da industrialização” – fundamento do projeto de reorganização da sociedade formulado e instituído por setores da burguesia industrial desde o final da Primeira Guerra Mundial – tem subjacente o tema da racionalização, onde a ciência e a tecnologia vêm assumindo variadas e estratégicas dimensões políticas na produção/reprodução das formas de controle e disciplinarização social. (ANTONACCI, 1987, p.78).

Como vemos, a contribuição de Antonacci (1987) aponta para uma visão crítica sobre a real importância do conceito de racionalização tem para Roberto Simonsen, que na visão do autor aparece como mediador de conflitos, mas que na prática também poderia configurar-se como uma arma na luta entre as classes.

Formulador das primeiras iniciativas neste sentido e que, tempos depois, acabaram por se consolidar na formação do IDORT, o autor era um entusiasta das ciências e especialmente da sociologia, que em seu ver poderia cumprir o papel de árbitro isento dos conflitos sociais, racionalizando-os. É com base nessa crença nas ciências e na racionalização que Simonsen lança-se no projeto de fundação da Escola Livre de Sociologia de São Paulo – ELSA.

No entanto, o fato de Simonsen não colocar em tais termos a questão da racionalidade não elimina a crítica de Antonacci (1987) sobre as razões pelas quais a racionalidade foi adotada pelo autor e por parte importante das lideranças burguesas da época, devendo ser considerada quando da análise destes momentos históricos.

3.2 A fundação da ELSP: entender a realidade do Brasil

A Escola Livre de Sociologia e Política foi fundada em São Paulo em 1933, em um momento de grande ebulição política e científica, em que o Brasil buscava consolidar seu ingresso no mundo moderno, desenvolvendo o debate sobre qual seria o projeto de nação brasileiro, tal como debatemos com maior rigor na seção I deste trabalho.

Inserida, desse modo, no contexto da modernização do Brasil, a criação da ELSP é resultante do esforço de parte das elites da época, especialmente as de São Paulo, para criar um corpo de instituições que fosse capaz de formar cientistas. Simonsen aponta para esse caminho em seu discurso na ELSP:

A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas. São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, se prestar apoio integral ao novo órgão de ensino. [...] Possuindo Escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora de formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais facilmente aparelhar a conveniente escolha de seus homens de governo. (SIMONSEN, 1933, p.7; p.34).

Por sua vez, o próprio Manifesto de Fundação da ELSP aponta para tal direção:

É evidente que este estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panacéias, não deriva de um fator único, suscetível de exame e solução tranqüilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos. [...] Os instrumentos e processos de ensino em vigor, se permitem a formação de profissionais distintos, de especialistas notáveis, e acoçoam, por outro lado, especulações individuais, pesquisas isoladas, e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal. Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um certo centro de cultura político-

social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social. A fundação da ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO vem preencher essa lacuna evidente. (ELSP, 1933, p.1).

Nota-se que o Manifesto da ELSP segue na direção de que a sociologia que será ensinada na instituição difere da produzida até então no ponto chave ao qual nos referimos anteriormente: a aplicação prática.

Ao propor a formação de profissionais capazes de estudar a “ligação do homem com o meio” e o “estudo das condições de existência e os problemas vitais”, o Manifesto já deixava transparecer a influência de Simonsen tanto na escolha do tipo de sociologia que a ELSP iria desenvolver (a aplicada), quanto na escolha de seu tema inicial de pesquisa (a condição de vida dos trabalhadores).

Nesse sentido, Del Vecchio e Diéguez (2008) apontam que a colaboração interinstitucional entre a ELSP e os outros institutos científicos (Instituto de Educação, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, Departamento de Cultura de São Paulo e outras), inclusive com a circulação de profissionais entre elas, somada à emergência do tema das condições de vida dos trabalhadores no período, atuaram como facilitadores da realização das pesquisas desenvolvidas por Davis e Lowrie anos depois. No entanto, tal acontecimento somente se concretizou – e na própria ELSP –, devido à forte influência de Simonsen na instituição. (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p.28-30).

Ainda sobre a participação de Simonsen na criação da ELSP, há um debate entre os autores que estudam sua obra, especialmente no que tange às influências sobre seu currículo inicial e projeto pedagógico. Berlink (1973), Carone (1977), Maza (2004b), entre outros, indicam que Simonsen exercia influência entre os fundadores da instituição, mas não foi o seu idealizador nem seria autor de seu projeto, que teria sido formulado por um grupo de jovens intelectuais ligados aos movimentos renovadores do período.

Em sentido oposto, Del Vecchio e Diéguez (2008) afirmam que Simonsen teve sim participação não só na construção da ELSP como na escolha da sociologia aplicada e das pesquisas sobre a condição de vida dos trabalhadores, sendo que a delimitação mais aprimorada estaria na obra “Rumo à Verdade”, de 1933, em que o autor teria lançado as bases do projeto pedagógico da nascente instituição. E assim afirmam Del Vecchio e Diéguez (2008):

São incontestados os fatos de que ele exerceu decisiva influência na proposta inicial da instituição e de que tal influência expressou-se em aspectos que vão do perfil dos titulados e dos próprios temas de pesquisas que viriam a ser desenvolvidas. Isso fica mais evidente quando se focalizam as primeiras pesquisas da ELSP, pois estão concentradas em torno do tema das condições de vida dos operários, que surge com destaque em *Rumo à Verdade* [...]. Ademais, é sabido que essa questão era alvo das preocupações de Simonsen desde a década de 1910. (DEL VECCHIO e DIÉGUEZ, 2008, p.32).

Adotamos a hipótese debatida por Del Vecchio e Diéguez (2008). Já vimos, por exemplo, que Simonsen acreditava que a ciência e a racionalização eram as melhores – se não as únicas – maneiras de superarmos o subdesenvolvimento. E esta racionalização aplicar-se-ia tanto à economia quanto à organização do trabalho, incluindo aqui a condição de vida dos trabalhadores. Seu desejo era, por meio da compreensão científica das condições de trabalho e das leis econômicas, buscar o equilíbrio entre as classes, minimizando a disputa entre capital e trabalho. Desse modo, a relação patrão/operário, como o próprio autor nos mostra, poderia ser mais equilibrada:

De fato, o que o patrão procura é pagar o menos possível por unidade de produção e o que o operário visa é ser o mais remunerado possível por unidade de tempo: daí a viabilidade em ser obtida a solução harmônica dos interesses das duas classes por investigações científicas das condições reais de trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção. (SIMONSEN, 1932, p.49).

Simonsen acreditava, portanto, que a sociologia era o caminho para a obtenção desse equilíbrio. No entanto, ele defendia uma sociologia diferente da então praticada que, a seu ver, era muito preocupada com a forma literária e com a construção de teses distantes dos reais interesses sociais. Em conferência proferida no então *Mackenzie College*, o autor afirmou que:

A segunda dúvida [a primeira era a respeito de sua capacidade de proferir um discurso na condição de paraninfo da turma de formandos em Comércio], não me pejo de vos confessar, foi o temor de certa crítica, em matéria tão fora de minha órbita profissional. Há incontestavelmente em nosso meio, mais do que alhures, a aristocracia da palavra, o mandonismo literário. Moços existem que tomaram como profissão a crítica da demolição. Com amontoados de livros filosóficos à esquerda, cuja leitura quase sempre lhes foi indigesta; tendo à direita o metro gramatical, atiram-se, desabridamente, sobre os incautos que se atrevem a falar sem sua audiência, com maior sinceridade de ideias do que preocupação de formas. Esse meio o venceu, talvez, o “atavismo”... (SIMONSEN, 1932, p.114).

Como vemos, não obstante Simonsen adotasse a sociologia como a ciência capaz de apresentar os critérios científicos que trariam o equilíbrio racional à sociedade, não via no modelo tradicional europeu as condições de realizar tal tarefa. Era necessário, pois, outra sociologia, prática, aplicada, que fosse a campo com o intuito de constatar os problemas e, a partir daí, desenvolver as soluções.

E o currículo inicial da ELSP continha exatamente essa linha de conduta, com disciplinas, como a Economia Social, que expressavam exatamente as características que Simonsen desejava ver nos pesquisadores sociais. Isso já demonstra, razoavelmente, o fundamento de nossa tese, pois já se vê a influência do posicionamento teórico de Simonsen na constituição da Escola e de seu currículo. Del Vecchio e Diéguez caminham nessa mesma direção:

Enfim, a diretiva que apontava para a capacitação de praticantes da Sociologia Aplicada realizava-se pela observação dos programas disciplinares, mas, acima disso, pela forma como se conduziam as atividades da Escola. Neste ponto, novamente a atuação de Simonsen foi decisiva, pois, além de ter uma liderança por muitos reconhecida, tinha clareza quanto à natureza da ciência social que queria implantar na ELSP. (DEL VECCHIO e DIÉGUEZ, 2008, p.36).

Da mesma forma, Lima (1976) aponta que:

Antes disso, entretanto [da formulação do SENAI], já emprestara sua colaboração material e intelectual a um empreendimento de grande alcance cultural, que foi a criação da Escola de Sociologia e Política. [...] E, segundo Roberto Simonsen, a Escola visava, principalmente a preparar especialistas que estejam detalhadamente a par dos problemas sociais e econômico-políticos da administração em geral e da administração pública em particular. [...] Esta iniciativa vinha ao encontro das aspirações de Roberto Simonsen, que era a da criação de homens com conhecimentos suficientes para gerir nossa vida coletiva, dentro dos moldes científicos a que a experiência ia dando nascimento, a fim de que “as novas gerações possam encontrar as soluções mais adequadas aos problemas administrativos peculiares ao meio brasileiro”. (LIMA, 1976, p.179).

Logo, podemos ver que a leitura de Simonsen aponta para o maior acerto da hipótese de Del Vecchio e Diéguez (2008), segundo a qual o empresário teria influenciado não só a construção da ELSP como também seu currículo inicial e as pesquisas elaboradas nos anos 1930. E tal influência estava totalmente conectada à sua ideia de superar a pobreza por meio da elevação do padrão de vida.

Há, ainda, outros elementos indicando a importância da participação de Simonsen nesse processo. Um deles é a escolha do método de pesquisa adotado por Davis e Lowrie para os inquéritos desenvolvidos pela ELSP na década de 1930.

Simonsen (1933) menciona uma série de autores que, em sua visão, contribuíram para o avanço das ciências sociais, especialmente no que tange ao caráter investigatório e prático de seus métodos. Um destes autores é Frédéric Le Play, que, segundo o próprio empresário:

[...] empreendeu um estudo metuculoso sobre os trabalhadores europeus, inventariando e monografando para mais de trezentas famílias proletárias, observadas nas indústrias mais características em várias localidades da Europa. Foram seus trabalhos que libertaram a Sociologia do ponto de vista puramente dialético e acadêmico, trazendo-a, ao lado da biologia, para um lugar determinado na hierarquia das ciências [...]. (SIMONSEN, 1933, p.15).

Frédéric Le Play foi um sociólogo francês (1806-1882) cuja produção não é, em geral, citada como das mais importantes para as ciências sociais. Seu principal livro, *Les Ouvriers européens. Étude sur les travaux, la vie domestique et la condition morale des populations ouvrières de l'Europe*, de 1876, é a obra citada por Simonsen na passagem acima e traz o relato de Le Play sobre as pesquisas por ele realizadas junto aos trabalhadores europeus do período. Na Seção I, tivemos a oportunidade de analisar parte da obra deste autor francês por meio da análise de seu enfoque na paz social, que também foi apropriada por Simonsen.

Ainda, partindo da família como a unidade social irreduzível, Le Play estudou os orçamentos domésticos de famílias de metalúrgicos, mineiros e outros trabalhadores de grande parte das regiões da Europa, criando o método monográfico e estabelecendo critérios para os estudos das famílias que restaram consagrados na produção científica em sociologia. (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p.38; BOTELHO, 2002, p.512).

Não buscaremos um maior aprofundamento sobre a obra de Le Play, mas é importante destacar que a pesquisa por ele realizada constitui-se no molde original, no que tange ao método, àquelas desenvolvidas em São Paulo pela Escola Livre de Sociologia e Política.

Essa constatação, somada ao elogio de Simonsen à obra do sociólogo francês, aponta na direção da influência do empresário no projeto pedagógico da Escola e na realização das pesquisas sobre a condição de vida dos trabalhadores, na medida em que foi exatamente o método monográfico elogiado por Simonsen o empregado por Davis e Lowrie em suas pesquisas que, por sua vez, foram realizadas pela instituição para cuja fundação e funcionamento Simonsen em muito concorreu.

Há, ainda, outros fatores que nos levam à mesma conclusão. Já vimos que Maza (2004a) considera que Simonsen coloca-se no campo positivista, ainda que não declare isso, na medida em que se utiliza de conceitos e métodos típicos dos positivistas, que viam a sociedade como um corpo cujo perfeito funcionamento somente se daria com o equilíbrio entre os indivíduos. Essa preferência ideológica teria, portanto, levado Simonsen a optar pelo método de Le Play para as pesquisas realizadas pela ELSP.

Em sentido oposto, Del Vecchio e Diéguez (2008) apontam que a escolha de Le Play deu-se mais em virtude do idealismo prático com o qual Simonsen via o mundo do que por filiação ideológica. Explicam os autores que, para o empresário, importava escolher um método que fosse o mais adequado ao objeto que pretendia estudar, não sendo sua intenção desenvolver um tipo próprio de sociologia, mas sim buscar resultados práticos que melhor se enquadrassem nos problemas a serem resolvidos. Sua escolha, portanto, deveu-se mais à adequação teórica do método de Le Play do que por seu gosto por determinada corrente sociológica.

Uma vez mais, entendemos que a hipótese de Del Vecchio e Diéguez (2008) é que mais se adéqua ao pensamento de Simonsen, um crítico do modelo de sociologia acadêmica⁴ e que tinha uma visão pragmática em relação à constatação e à solução dos problemas sociais.

Sendo o autor um crítico da sociologia acadêmica e, como vimos, distante das paixões ideológicas, não haveria razão para que Simonsen contrariasse sua natureza prática para filiar-se a uma determinada corrente sociológica em detrimento de outra. Observando a obra do autor como um todo, fica claro que sua intenção não era criar uma nova forma de sociologia, mas de adotar um método que fosse mais adequado a sua ideia força: pensar os problemas sociais brasileiros e propor-lhes soluções, postura que o autor adotou durante todo seu percurso intelectual.

Reforçando este sentido aplicado da relação de Simonsen com as ciências, poderíamos destacar, em contraponto ao apontado por Maza (2004a), a observação de Carone (1971) de que o empresário/intelectual desenvolveu suas teorias econômicas com base em estudo da história, seus efeitos e consequências, o que o aproximaria, em certas passagens da perspectiva marxista:

⁴ Um exemplo do modo racional de enxergar os problemas brasileiros de Simonsen pode ser encontrado em seus debates na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Em meio a uma discussão com o deputado Arruda Falcão sobre a sua afirmação de que o Brasil era um país rico, porém com povo pobre, Simonsen argumenta, a seu modo, que seria uma idealização afirmar que o Brasil possa ser rico sem produzir qualquer riqueza: “[...] A atividade produtora concorre para a criação de riquezas. Possibilidades [as riquezas naturais não constituídas em produtos] não constituem, porém, riquezas”. (SIMONSEN, 1934, p. 37).

Apesar de seu didatismo, o que não se pode negar é o fato de que seus estudos são mais completos do que a maioria dos trabalhos contemporâneos. Além de uma boa biblioteca geral, que o mostra familiarizado com a história, Simonsen utiliza-se de fontes primárias, numa descrição e aprofundamento do processo de produção agrícola e comercial, que o dota de uma visão "marxista" da história. (CARONE, 1971, p.25).

Por outro lado, o fato de haver influência de múltiplas correntes sociológicas em sua obra nos parece ser mais um indício de que a relação do autor com as ciências em nada tinha o aspecto da filiação, mas sim o da busca pela "verdade", isto é, a superação prática dos problemas estudados através do conhecimento científico aplicado.

Por fim, outra questão que aponta para a participação do empresário no projeto fundador da Escola e, por consequência, das pesquisas de campo realizadas, é o fato de que tanto Horace Davis como Samuel Lowrie eram professores americanos formados pela Universidade de Columbia, que à época concorria com Chicago na produção sociológica americana.

Simonsen era um entusiasta da forma como os americanos resolveram seus problemas de desenvolvimento, bem como de sua sociologia, detentora de um método mais voltado para a objetividade e para a psicologia social. (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p.39).

E, no especial caso da Universidade de Columbia, essa, a fim de distanciar-se da concorrente Chicago e colocar-se como alternativa, adotou um método de pesquisa humanista baseado em estatísticas e em demografia, características que Simonsen via como ideais para serem aplicadas no Brasil, facilitando sua escolha pelos professores.

Conforme explicam Del Vecchio e Diéguez (2008, p.41), a Universidade de Columbia já contrastava com a consagrada Chicago desde 1929, quando adotou o método humanístico ao qual nos referimos no parágrafo anterior, e trouxe para seu quadro de professores nomes como Theodore Abel, Alexander Von Sheling, Willard Waller e outros, que construíram tais características e elevaram o escopo científico da instituição.

Sob tais estímulos, a Sociologia de Colúmbia ampliou fortemente sua influência no período entre-guerras e se constituiu em um importante centro de formação e difusão, afirmando-se como pólo alternativo ao ainda dominante Departamento de Sociologia de Chicago. Esta circunstância explica em parte a decisão de Simonsen em contatar o cônsul geral do Brasil em Nova York, Sebastião Sampaio, no sentido de que ele procedesse à seleção de dois pesquisadores de Colúmbia para ministrar aulas na ELSP (BERLINK, 1964, P.283). (DEL VECCHIO E DIÉGUEZ, 2008, p.41)

Por sua vez, as pesquisas iniciais realizadas pela ELSP também são mostras da influência de Simonsen na busca pelo estabelecimento de um padrão médio de vida para a classe operária.

Nos anos de 1934 e 1937, a ELSP realizou dois inquéritos sobre os padrões de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. O primeiro, “Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo”, comandado por Horace Davis em 1934, entrevistou 221 famílias de trabalhadores paulistanos, verificando a composição de seus gastos médios mensais a fim de traçar um padrão do custo de vida de tais grupos.

Da mesma forma, porém com maior rigor metodológico, Samuel Lowrie organizou, em 1937, a pesquisa “Padrão de vida dos operários da limpeza pública” também com o fito de compreender a composição mensal dos gastos familiares de uma parte do proletariado paulistano da época – os trabalhadores da limpeza pública.

Ambas as pesquisas tinham o objetivo comum de traçar uma média de gastos das famílias proletárias de modo a estabelecer um valor base para implantação do salário mínimo, o que de fato ocorreu anos depois.

A leitura dos relatórios finais dos inquéritos é, por si só, de riqueza sociológica significativa.

No primeiro, as conclusões a que chegou o grupo comandado por Davis retratam em números a situação que Simonsen já notara desde o início de suas atividades como empresário: as péssimas condições de vida da classe trabalhadora paulistana daquele período⁵.

Os pesquisadores concluíram que parte das famílias era composta de estrangeiros, oriundos de países como Itália, Portugal, Espanha, Japão, Lituânia, Áustria e outras, sendo que apenas os filhos eram alfabetizados: das famílias pesquisadas, apenas 21% dos jovens acima de 13 anos não eram alfabetizados em português. Os adultos, ao que se pode inferir, eram alfabetizados em sua língua natal. Constatou-se, ainda, que homens ganhavam, em média, 160% a mais que as mulheres, não obstante a jornada de trabalho fosse igual.

Outro importante apontamento foi o de que as famílias pesquisadas estavam em sua maioria urbanizadas: 151 das 221 famílias que participaram da pesquisa moravam nas cidades e não tinham mais ligações com o campo; 48 delas tinham hortas e criações em casa, mas não vendiam sua produção, o que remete a outra conclusão: o salário oriundo do trabalho era a única fonte de renda das famílias proletárias. Ainda, praticamente todas as famílias pesquisadas pagavam aluguel e o número médio de moradores era de 5,42 por habitação.

⁵ Todos os dados que iremos apresentar foram colhidos da pesquisa de Davis (1935, p.114-167, apud DEL VECCHIO e DIEGUEZ, 2009).

Os dados colhidos apontam a relação direta entre a renda mensal e o analfabetismo, descobrindo que, já naquela época, as famílias que continham mais analfabetos ganhavam menos em relação às que não os tinham ou os tinham em menor número.

Em relação à alimentação, os números obtidos chamam a atenção: entre as famílias de menor renda, é a maior despesa mensal (51% em média), proporção esta que diminui na medida em que a renda aumenta. No entanto, comparando a capacidade de consumo dos operários brasileiros em relação aos europeus e americanos, Davis constatou que o nível de comprometimento mensal com alimentos dos brasileiros era o mesmo que o daqueles – porém há um século antes da sua pesquisa.

A medida geral dos gastos com alimentos alcança 51% do total das despesas, não sendo tal alta como se poderia esperar, baseando-se nos estudos feitos anteriormente na América do Sul; porém, ela é comparável à proporção observada na Europa há um século atrás... (DAVES, 1935, p.137, apud DEL VECCHIO e DIEGUEZ, 2008).

Da mesma forma, quanto ao modo de consumo americano, ampliado pela possibilidade de comprar de maneira parcelada, também aqui as parcelas eram comumente utilizadas. Porém, enquanto os operários americanos compravam itens de consumo secundário (móveis, eletrodomésticos, automóveis e outros), aqui o parcelamento era utilizado para compras de primeira necessidade, ressaltando a distância que havia entre o proletariado dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos, exatamente a questão constatada por Simonsen.

O apurado no quesito alimentação ressalta a relevância do problema da carestia nacional: as famílias de baixa renda consumiam menos calorias do que o índice universalmente aceito para o consumo à época. 27% das famílias pesquisadas, cuja renda variava entre zero e cem mil réis, consumiam menos de 2600 calorias por adulto/dia, o que as obrigava a optar por alimentos que permitissem o ganho, ao menos, da energia necessária para a reprodução do trabalho, a que Davis chama de “energias necessárias”.

De igual forma, a habitação não apresentava melhores condições. A residência média da família proletária composta de 03 cômodos, variando entre casas individuais (de 03 cômodos), porões e cortiços, habitações coletivas que abrigavam várias famílias sem qualquer infraestrutura para tanto. O número de habitantes por cômodo constatado era o mesmo da Europa pós I Guerra Mundial, bem como a higiene destes lares também podia ser comparada aos lares europeus do período. Quanto maior a família, maior era a migração para bairros de periferia e menor era a preocupação com despesas de moradia, sempre suplantadas por outras necessidades, tais como alimentação.

No quesito vestuário, via-se a mesma relação de miséria, destacando-se casos em que meninos e meninas não tinham, sequer, conjuntos de roupas íntimas suficientes para o uso diário.

O próprio Davis conclui o que sua pesquisa cientificamente desnudou:

Na proporção em que a despesa efetuada com alimentos pode ser considerada medida adequada do padrão de vida, os trabalhadores de S. Paulo aqui estudados apresentam um padrão de vida inferior ao normal na Europa Ocidental e na América do Norte, embora não sejam os que apresentam nível mais baixo, se os compararmos com trabalhadores de outras parte do mundo ou mesmo da América do Sul. [...] Quanto aos itens mensuráveis, os nossos resultados indicam que os trabalhadores de São Paulo, representados pelas famílias pesquisadas, mesmo nas circunstâncias de razoável abundância de empregos, não se encontram em condições satisfatórias de alojamento e de vestuário. Apesar dos baixos preços dos alimentos, dispendem eles com gêneros uma proporção da sua renda algo maior que a considerada normal entre os operários dos países de civilização mais antiga. (DAVIS, 1935, p.165, apud DEL VECCHIO e DIÉGUEZ, 2008).

O segundo inquérito, comandado por Samuel Lowrie (1937, p.184-304, apud DEL VECCHIO e DIÉGUEZ, 2008) concentrou-se em investigar o padrão de vida de uma parcela dos operários paulistanos, os trabalhadores lotados na Limpeza Pública.

A pesquisa de Lowrie tem por diferencial tratar-se de uma encomenda da Prefeitura de São Paulo, que desejava estabelecer, em cumprimento à Constituição de 1934 e aos decretos a ela posteriores que regulamentaram o tema, um salário mínimo para seus trabalhadores. Este mínimo, como dispunha o art. 7º, §1º do Decreto nº 185, de 14 de janeiro de 1936, deveria possuir um valor que fosse “capaz de satisfazer, em determinada região do país e em determinada época, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. (LOWRIE, 1937, p.184, apud DEL VECCHIO e DIÉGUEZ, 2008).

Assim, o inquérito tinha como objeto proceder a um levantamento do padrão de vida das famílias destes funcionários para, a partir de um valor médio de gastos, estabelecer o *quantum* de salário lhes deveria ser pago, a fim de atender ao que determinava a Constituição.

O resultado final do inquérito é longo e não pretendemos discorrer sobre todos os pontos pesquisados pelo autor, mas as conclusões às quais chegou, que pouco diferem das obtidas por Davis em 1935, são também mostras do acerto da postulação de Roberto Simonsen ao afirmar que, sem solucionar a questão da pobreza, o que somente aconteceria por meio da industrialização, jamais o Brasil alçaria a condição de nação desenvolvida.

Resumidamente, Lowrie constatou que as condições de trabalho e os baixos salários faziam dos trabalhadores da limpeza pública uma categoria “anormal” em relação ao restante da população paulistana, pois, além das incomuns distribuições de nacionalidade, idade e sexo (maioria de espanhóis e lituanos e minoria de italianos; proporção de adultos com idade para trabalhar mais baixa; excesso de mulheres jovens e de crianças de menos de 07 anos de idade), seus salários cresceram muito menos do que a inflação do período.

Ademais, nas famílias destes trabalhadores cada membro era um assalariado em potencial, com o fito de aumentar o ganho familiar, bem como o índice de alfabetizados, inclusive as crianças com sete anos de idade ou mais, era inferior aos do conjunto da população.

Tal como Davis (1935), Lowrie (1937) também perquiriu que 94% da renda daqueles trabalhadores estudados era composta pelo salário, e sempre que possível todos os membros da família trabalhavam. Da mesma forma, 53% da renda total era revertida para o gasto com alimentação.

Em relação à habitação, a pesquisa anotou que suas condições eram péssimas, sendo os imóveis ocupados por um número muito superior de pessoas para o qual foram projetados. Cozinhas, banheiros, chuveiros e fontes de água eram, na maioria dos casos, coletivos.

Como vimos, o problema das condições de vida dos trabalhadores de fato existia, tal como Simonsen constataria empiricamente anos antes da confirmação científica do problema pelas pesquisas supra-analisadas, reforçando nosso argumento de que tais iniciativas só puderam acontecer pela influência direta de Simonsen, que buscava exatamente estabelecer este critério médio, e de forma científica.

Do exposto, concluímos que o intelectual/empresário teve participação fundamental na construção e implantação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, já com vistas a empregá-la na busca científica de soluções para o problema das condições de vida. Mas os efeitos de ação ganharam importância ímpar no processo de institucionalização da sociologia enquanto ciência no Brasil.

3.3 A contribuição de Simonsen para a Sociologia brasileira

Para além da relação entre sociologia e padrões de vida, a atuação de Simonsen estava inserida em um contexto histórico mais abrangente no que tange ao papel das ciências sociais.

Analisando a evolução da sociologia enquanto ciência no Brasil, Antônio Candido, em “A Sociologia no Brasil” (2006), texto originalmente publicado em 1959, afirma que a

história do desenvolvimento dessa ciência em nosso país divide-se em dois períodos distintos: um, que vai de 1880 até 1930, em que a ciência aparece com caráter mais ensaístico, mais literário; e o outro, que o autor indica iniciar em 1940, oportunidade na qual a sociologia ganha contornos mais metodológicos e se institucionaliza em definitivo.

No Brasil, podemos distinguir nitidamente, na evolução da Sociologia, dois períodos bem configurados (1880-1930 e depois de 1940), com uma importante fase intermédia de transição (1930-1940). No primeiro, é praticada por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira. Além disso, não se registra o seu ensino, nem a existência da pesquisa empírica sobre aspectos delimitados da realidade presente. Depois de 1930 ela penetra no ensino secundário e superior, começa a ser invocada como instrumento de análise social, dando lugar ao aparecimento de um número apreciável de cultores especializados, devendo-se notar que os primeiros brasileiros de formação universitária sociológica adquirida no próprio país formaram-se em 1936. O decênio de 1930, rico e decisivo, pode ser considerado fase transitória para o atual período que, iniciado mais ou menos em 1940, corresponde à consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação. (CANDIDO, 2006, p.271).

Explica o autor que, em um primeiro momento, cujo marco temporal seria o ano de 1880, a sociologia brasileira caracterizou-se pelo apego ao evolucionismo, recebendo dele suas características iniciais (algumas delas conservadas até hoje, tais como as sínteses explicativas), em muito por conta da influência do Direito e dos juristas na formação da sociologia enquanto ciência, uma vez que lhes coube, por muito tempo, o papel de intérpretes da realidade social brasileira.

Coube aos juristas papel social dominante no Brasil oitocentista, dadas as tarefas fundamentais de definir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política. Foi a fase de elaboração das nossas leis, aquisição das técnicas parlamentares, definição das condutas administrativas. O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. A sociologia brasileira formou-se, portanto, sob a égide do evolucionismo e recebeu dele as preocupações e orientações fundamentais, que ainda hoje marcam vários dos seus aspectos. [...] É preciso salientar que o evolucionismo não constituiu importação artificial de modas européias, mas se adequou a várias das nossas realidades locais, de povo que procurava justamente construir de si mesmo uma representação coerente no plano ideológico, preocupado com o peso do passado escravocrata, as possibilidades do desenvolvimento futuro, o significado positivo ou negativo que teriam neste processo as raças díspares e a decorrente mestiçagem. (CANDIDO, 2006, p.272).

Em um segundo momento, a sociologia se mobilizou pela construção de interpretações sobre o Brasil, pela busca de uma “teoria geral” que fosse capaz de congrega explicações para os problemas sociais e fórmulas sobre como resolvê-los. Esta fase, explica Candido,

É o momento em que dominam as preocupações de elaborar, digamos, uma "teoria geral do Brasil" do ponto de vista da sua evolução social e das características organizatórias, com acentuada preferência pelos aspectos políticos. [...] Esta atitude metodológica se explica pela ideologia que norteava o trabalho destes homens, ainda aí seguidores de Silvio: o nacionalismo, o empenho de desvendar necessidades e características nacionais com o fim precípua de servir ao progresso do país, em relação ao qual se verificava acentuado pessimismo no primeiro quartel deste século [XX], após as esperanças iniciais da República. No fundo, importava menos o cuidado da investigação ou o rigor da inferência do que a interpretação coerente do país no seu conjunto, para se apontarem remédios de ordem político-administrativa. A isso se chamou Sociologia entre nós, desde então quase até os nossos dias, não faltando quem ainda a conceba sob este aspecto, que correspondeu, realmente, a um decisivo momento na tomada de consciência ideológica da nossa sociedade. (CANDIDO, 2006, p.278-279).

O marco da passagem na qual a sociologia, de acordo com Candido (2006) passaria desta etapa mais ensaística e passaria para outra, de maior rigor metodológico e científico, é a década de 1930, oportunidade na qual a sociologia passou a ser institucionalizada, ensinada em universidades tais como a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a Faculdade de Filosofia da USP, fundada em 1935 e outras iniciativas.

Contemporaneamente, isto é, no decênio de 1930, deu-se o fato mais importante para a formação da Sociologia, que foi, como dissemos, a sua emergência no ensino. Ressalta aí a atuação dos educadores, que vinham sentindo a sua necessidade para a formação profissional do professor primário e para a elaboração de uma teoria educacional adequada, sentindo logo a seguir a necessidade de estabelecer o seu ensino em nível superior. As reformas de Fernando de Azevedo no então Distrito Federal e em São Paulo (1927; 1933) incluem-na no currículo das Escolas Normais e cursos de aperfeiçoamento; a reforma federal de Francisco Campos (1931), nos cursos complementares. Na Escola Livre de Sociologia e Política e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade, ambas em São Paulo, bem como na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal, fundam-se em 1933, 1934 e 1935 os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais, figurando ela entre as matérias. (CANDIDO, 2006, p.283).

E estas mudanças, explica o autor, aconteceram no bojo das transformações sociais pelas quais a sociedade brasileira passou no período assinado, notadamente a crise econômica de 1929, a Revolução de 1930 e toda a gama de fatores que foram alterados pela crise do modelo agrário e pela ascensão de um novo modo de produção, o industrial.

Estes acontecimentos se ligam às condições políticas e sociais que sucederam à revolução de 1930, exprimindo uma curiosidade acentuada de conhecer o país e, em sentido mais amplo, a sociedade moderna e os seus problemas. A expressão "realidade brasileira" é típica do momento, tornando-se verdadeiro lugar-comum a que recorriam indiscriminadamente jornalistas, políticos, escritores e estudiosos; havia no ambiente, além disso, uma solicitação intensa pelos estudos sociais, que se multiplicaram nos diferentes campos da história, da economia, da política, da educação, concorrendo para criar uma atmosfera de receptividade e expectativa em torno da Sociologia. (CANDIDO, 2006, p.284).

É exatamente neste período histórico, eivado de transformações sociais que alteram a realidade brasileira, que Roberto Simonsen dinamizou a Escola de Sociologia e Política, com claro fito de desenvolver um instrumento capaz de interpretar, de analisar, pela via da sociologia, as condições de vida das classes operárias, contribuindo, ainda, para o fortalecimento da sociologia enquanto ciência no Brasil.

Ademais, o autor teria se apoderado do fato de que a sociologia brasileira percorreria um caminho diferente da produzida em outros países, na medida em que, aqui, sua tarefa era a de entender a construção da nação, que acontecia, como vimos, *pari passo* com sua institucionalização. De acordo com Villas Boas:

A pergunta que funda a disciplina já estava inscrita na tradição sobre o Brasil e dizia respeito à identidade da sociedade brasileira. Interessava investigar os problemas concretos do país, principalmente conhecer suas peculiaridades e para saber de suas possibilidades de integrar-se ao concerto das nações modernas. (BOAS, 1997, p.74).

Imbuído desse sentimento, Simonsen teria impulsionado as pesquisas de Davis e Lowrie, que acabaram por se tornar “[...] um sinal da virada temática, [...] deslocando a sociologia do estudo preferencial das classes dominantes para o estudo das classes dominadas”. (CANDIDO, 1996, p.47, apud DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p.43).

E foi com base nestes estudos que Simonsen pôde, nos anos posteriores, desenvolver a tese do subdesenvolvimento brasileiro.

3.4 Pobreza e subdesenvolvimento: a tese de Roberto Simonsen

Ao longo desta seção buscamos compreender a importância que a sociologia possuía enquanto ciência para Roberto Simonsen e, *vice-versa*, a fundamental contribuição que o intelectual/empresário deu para a institucionalização desta ciência no Brasil.

Nosso entendimento é de que o autor via nas ciências um instrumento para tornar mais eficaz a industrialização. Crente de que a racionalidade seria capaz de transformar a realidade social, o autor buscou desenvolver argumentos de ordem científica em favor de sua proposta; os dados colhidos pelas pesquisas da ELSP e por seus demais estudos comprovaram a tese de Simonsen de que o Brasil era um país pobre no que tange à produção de riquezas, dotado de um povo pobre, e que tal problema decorria do sistema econômico então vigente. Logo, se o causador do problema era o modelo agro-exportador, por lógica sua substituição seria de rigor. E foi o desenvolvimento deste raciocínio que embasou uma das principais teses econômicas de Simonsen, a do subdesenvolvimento.

Nos debates travados na década de 1940 em favor da industrialização, o autor afirmava que a pobreza brasileira era causada pelo modelo econômico internacional, no qual o Brasil estava inserido em situação diminuta, pois na divisão internacional do trabalho caberia aos países “periféricos” o papel de repositório de matérias primas e de mercados para os produtos manufaturados estrangeiros, uma espécie de novo pacto colonial em estilo moderno.

E tal modelo, de acordo com Simonsen, seria o causador da miséria brasileira. Logo, já não se tratava somente de industrializar: a mudança de modelo deveria congrega, racionalmente e pela mão do Estado, por meio do planejamento econômico, todos os fatores necessários para defender e desenvolver a economia nacional.

Foi com estas armas que Simonsen atirou-se no feroz debate travado com os liberais na década de 1940, sem abandonar o cerne de seus pensamentos e ações: as condições de vida da classe trabalhadora. De mais a mais, as noções de sistema econômico e de integração entre economia e sociedade, pioneiras para a época em que Simonsen atuou, são mostras da enorme contribuição deste intelectual para o pensamento social brasileiro.

Logo, além de se conectar com sua obra, emprestando a seus argumentos o estofamento científico por ele apreciado e buscado, a atuação de Simonsen no campo da sociologia também contribuiu de maneira essencial para a institucionalização da disciplina no Brasil.

SEÇÃO IV – CONDIÇÕES DE VIDA: A FORÇA DE UMA IDEIA E UMA IDEIA FORÇA NA OBRA DE ROBERTO SIMONSEN

Vimos até aqui que o tema das condições de vida dos trabalhadores era recorrente nas obras iniciais de Simonsen e representavam, em nosso entendimento, real preocupação do autor com a questão social brasileira. A diferença entre aquela primeira etapa do pensamento do autor e as que veremos de agora em diante é o grau de elaboração de suas percepções em relação à realidade brasileira de seu tempo.

Sobre a divisão em fases do pensamento de Roberto Simonsen, abordaremos dois argumentos, o desenvolvido por Carone (1971) e o de Cepeda (2004).

Carone (1971) apresenta a obra de Simonsen como dividida em dois períodos: antes e depois de 1930, sendo que na primeira etapa este autor considera as questões e teses apresentadas por Simonsen mais ligadas ao seu mundo particular, ainda que tenham importância histórica; após 1930, suas obras ganham o vulto que hoje se reconhece.

Grosso modo poderíamos dividir a sua obra em dois momentos básicos: antes e depois de 1930. A divisão se justifica porque no primeiro período seus trabalhos se relacionam mais com problemas específicos de sua profissão: a Prefeitura de Santos, o calçamento em São Paulo, a carne e pastagens no Brasil, missão à Inglaterra, a função dos homens de negócio, etc. Algumas questões teóricas já aparecem expostas em **O trabalho moderno** ou no discurso de inauguração do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, mas o que predomina são problemas **imediatistas**, preâmbulo à obra que irá realizar na segunda fase. (CARONE, 1971, p.24, grifo do autor).

Por sua vez, Cepeda (2004) aprofunda a divisão em fases feita por Carone (1971) e divide as obras de Simonsen em três momentos, destacando a importância de cada um deles em relação ao tempo em que foram desenvolvidas (de 1913 a 1948) e destacando o que entende ser uma mudança no pensamento do autor em estudo, que inicialmente teria defendido posições mais liberais e em conciliação com os cafeicultores para, em um segundo momento, migrar para a implantação do industrialismo e, em um terceiro momento, defender a planificação e a intervenção estatal na economia como forma de dirimir os conflitos.

Para demarcar as fases que se sucedem na obra de Simonsen procuramos identificar duas ordens de fatores que combinados indicam uma ruptura conceitual: a mudança dos temas tratados ou a alteração significativa do tratamento dado a eles. Com base nesses dois critérios é possível detectar três fases na obra do autor: fase I (aliança indústria – café); fase II (primeira ruptura – afirmação da industrialização); fase III (segunda ruptura – o

projeto nacionalista). Nas três há uma mudança significativa das peças angulares do discurso e também uma variação no campo ideológico apresentado pela obra. Assim, na primeira fase predomina a filiação ao liberalismo econômico e a submissão ao arco de alianças do liberalismo político tal qual o praticado na Primeira República; na segunda há um deslocamento crescente para as posições corporativas, com a aproximação do governo de Vargas e com a recusa dos desvios individualistas; e, na terceira, a manutenção do viés intervencionista mesclado com a recusa ao modelo orgânico do Estado Novo (uma posição precursora do planejamento desenvolvimentista). Mas o dado mais interessante sobre as rupturas é que elas formam-se na corrente subterrânea do pensamento simonense, na passagem do empresário para o intelectual. (CEPEDA, 2004, p.160).

Não temos a intenção de, neste momento, polemizar com a divisão em fases do pensamento de Simonsen. Não obstante tanto o primeiro autor quanto Cepeda (2004 e 2011) discorram com muita clareza sobre as transformações do pensamento de Simonsen, o tema das condições de vida permanece de uma etapa para outra, reforçando nosso argumento de que foi sobre esta vertente que Simonsen alicerçou sua construção intelectual, sendo o conceito um elemento estruturador de suas concepções.

No caso de Carone (1971), a divisão é radical: a primeira etapa não tem o mesmo valor sociológico que a segunda. Já Cepeda (2004) trabalha cada etapa relacionando as transformações do pensamento de Simonsen com a evolução do capitalismo industrial e do próprio pensamento sobre o Brasil.

Em nosso entendimento, adotando-se as divisões dos autores supracitados, o elo, o permanente, entre uma etapa e outra do pensamento de Simonsen é o tema das condições de vida. É trabalhando esta questão que Simonsen se depara, em 1919, com as precárias condições de vida dos operários da Companhia Construtora de Santos, o que o levou a construir um bairro popular, a Vila Belmiro; é a melhor qualidade de vida dos trabalhadores europeus e americanos, por ele testemunhadas nas missões comerciais, que chamam a atenção do autor para o fato de que, nos países desenvolvidos, ainda não que não fossem ricos os operários mantinham um padrão de vida muitas vezes superior aos correlatos nacionais.

É ainda por conta das condições de vida que o autor, como veremos mais detalhadamente nesta seção, formula suas teses iniciais sobre a relação entre padrão de vida e industrialização, bem como toma contato com a sociologia, na qual via um método eficaz para determinar o ganho médio que um trabalhador precisaria ter para sua existência “digna.

Da mesma forma, é a busca pela superação da pobreza que o levará aos históricos e importantíssimos debates com os liberais na década de 1940, oportunidade na qual o autor apresenta, de maneira pioneira, a tese do subdesenvolvimento, que se tornaria, a partir de

1949, com a publicação do Manifesto da Cepal, o marco dos estudos econômicos realizados no Brasil e em toda a América Latina.

Logo, a nossa hipótese é que o tema das condições de vida aparece em todas as fases do pensamento de Simonsen ao longo de sua carreira intelectual e prática, que caminham *pari passo* em sua trajetória de vida, tal como procuramos demonstrar até o momento.

Nesta seção, concentraremos nossos estudos a partir do momento em que Simonsen apresenta a tese de que o principal problema nacional é o baixo padrão de vida e que o mesmo é fruto do modelo agro-exportador adotado até então, sendo necessário o incremento da industrialização para superar tal situação.

Esta formulação não aparece na obra do autor acabada tal como aqui a expusemos. Ela é fruto de anos de reflexão e carrega um grande valor simbólico, pois se até então a disputa entre industrialistas e cafeicultores dava-se em campos mais teóricos, a partir da fundação da CIESP, em 1928, a mesma ganhou lances práticos.

Assim, escolhemos a fundação da CIESP, em 1928, para simbolizar o marco temporal no qual entendemos que o autor, pela primeira vez, relaciona as questões da industrialização brasileira com o crescimento econômico, o padrão de vida e independência econômica do Brasil em relação aos demais países. Na sequência, trabalharemos com outras questões que abordam, no período de 1928 a 1948, a relação entre indústria e elevação dos padrões de vida.

4.1 Fundação da CIESP e a ideia da industrialização como superar a pobreza

Mantendo a divisão didática acima exposta, iniciaremos os estudos desta Seção pela obra “Orientação Industrial Brasileira”, que foi o discurso pronunciado por Simonsen na solenidade de fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP.

Sobre a importância histórica de tal acontecimento, Mariza Saenz Leme (1978) ressalta que a organização dos empresários enquanto classe em uma única associação não se deu de forma fácil, haja vista as discrepâncias regionais relativas ao desenvolvimento econômico e à industrialização.

Mesmo assim, após a I Guerra Mundial, já existiam no Brasil diversas entidades empresariais que passaram a canalizar a defesa de seus interesses, entre as quais se destaca a do Rio de Janeiro (RJ) e a de São Paulo (SP).

Inicialmente, é no Rio de Janeiro que surge primeiro o Centro Industrial do Brasil, em 1904, que se voltava a representar as indústrias do Rio e de outros Estados também, bem

como congregava praticamente todos os setores de produção industrial, à exceção dos têxteis, que fundaram uma associação própria por divergências financeiras com a CIB.

Em São Paulo, só em 1928 será fundada a CIESP, sendo que, até então, era a Associação Comercial de SP que representava os interesses industriais. Esta união entre indústria e comércio em uma só entidade só foi possível em São Paulo devido às características peculiares da formação destas classes.

Desenvolvidos posteriormente em relação ao Rio de Janeiro, o comércio e a indústria de São Paulo, não obstante as divergências, uniram-se em uma só associação para a busca conjunta de soluções para problemas que, na época, lhes eram comuns, facilitando a união, sendo que o principal deles era o antagonismo entre o comércio e a indústria paulistas e os comerciantes estrangeiros, que se reuniam nas Câmaras de Comércio de cada país. (LEME, 1978, p.15).

Mesmo com uma nova organização associativa capaz de reunir os setores do comércio e da indústria na ACSP, a consolidação da identidade de classe e as seguidas crises econômicas que abalaram a indústria nacional entre 1924/25 acabaram por inviabilizar a permanência dos dois setores econômicos em uma mesma entidade, abrindo espaço para a formação da CIESP.

A consolidação paulatina dos interesses especificamente industriais, entretanto, torna impossível a defesa igualitária, por parte da Associação Comercial de SP, dos interesses dos associados comerciais e industriais. (LEME, 1978, p.16).

É neste momento em que os industriais decidem fundar sua própria entidade de classe, assumindo, portanto, que possuem interesses próprios que Simonsen formula inicialmente sua tese sobre a questão das condições de vida e industrialização.

4.2 A força de uma ideia. E a ideia força

Em “Orientação Industrial Brasileira”, de 1928, Simonsen associa pela primeira vez as condições de vida dos trabalhadores ao baixo padrão de produção e de consumos brasileiros, entendendo que somente a industrialização poderia transformar tal situação, elevando tais padrões e, conseqüentemente, a condição econômica nacional como um todo.

O autor afirma que a industrialização é considerada um padrão de medida de desenvolvimento de um povo. As pesquisas que são necessárias para o desenvolvimento de

novas máquinas e produtos; os reduzidos preços dos produtos industrializados, com o conseqüente aumento da produtividade e outros fatores libertariam os homens do trabalho manual tal como era feito até então, embrutecedor, permitindo o aguçamento da inteligência dos trabalhadores e, como fruto do aumento de produtividade, o aumento de ganhos. (SIMONSEN, 1932, p.168).

Assim, ainda de acordo com Simonsen, a despeito de a agricultura ter papel fundamental na economia nacional, sem o desenvolvimento da indústria o Brasil não conseguiria se tornar um país rico, não conseguiria se igualar aos demais países centrais:

Se é certo que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomados na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, à altura do seu desenvolvimento agrícola. A independência econômica e, portanto, a perfeita independência política só pode existir, na generalidade dos casos, nos Estados em que se conjugam a estreita harmonia e íntima interdependência entre a agricultura e a indústria. Na formação dos grandes impérios coloniais, o que a mãe pátria tem sempre em vista é a criação de novos mercados para suas indústrias, [...] que lhe ficam em subordinação econômica e política. [...] Assim, os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país fazem, consciente ou inconscientemente, obras a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros à mercê, ainda, de um bloqueio econômico em caso de guerra". (SIMONSEN, 1932, p.169).

É de se notar que, já em 1928, os debates sobre qual o melhor modelo econômico para o Brasil estavam em andamento, apresentando-se então como a disputa entre a agricultura e a indústria para, em seguida, migrar para a chave nacional-desenvolvimentismo *versus* liberalismo.

No entanto, como bem anota Cepeda (2011), ainda nesta oportunidade Simonsen adota tom conciliatório, afirmando que não há contradição entre a base econômica brasileira ser o café e haver desenvolvimento industrial. Este rompimento total só acontecerá anos depois, conforme veremos mais adiante.

Seguindo, Simonsen aprofunda o debate, esgrimindo com os argumentos dos que são contrários à industrialização. Tal debate é conhecido, mas para este momento do trabalho tem função especial: Simonsen associa as péssimas condições de vida dos trabalhadores ao fato de que o Brasil produzia pouco e, assim, pauperizava as classes trabalhadoras, situação que somente se alteraria com o advento da indústria.

Respeitando a ordem determinada pelo próprio autor, temos:

1) a indústria nacional seria artificial, pois importaria parte importante de sua matéria-prima. Para tal questão, Simonsen afirma que enquanto o Brasil importava menos de 20% de sua matéria-prima, a Inglaterra importava 65%. Assim, se tal argumento fosse verdadeiro, também se poderia dizer que a indústria inglesa, à época a maior do mundo, também seria artificial, o que não era o caso. (SIMONSEN, 1932, p.171);

2) a indústria não contribuía para o enriquecimento do Brasil. Simonsen respondeu que nos demais países do mundo, a industrialização foi sinal de prosperidade, desenvolvimento e riqueza e não haveria razão para no Brasil ser diferente. (SIMONSEN, 1932, p.172);

3) a indústria dependeria de um regime protecionista, encarecendo o custo de vida. Simonsen contrapôs afirmando que o custo das tarifas alfandegárias equivalia a 6% do custo dos produtos manufaturados;

4) a indústria tomaria a mão-de-obra da agricultura. Simonsen argumentou que ainda não era uma realidade o argumento, pois a maioria absoluta da população brasileira em 1920 vivia na zona rural;

5) por fim, à crítica de que a indústria tinha um viés monopolizador, Simonsen aponta que o sucesso de algumas indústrias, tais como a Matarazzo, por ele citada, ocorrem por meio do trabalho, sendo pois legítimo. (SIMONSEN, 1932, p.173).

Acerca da carestia da vida, Simonsen avança sobre importante tema: o do custo de vida da classe trabalhadora. O empresário/intelectual apresenta estatísticas dando conta de que o consumo *per capita* brasileiro nos anos 1920 era de trezentos réis anuais, ao passo que o da Argentina seria de um conto de réis e dos EUA cinco contos de réis.

Partindo deste comparativo, a percepção de Simonsen era a de que os trabalhadores brasileiros ganhavam menos do que o necessário para custear sua subsistência, dando a falsa impressão de que a vida era cara, quando na verdade o que ocorria era o inverso: tão pouca era a remuneração do trabalho que se tornava impossível ao trabalhador sobreviver de maneira digna. E o resultado desta equação era a perpetuação do atraso em que o país se encontrava, distante econômica e culturalmente dos grandes centros.

Aos que procuram sinceramente determinar as razões do encarecimento da vida no Brasil, aconselharia que estudasse serenamente o problema e chegassem à conclusão de que no Brasil não existe vida cara, mas sim *ganho insuficiente*, porque o índice de produção é baixo em relação à população e extensão do nosso território. Durante vinte anos, procurei por todos os meios conseguir um tipo de habitação barata, que permitisse ao operário de menor

salário, dentro de suas possibilidades, uma moradia decente e verifiquei ser o problema por enquanto economicamente insolúvel, dadas as modernas exigências de higiene e de segurança das construções. A solução está no aumento do ganho médio, e esse argumento de ganho médio está ligado ao aumento da eficiência no trabalho e, portanto, aos problemas principais da formação da nossa nacionalidade, organização do nosso aparelhamento econômico, moeda sã e crédito abundante, higiene e instrução. (SIMONSEN, 1932, p.175).

O projeto de moradias de baixo custo ao qual o empresário se refere foi desenvolvido em Santos pela empresa de Simonsen, a Cia. Construtora de Santos, no hoje famoso bairro Vila Belmiro, que foi pensado e construído para ser uma vila operária. O bairro persistiu, mas o projeto inicial não, pois não houve interesse dos operários pelas casas, que acabaram ocupadas por famílias de classe média.

A primeira conclusão de Simonsen a respeito do fracasso do empreendimento enquanto vila operária, formulada em 1918, foi a de que os trabalhadores não desejariam viver na cidade por conta das regras de higiene, optando por permanecer nos morros, inclusive em volta da própria Vila Belmiro.

Anos depois, o empresário chegou à nova conclusão: mesmo baratas, as casas da Cia Construtora de Santos eram muito dispendiosas para os baixos salários dos operários e trabalhadores em geral, uma vez que seus ganhos eram menores do que o necessário para sua própria subsistência.

Tal percepção, em nosso entender, é o nascimento de uma das ideias força do pensamento de Simonsen: **sem aumentar o padrão de vida dos trabalhadores até o ponto em que eles possam subsistir e integrar o próprio mercado consumidor, o Brasil não se consolidaria como nação independente.** Este, claro, não era o único passo a ser dado em tal direção, mas era um deles, parte importante de um circuito de ideias que, na expectativa de Simonsen, elevariam o Brasil à condição de país desenvolvido.

E o aumento deste ganho, ainda de acordo com o intelectual/empresário, só se daria pelo desenvolvimento da produção industrial, aumentando sua escala e qualidade e permitindo, com isso, que mais indivíduos acessem ao mercado consumidor, iniciando o círculo virtuoso do capital.

E a percepção de Simonsen sobre a importância de o Brasil possuir um projeto de nação era ainda mais profunda, pois em seu entendimento, sem rumar para a industrialização o Brasil jamais seria um país plenamente independente:

A independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política. Nas nações econômica e financeiramente fracas, o produtor nacional entrega os seus produtos, na permuta internacional, por valor inferior ao verdadeiro, em benefício de nações melhor organizadas. Não traduz, de fato, como que uma injusta restrição de sua liberdade, ser o produtor obrigado a entregar o fruto de seu trabalho em troca de valores inferiores? (SIMONSEN, 1932, p.177).

Da mesma forma, em “A Era do Industrialismo”, de 1929, Simonsen afirma que a sociedade humana se movimentava em ciclos, em cada qual os traços de progresso em seus diversos setores (econômico, sociais, culturais etc.) iriam se perpetuando. Nestes termos, o empresário entendia ser chegada a era do industrialismo, que seria o agente predominante daquele ciclo histórico.

Destaca, ainda, que as classes industriais estariam recebendo ataques de setores contrários à industrialização, que atuariam como contrapropaganda do progresso industrial. Estes críticos, tais como já vimos em oportunidade anterior, afirmavam basicamente que: 1) os industriais seriam monopolizadores e açambarcadores; 2) contra a participação do capital estrangeiro na industrialização, que para aquele momento Simonsen entendia como chave para iniciar o processo, uma vez que o Brasil não possuía capital suficiente para dar crédito aos investimentos. (SIMONSEN, 1932, p.185).

Na mesma passagem Simonsen aborda rapidamente a questão dos salários, mas desta vez para alertar que, naquele momento de início, ainda não era possível distribuir as riquezas que ainda não tinham sido geradas, o que somente aconteceria após a organização do trabalho nacional e do consequente aumento de produção.

Ainda que não tenha desenvolvido novas ideias na passagem acima, Simonsen buscou reforçar argumentos já aqui debatidos com vistas a mobilizar a classe industrial para a defesa da industrialização contra a ação dos que se colocavam contrários ao desenvolvimento da indústria enquanto força econômica.

Por tudo isso, entendia o empresário que a CIESP deveria intervir em tal debate, esclarecendo “a opinião pública de modo pertinaz e contínuo, a fim de evitar que as visões dos fatos, deturpadas pelas agressões descabidas permaneçam deformadas, desestimulando a produção”. (SIMONSEN, 1932, p.185).

Em “As Crises do Brasil”, um artigo de Simonsen escrito em 1930, momento em que ocorria no Brasil a Revolução de 30, há um aprofundamento em relação à necessidade de industrialização e de disputa com os interesses dos cafeicultores, tal como apontou Cepeda

(2011). Isto porque, nesta etapa, a disputa entre os interesses agrários e industriais, entre outros fatores por conta da crise de 1929, abre espaço para que os segundos busquem afirmar-se enquanto classe.

Tal movimento, que se iniciou, como vimos, em 1928, com a fundação da CIESP e, posteriormente, da CNI, também elevou a argumentação de Simonsen e dos industriais: a carestia da vida era responsabilidade dos agroexportadores, uma vez que estes eram os sustentáculo da política de proteção ao café, geradora de crises e não dos industriais, cuja produção não tinha qualquer incentivo e ainda concorria com os produtos importados financiados pelos recursos obtidos com a venda da produção de café.

Cepeda (2011) entende que na primeira etapa de convivência entre industriais e agricultores, os segundos prevaleceram porque não havia, ainda, as condições materiais, políticas e intelectuais capazes de fazer inverter a questão sobre qual seria a prioridade economia brasileira.

Estabelecido em bases teóricas ricardianas, liberais, que apostavam na *mão invisível do mercado* e de sua autorregulamentação na divisão internacional do trabalho, as potências hegemônicas entendiam que caberia ao Brasil, assim como aos demais países periféricos, o papel de abastecedor do centro, caracterizado pelo modelo agrário-exportador no qual o centro pagaria com produtos manufaturados a importação de nossas matérias primas e produtos agrícolas, no caso o café. Esta seria, pois, a nossa vocação. (CEPEDA, 2011)

E os industriais, nesta passagem, defendiam, se não por convicção, por falta de opções, a manutenção deste modelo:

O que caracteriza a primeira fase de aceitação da supremacia dos interesses primários é a condição incipiente da indústria nacional e sua fraca consciência política de se compreender como portadora de um interesse próprio, capaz de disputar a direção do Estado e a hegemonia política e social. Pesam aqui o diminuto tamanho das atividades industriais no conjunto da economia, mas também a dependência dos recursos originados na dinâmica poderosa da economia cafeeira. Neste momento, a cada lance de crescimento da economia mercantil-exportadora, a distribuição de seus recursos via pagamento de trabalhadores ou da aquisição de produtos inter-capitalistas injetava dinâmica no restante da economia – em especial nos variados setores industriais, comerciais e urbanos. Não é a toa que durante mais de duas décadas a indústria e o comércio defenderam aguerridamente os mecanismos de proteção da economia do café”. (CEPEDA, 2011).

Os fatores que alteraram tal configuração social nasceram das próprias consequências da política cafeeira: surgimento de um considerável mercado interno e, por conta disso, o aumento das atividades industriais, a fim de suprir as novas demandas existentes tanto dos

trabalhadores, agora assalariados e livres, quanto das demais classes sociais e até da própria atividade agrícola. (CEPEDA, 2011).

A partir da crise mundial dos preços do café, a aliança tem suas bases materiais erodidas. Quando os preços do café caíram em escala mundial, a economia nacional foi diretamente afetada, colocando em risco parte considerável das elites exportadoras e também dos demais grupos sociais existentes, entre eles a indústria.

Por tal motivo, a resposta dada pelos cafeicultores de fazer com que o Estado adotasse políticas de proteção ao preço do produto foi apoiada pelos industriais, pois, naquele momento, era do interesse de todos a recuperação econômica:

A facilidade inicial do estabelecimento dessas políticas derivava do domínio das oligarquias exportadoras sobre o aparato estatal. Mas na verdade esta política também foi defendida por outros setores na medida em se difundia um nível de consciência da interdependência das várias atividades e da inédita condição sistêmica e nacional da economia. Na verdade este momento coloca como interesses coincidentes – não dependentes, mas também não divergentes – os dois setores sociais que digladiavam já há algum tempo na tarefa de definir os rumos da economia nacional – o setor exportador versus o setor industrial. (CEPEDA, 2011).

A autora explica que a disputa entre industriais e agroexportadores desenrolou-se por pelo menos um século, sendo que as primeiras gerações de empresários industriais viam seus interesses representados pelos agricultores exportadores, que detinham a hegemonia política e econômica brasileiras, situação esta que somente se alteraria a partir da segunda geração de industrialistas, a de Roberto Simonsen, Evaldo Lodi, Jorge Street, Horácio Lafer e outros, que irão conceber-se enquanto grupo detentor de interesses próprios, diferentes daqueles dos agroexportadores.

E, a partir destes movimentos, não foi mais possível conciliar os interesses dos cafeicultores com os dos industriais, passando o confronto para uma nova etapa, mais estrutural e ideológica:

Diríamos, utilizando a tese mannheiana da mudança social, que o surgimento destes novos atores e interesses possibilitou um movimento de disputa pela síntese simbólica no campo ideológico. Anteriormente ao advento do segmento industrial (e todas as transformações sociais e econômicas por ele engendradas) o problema político, mesmo produzindo conflitos e contendas sérias, ficava adstrito ao ambiente mais abstrato das polêmicas sobre a modelagem e a arquitetura do Estado, a distribuição do poder entre os atores entronizados (nível de superestrutura), que variavam seu leque de opções entre concepções mais liberais ou conservadoras, desprendidas de um conflito material significativo. Porém, com a expansão da dinâmica da industrialização e seus desdobramentos, o confronto passa

para outro nível, enraizado estruturalmente em outras configurações materiais de interesse, com expressões ideológicas que debatiam a lógica e a maneira como se organizava a vida social sob uma nova luz ou uma nova *ratio*. [...] A nova agenda do debate colocava em pauta o rompimento com a fórmula da herança colonial e o destroçamento de seus implementos, forçando a passagem para um outro desejo de sociabilidade caracterizada como Moderno, civilizador, *machínico* (como na expressão de Roberto Simonsen nos anos 30). (CEPEDA, 2011).

Falando diretamente sobre o tema, Simonsen afirma que, seguindo pelo caminho de então (exportar café e importar manufaturados), em breve outra crise viria e inviabilizaria a economia brasileira, pois não mais nos seria possível pagar pelas trocas. E a consequência direta seria o maior empobrecimento da população.

Agricultores há que sonham, como remédio, oferecer em holocausto ao café todas as demais classes produtoras no Brasil que se transformaria, assim, num vasto cafezal. Supõem esses patrícios que, em troca do aumento da nossa importação, que na sua cifra atual já não podemos pagar, o mundo adquirirá o excesso de nosso café...fosse essa idéia exequível e teríamos apenas deslocado o problema no tempo, pois sem restrição da produção e com o afluxo de todos para a lavoura, haveria, em breve, outra superprodução e desta vez fatal, porque nada mais restaria ao Brasil para oferecer em troca de novos e hipotéticos mercados para o consumo da preciosa rubiácea. E o nosso padrão de vida já bastante baixo, desceria a níveis miseráveis. (SIMONSEN, 1930, p.5).

Notemos que Simonsen retoma a ideia central desenvolvida em “Orientação Industrial Brasileira” de que a causa da pobreza brasileira era o baixo ganho, fruto da também baixa – e ineficiente – produtividade, que só poderia ser superada pela racionalização da produção e da economia por meio da industrialização.

Tratando especificamente das crises, suas causas e efeitos, Simonsen toma por norte a ideia de que a economia se organiza em torno da marcha do progresso e que esta segue em equilíbrio até que algum fator, que pode ser físico, político, moral, técnico social, entre outros, surge, desestabilizando-a e, com isso, gerando uma crise, efeito este que vinha se repetindo com maior frequência desde o século XIX, agravado, ademais, pelo fato de haver uma interdependência entre as nações, o que torna os momentos críticos “gerais”, amplos, mundiais. (SIMONSEN, 1930, p.9).

Especificamente sobre a crise daquele momento histórico (início da década de 1930), o empresário/intelectual afirma que as características que ela apresentava eram muito parecidas com as que motivaram os momentos críticos anteriores, a saber: periodicidade; superprodução; extensão mundial. Ainda, o autor percebe que as alterações advindas das

crises econômicas alteram a realidade social de maneira marcante, consciência não muito bem definida naquele período da história intelectual brasileira:

Nos tempos de atividade econômica, os preços sobem; elevam-se lucros e salários; o número de desocupados diminui. No período de depressão diminui a atividade produtora, aumenta o número de desocupados, baixam os preços, produzindo, em sua queda, um recuo nos lucros e também nos salários. A crise é o momento da passagem da prosperidade à depressão, quando os preços iniciam a sua queda, quando os mercados parecem engorgitados de produção, quando os estoques aumentam perigosamente. (SIMONSEN, 1930, p.11).

Buscando entender a crise e seus reflexos mundiais e nacionais, Simonsen faz uma pequena digressão histórica, comparando acontecimentos similares já acontecidos, cruza dados econômicos oriundos dos EUA, Inglaterra e Alemanha e cita estudos de diversos países para concluir que: 1) as crises são cíclicas; 2) os países em que a atividade econômica principal era a agrícola saíram dos ciclos de crise mais enfraquecidos que os demais, pois foram vítimas da desproporção entre os preços e as matérias primas dos produtos manufaturados, noções estas que somente ficariam claras quase 20 anos depois, a primeira pela obra de Schumpeter (1939) e a segunda pela CEPAL (1949).

Mais especificamente no Brasil, Simonsen aponta que, já no início do ano de 1929 os primeiros sinais da crise foram percebidos, com a diminuição do crédito internacional e dos afluxos de capitais e, por consequência, da diminuição das atividades comerciais do café, desequilibrando a balança comercial. O intelectual/empresário atribuía a crise a cinco fenômenos: superprodução do café; crise financeira internacional; política de redescontos do Banco do Brasil; agitação política; falta de elasticidade do meio circulante. Como agravante, todos estes fatores vigoravam em conjunto, de maneira interdependente.

Assim, Simonsen explica que a safra de café do período foi uma das maiores da história, aumentando a oferta do produto no mercado, em muito por conta das facilidades que a política de proteção conferia aos produtores. Na certeza de que não teriam prejuízos, uma vez que todo o café colhido era, *grosso modo*, comprado pelo Estado, o que importava era crescer a produção. E esta compra era financiada pelos recursos obtidos pela venda do produto no exterior e complementada por empréstimos externos. Ocorre que o mercado internacional já estava em crise, concentrando capitais na economia dos EUA e, conseqüentemente, retirando-os do Brasil:

Desde o ano passado esboça-se uma crise financeira internacional, agravada pela grande corrente especulativa, em torno dos títulos industriais, que se manifestou nos EUA. [...] Houve um verdadeiro afluxo de capitais

estrangeiros para os Estados Unidos. O *Federal Reserv Board* procurou restringir as especulações, dificultando o crédito para este fim. Esta medida provocou a intensificação da evasão de capitais internacionais para os Estados Unidos, onde a taxa de juros para o *call money*, isto é, dinheiro pronto, garantido por títulos de primeira ordem, alcançou [...] 18% ao ano! [...] Ora, no Brasil, em plena fase do programa de estabilização monetária, anda sem moeda elástica, a nossa produção desenvolvia-se e intensificava-se baseada, principalmente, no crédito estrangeiro, que nos últimos anos não nos tem faltado. Com a atração do ouro para New York não só cessou o afluxo de capitais estrangeiros para o Brasil, como o crédito externo foi cerceado [...]. Só esta circunstância seria suficiente para gerar uma crise intensa. (SIMONSEN, 1930, p.20).

Ademais, a proibição do Banco do Brasil de descontar os títulos emitidos pelo Banco do Estado de São Paulo para financiar a lavoura impediu a sequência de estabilização de preços praticada pelo Instituto de Defesa do Café, praticamente inviabilizando a repetição do modelo, que segundo Simonsen foi “vítima, não causador” da crise econômica na qual o Brasil se viu inserido, pois após severo esforço para manter a política de valorização do então principal produto econômico nacional, o Instituto “viu-se [...] na impossibilidade de amparar a defesa do café nas bolsas, porque os saldos que possuía nesse estabelecimento bancário estavam todos empregados em auxílio direto à lavoura”. (SIMONSEN, 1930, p.27).

Ante a negativa do governo de Washington Luiz de socorrer os produtores de café, que naquela oportunidade representavam os interesses de praticamente toda a burguesia, inclusive os dos industriais, dada a importância do café para a economia nacional, Simonsen aponta para um rompimento político entre tais classes e o governo de então:

Mais uma vez as classes produtoras no Brasil eram vítimas da falta de continuidade e de espírito evolutivo, por parte dos poderes públicos, em matéria de política financeira. E no caso, viu-se o Governo Central agravando a crise e precipitando a sua evolução, concorrendo para a quebra do *fator confiança* nos institutos de crédito e de defesa da produção brasileira. (SIMONSEN, 1930, p.29).

Em suma, entendemos que o autor defendia que a crise econômica pela qual o país passou naquele momento histórico era fruto das políticas de promoção e sustentação do café como único produto nacional, que teriam enfraquecido, tal como já ocorrera em outros países, a economia brasileira, incapaz de reagir às crises, bem como era uma barreira ao desenvolvimento de novas forças sociais, pois a política de exportação/importação até então praticada inviabilizava o fortalecimento da indústria nacional, bem como impedia a melhoria nas condições de vida da população. Diante de tal quadro, a industrialização seria a única forma de se “conseguir uma rápida melhoria no padrão de vida no Brasil”. (SIMONSEN, 1930, p.43).

Para fundamentar sua hipótese de que o modelo agrário era o causador das seguidas crises econômicas pelas quais o Brasil passara ao longo dos anos 1920 até a derradeira, em 1929, o autor propôs-se a estudar a história das crises econômicas acontecidas em outros países e as soluções por eles adotadas para o problema, concluindo, como vimos acima, que os países industrializados conseguiram superar as adversidades econômicas com maior rapidez e vigor que os demais cujo modelo econômico era assentado na exportação de matérias primas.

Este, pois, era exatamente o caso do Brasil: com a economia escorada na exportação de café e sem qualquer incentivo ao desenvolvimento de outros produtos, o Brasil estava exposto a toda e qualquer crise internacional, sem poder de reação. Logo, tal como procederam os países centrais, a solução seria a industrialização, a única força capaz de desenvolver a economia brasileira e elevá-la aos moldes dos países centrais.

Gostaríamos ainda de considerar que a obra em análise traz aspectos, destacados por Cepeda (2011), que apontam para a extensão do pensamento de Simonsen e de quanto suas ideias anteciparam conceitos que, anos depois, tornar-se-iam chaves para o entendimento da economia dos países subdesenvolvidos, entre os quais destacam-se a percepção de que economia e sociedade são integradas, em uma noção clara de estrutura social.

Neste sentido, em “As Finanças e a Indústria”, Simonsen reforça seus argumentos em favor da industrialização como forma de elevação do padrão de vida, chamando a atenção para o fato de que o Brasil estava atrasado em relação aos países centrais porque não possuía elementos de racionalização capazes de propor e executar soluções para os problemas nacionais.

Na passagem abaixo, o autor demonstra seus conhecimentos e seu inconformismo com a situação de pobreza a que estavam submetidos os trabalhadores, mais especificamente os do campo:

[...] somos um povo de fraca produtividade. Trabalhamos pouco e com pequena eficiência, sendo aqui mínimo o rendimento médio por cabeça. [...] não temos, praticamente, capitais próprios e nem economias. É impressionante a pobreza do nosso povo. Quem viaja pelo interior do país, quem visita a casa do caboclo, mesmo nos arredores de São Paulo, não deixa de ficar impressionado como um ser humano, no ano de 1931, se satisfaz com uma tapera de barro esburacada, coberta com sapé, tendo o chão de terra dura por piso e tarimbas, bancos toscos e esteiras por mobiliário. A alimentação do nosso homem de campo é rudimentar e insuficiente. Como se justifica que na época atual seja este o padrão de vida desse nosso homem com todas as conseqüências decorrentes desse atraso? (SIMONSEN, 1931, p.40).

O autor vai direto ao âmago do problema: o Brasil era um país pobre e que não produzia riquezas. O café, mesmo sendo o único produto aqui trabalhado que possuía o que Simonsen chamava de “bem social”, que entendemos ser produto capaz de gerar riqueza, só servia para tanto até o limite de seu comércio internacional. As demais produções agrícolas que poderiam ser desenvolvidas não encontravam qualquer respaldo para tanto, nem financeiro, nem técnico, resultando em mais empobrecimento.

Logo, só restaria ao Brasil percorrer o mesmo caminho que os países centrais e socorrer-se da industrialização, a única força capaz de transformar em riqueza todas as potencialidades nacionais.

É numa política industrial fundada em bases racionais adequadas às condições de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente, a produção dos valores em bens sociais de que necessitamos para o rápido aumento de nosso poder aquisitivo e porque não dizê-lo, com os benéficos reflexos de adiantamento de processos de trabalho que a industrialização sempre conduz. (SIMONSEN, 1931, p.41).

Mas a industrialização, tal como o café, só prosperaria se unisse em torno de si vertentes que os outros países desenvolveram, tais como o protecionismo, que feito em bases científicas seria essencial para a consolidação do novo modelo, bem como de um sistema bancário que financie as indústrias, de modo a permitir os investimentos e garantias necessárias à produção. (SIMONSEN, 1931, p.40-45).

Simonsen argumenta, com o embasamento científico de estatísticas e fórmulas matemáticas, que o custo de vida nacional havia crescido na exata proporção da inflação, que por sua vez era causada pelo sistema de financiamento das exportações/importações. Em suma, a afirmação do autor era a de que a carestia da vida era fruto do modelo econômico agroexportador. Conclui o autor:

1º) que o consumo dos produtos industriais no Brasil (aliás como em qualquer nação civilizada) é maior do que o dos produtos agrícolas; 2º) que as oscilações no custo de vida foram ocasionadas pelas inflações do meio circulante agravadas pelas variações no custo dos 25% de produtos industriais estrangeiros que consumimos; 3º) que a indústria brasileira, podendo desenvolver-se apoiada em aparelhamentos financeiros e bases técnicas convenientes, além de trazer o enriquecimento do país, melhoraria, incontestavelmente, as condições de estabilidade do custo de vida. (SIMONSEN, 1931, p.50).

Logo, a industrialização seria o caminho para o progresso. A “missão”, portanto, da indústria e da ciência, confunde-se “com as necessidades nacionais: conquistar para os

brasileiros um padrão de vida equivalente ao dos países mais adiantados, na realização de um justo e merecido anseio.” (SIMONSEN, 1931, p.53).

4.3 Teoria e prática: a atuação de Simonsen como Deputado e como líder de classe na defesa da industrialização como forma de elevar o padrão de vida

No momento em que escreveu “Ordem Econômica, Padrão de Vida e Algumas Realidades Brasileiras”, de 1934, Roberto Simonsen se encontrava no posto de Deputado à Assembleia Constituinte representando o Estado de São Paulo.

Firme nos propósitos sobre os quais já discorremos anteriormente, Simonsen apresenta uma emenda ao anteprojeto da Constituição de 1934 visando tornar a elevação e manutenção do padrão médio de vida um direito constitucional.

No discurso de apresentação da Emenda, não aprovada totalmente, porém exitosa ao obter o intento de inscrever naquela Carta o princípio econômico do padrão de vida, Simonsen discorre mais claramente sobre o que entende ser o “padrão mínimo”, de espectro bem mais amplo do que o ganho financeiro propriamente dito.

O texto original da emenda apresentada pela bancada paulista, representada por Roberto Simonsen, era o seguinte:

Art. 113. A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional, visando o estabelecimento em todo o país de um padrão de vida compatível com a dignidade do homem. Dentro desses limites é garantida a liberdade econômica. (SIMONSEN, 1934, p.9).

A inscrição do tema “padrão de vida” como princípio constitucional, para além de um movimento dotado de grande simbolismo em se tratando de consolidação de direitos, também sinalizava a adoção, por Simonsen, daquele conceito como balizador de suas ações e pensamentos.

Nossa afirmação decorre do fato de que, das várias formas como a questão poderia ser abordada, ou mesmo não ser, considerando a situação brasileira à época, Simonsen fez questão de instruir o debate sobre o tema com o claro intuito de torná-lo um ponto de destaque da agenda constitucional, um direito, portanto, o qual os governantes não poderiam, em tese, ignorar. Destaca-se ainda o fato de que partiu de um membro da burguesia, não do proletariado, a iniciativa de inserir o tema na Lei Maior. O próprio Simonsen explica que:

No Brasil, país pobre, sem eficiente organização econômica, com problemas sociais profundamente diversos, as declarações de princípios, na ordem

econômica e social, devem ter outra concepção. Aqui, deve reinar uma inspiração criadora, subordinada, naturalmente, aos mandamentos da justiça. É, pois, *expressiva a significação* da emenda da bancada paulista, pondo constantemente sob os olhos da autoridade pública e todos os brasileiros, *o princípio norteador por excelência de nossos rumos econômicos: a elevação do padrão de vida nacional.* (SIMONSEN, 1934, p.12, grifo nosso).

Vemos, assim, que na proposta o conceito de “padrão de vida” tornou-se o centro da ordem econômica, pois, acompanhando a redação, a “liberdade econômica” estaria contida “dentro de limites”, que no caso eram os “princípios da justiça e as necessidades da vida nacional, visando o estabelecimento em todo o país de um padrão de vida compatível com a dignidade do homem”.

Em outras palavras, a liberdade econômica estaria condicionada à elevação e manutenção de um padrão de vida digno, situação bem diferente da conhecida – e combatida – pelo autor.

Entendemos ser esta uma passagem crucial para a compreensão do pensamento e da estratégia de Simonsen: se antes a questão das condições de vida aparecia enquanto pensamentos e discursos, ainda que não menos importantes, nesta oportunidade o autor trava debate direto sobre o tema com as demais lideranças políticas de então, desejando tornar sua ideia de progresso econômico um princípio para o Estado brasileiro.

O próprio autor, na obra “Níveis de Vida e a Economia Nacional”, de 1940, seis anos após sua passagem pelo Congresso Nacional, declarou que sua intenção com a inserção do conceito de padrão de vida na Constituição de 1934 era, de fato, fomentar o debate sobre o tema:

Pela primeira vez, na carta constitucional de um país, em 1934, por sugestão minha, representante que era das classes patronais de São Paulo, se fez incluir a obrigação do levantamento periódico, por parte dos poderes públicos, dos níveis de vida nas várias regiões do país. Justificando tal iniciativa, acentuei a necessidade de terem os governantes constantemente sob seus olhos a carta das condições de vida das populações, afim de que constituísse sua constante preocupação, o emprego de todos os meios adequados e possíveis à sua melhoria. (SIMONSEN, 1940, p.15).

Assim, temos uma passagem à ação de Simonsen com relação aos temas que o mobilizaram pela década e meia seguinte, período em que promoveu o debate sobre a industrialização do Brasil.

Outro aspecto que se depreende do artigo em análise é o debate com a linha de pensamento econômico liberal, que se delineará com mais clareza nos anos seguintes de

atividade do autor. Antagônica aos preceitos liberais, a proposta de Simonsen era em tudo consistente com a linha de pensamento que paulatinamente construiu desde a década de 1910: a economia deveria guiar-se não pela liberdade plena dos mercados, mas pela racionalização de suas vertentes, bem como caberia ao Estado papel mais relevante no campo econômico:

O caráter de exagerada restrição da capacidade do Estado, que se poderia, talvez injustamente, imputar à Constituição de 1891, está modificado pela adoção de medidas de alto alcance social e político. Foi aumentada a esfera de ação do Estado no campo econômico; a complexidade dos modernos problemas econômicos e sociais e a presença de grupos foi reconhecida pela aceitação dos conselhos técnicos e foi incluída, como um dos propósitos essenciais de governo, a melhoria do padrão de vida do brasileiro. (SIMONSEN, 1934, p.9).

O autor reforça este pensamento com outras passagens, nas quais, basicamente, propõe diretamente a intervenção do Estado na economia como forma de limitar os conflitos sociais, uma vez que poderia racionalizar e harmonizar os elementos de mercado:

O Estado [...], num país como o nosso, pode estimular e amparar a produção, proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e são para que esses fatores se processem num ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais. (SIMONSEN, 1934, p.12).

Ainda sobre o papel do Estado, o autor segue esgrimindo com os princípios liberais e aproveita para delinear com maior clareza sua ideia de racionalização da economia por intermédio do Estado, que deveria intervir com o fito de organizar a vida econômica, algo inalcançável pela via do mercado.

De fato, não existe país algum no mundo em que se tenha observado integralmente os postulados puríssimos da escola liberal, pois que a observação direta dos fenômenos e das atividades sociais demonstra que mais de três quartas partes de nossos atos tem origem no campo econômico, e, portanto, o “laissez faire” e o “laissez passer”, absolutos por parte do Estado, seriam sempre uma utopia. (SIMONSEN, 1934, p.13).

Tratando especificamente da pobreza nacional, que em sua explanação justificaria a adoção da emenda, Simonsen caminha por aspectos que em seu ver são parte do conjunto de causas da carestia nacional: ausência de moeda de valor estável; sem sistema financeiro próprio; completo desconhecimento da situação física (geográfica, cremos) que facilita a subsistência, mas impede a reprodução das riquezas e, por fim, a ausência de mecanismos de

observação dos fenômenos sociais. Todos estes fatores, somados, impediriam o Brasil de elevar o padrão de vida de seu povo.

Constitui, por certo, uma angustiosa interrogação para todos os brasileiros que estudam os problemas nacionais, a razão de não poder o nosso homem médio adotar um padrão de vida equivalente aos que apresentam os países mais adiantados. E surge a evidência de nossa pobreza, corroborada pela insuficiência de nossas rendas públicas e por infalíveis índices que a técnica financeira vai apontando. (SIMONSEN, 1934, p.16).

Citando um estudo de instituto alemão de estatísticas que classificou o Brasil como “neo-capitalista” cuja produção de capital era insuficiente para sua própria subsistência, Simonsen aprofunda sua tese sobre a relação pobreza-subdesenvolvimento que anos depois será o mote de sua atuação: éramos “um país pobre, habitado por uma população pobre”, e, diante de tal quadro,

[...] as declarações dos direitos sociais brasileiros devem ser, portanto, orientadas no sentido de estimular toda e qualquer iniciativa digna, que traga um progresso real ao país, [...] e emulação de todos os fatores que determinem uma melhoria no padrão de vida do brasileiro. (SIMONSEN, 1934, p.18).

Temos agora mais bem delineado um dos pressupostos da chave interpretativa de Simonsen: o Brasil era pobre, porque produzia menos do que necessitava e era habitado por uma população pobre, que vivia basicamente em regime de subsistência, incapaz, portanto, de gerar novas riquezas. E o sistema agrário era o responsável por esse estado de coisas.

E em assim sendo, o centro das ações econômicas deveria ser elevar os níveis de produção e, conseqüentemente, de ganhos da classe trabalhadora, resultando de tais ações a elevação do padrão de vida desta classe, o que por sua vez faria girar o círculo virtuoso do capitalismo impulsionado pela indústria, tal como acontecera nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra e em outros países que o autor tomou por exemplos.

Faltava neste ciclo argumentativo o outro pressuposto do pensamento de Simonsen, a industrialização, que completa a linha aqui perseguida: condições de vida – industrialização – progresso.

Mas qual seria, então, o “padrão” que o Brasil deveria perseguir? O autor entende que:

Por padrão de vida digno, eu definiria a situação de recursos e de cultura que consegue o indivíduo para que se sinta capaz de constituir família,

garantindo a sua subsistência, e se orientando convenientemente em harmonia com o progresso social. (SIMONSEN, 1934, p.18).

Como se verifica, tanto o conceito de pobreza como o de riqueza, para Simonsen, tinham significado amplo: a pobreza a ser vencida era a material, a cultural e a social; da mesma forma, a riqueza almejada não era só a dos altos salários, mas sim de todo este conjunto de elementos que transformaria a sociedade atrasada de então em outra, preparada para o ingresso no mundo moderno do capitalismo industrial.

Ressaltamos: vencer a “pobreza” era, para Simonsen, o pressuposto para o ingresso do Brasil no estreito patamar de nação rica, central, em contraponto com a situação periférica da época, trilhando um caminho que reproduzia o percurso e levava ao destino que os países desenvolvidos de então fizeram. A ideia força, aqui, está clara: naquelas nações, foi o incremento da industrialização que possibilitou tal progresso social. Não haveria, portanto, de ser diferente no Brasil.

Assim, o conceito de padrão de vida como ponto de apoio intelectual para o debate sobre a superação da pobreza serviu, em nossa visão, de plataforma para os debates sobre a industrialização, nos quais a carestia era tema recorrente e sobre o qual Simonsen pode, com maior propriedade, discorrer em torno da definição que agora antecipamos: para vencer a pobreza, era necessária a industrialização, pois a economia agroexportadora não só era a causadora de tal situação como não tinha mais energias para superá-la, por conta, inclusive, do próprio atraso tecnológico e econômico em que se encontrava. Como coloca Simonsen:

Sob o ponto de vista econômico, o padrão de vida se baseia essencialmente no poder aquisitivo. Como obtê-lo em abundância? Imaginemos que vinte indivíduos da mesma idade, educados no mesmo meio e com o mesmo poder cultural, se embrenhem pelo sertão para iniciar sua vida. [...] Desde que cada um produziu mais do que necessitava para o seu uso, imaginou permutar o excesso de que dispunha, pelos produtos que também sobravam aos outros. Em conseqüência, os indivíduos que produziram maior quantidade de bens efetivamente procurados pelos demais, puderam obter para seu uso, nessas permutas, maior variedade de produtos. Tiveram criado pela sua eficiência e pelo seu trabalho, maior poder aquisitivo. Esse é o conceito do poder aquisitivo. *Têm maior poder aquisitivo os povos capazes de produzir maior valor em bens sociais*, isto é, bens que sejam de fato consumidos pela sociedade. (SIMONSEN, 1934, p. 23, grifo nosso).

Em outro ponto, após discorrer sobre estudos acerca das importações realizados por ele mesmo, Simonsen aborda diretamente o que até então vinha fazendo de maneira oblíqua:

[...] o poder aquisitivo dos brasileiros tem que ser incrementado principalmente pela valorização do nosso homem *e pelo desenvolvimento do comércio e da indústria* dentro do país. (SIMONSEN, 1934, p.26, grifo nosso).

Notemos agora como a linha argumentativa de Simonsen está completa: o Brasil é um país pobre, habitado por um povo pobre, e esta pobreza é decorrente da baixa efetividade de nossa produção, bem como do pouco valor social do que é produzido – no caso, o café, que como o próprio autor demonstrou só se valoriza até o limite de sua demanda. Todo o excesso produzido não gera riqueza, pois não é exportado e nem consumido internamente. Soma-se a isso a comprovação, também já feita pelo autor, de que o café vinha se desvalorizando continuamente em relação aos produtos manufaturados, depreciando seu preço, conseqüentemente, os ganhos dele advindos.

Logo, pela via do modelo agroexportador não seria mais possível ao Brasil alcançar o status de nação rica. Seria preciso alterar o modelo produtivo agrário para outro, capaz de gerar mais riquezas e ativar o ciclo do capitalismo: a indústria.

Nas próximas passagens do autor que iremos analisar ao longo deste trabalho, a relação causal *progresso – condições de vida – indústria* será constantemente reafirmada, como argumentação de ordem científica, tal como preferia o autor, mas com função também ideológica: defender os interesses dos industriais brasileiros.

Uma destas oportunidades aparece em “Níveis de Vida e a Economia Nacional”, conferência para um centro administrado pela igreja católica, em que o autor expõe suas teses sobre padrão de vida e industrialização, tal como já havia feito anteriormente.

Abordando diretamente os temas em análise nesta seção, Simonsen retoma seu conceito de padrão de vida, desta feita classificando-o como de mínimo conforto e o associando a outro parâmetro, o de civilização. Seriam, portanto, mais civilizados os povos em que o padrão de vida fosse mais elevado. E o que determinaria esta elevação ou não do padrão de vida era a produtividade, a produção e a riqueza dela proveniente. (SIMONSEN, 1940, p.10).

Discorrendo sobre o caso brasileiro e as diferenças de desenvolvimento humano existentes no próprio território nacional, que no comparativo apresentado pelo autor eram as regiões Norte e Sudeste do Brasil, o primeiro mais agrário e o segundo mais industrializado, Simonsen reafirma sua tese: no Sudeste, não só o padrão de vida era melhor como também os fatores culturais e sociais eram mais desenvolvidos. Da mesma forma, os valores dos bens produzidos eram maiores dos que os extraídos da região Norte. (SIMONSEN, 1940, p.13).

Quanto às causas da carestia nacional, o autor repete de maneira mais refinada sua abordagem sobre o tema, explicando que, ao contrário do que ocorre nos países ricos, nosso problema não é de má distribuição, mas de falta do que ser distribuído.

Verifica-se, porém, que a origem da existência desses baixos níveis é bem diversa do que constata em alguns grandes países de densa população, de fartos recursos econômicos e de grande progresso material. Ali, muitas vezes, existe a miséria imerecida, proveniente da má distribuição dos proventos do trabalho; aqui, apura-se que, em larga escala, *a pobreza decorre da insuficiência da produção*, do atraso e da instabilidade do meio. [...] Todos reconhecem esta insuficiência e os que examinarem, com sinceridade, os assuntos nacionais, hão de verificar que ela não decorre aqui de um problema de distribuição, mas senão, ou principalmente, do problema da criação e da produção. (SIMONSEN, 1940, p.14, grifo nosso).

E, para superar a pobreza, a solução era o aumento da produção, que

[...] só em pequena escala pode ser obtida por imposições de uma avançada legislação social. A alta geral dos níveis de vida depende de fortes iniciativas de ordem econômica, que não devem nem podem mais ser proteladas, sob pena de vermos agravadas continuamente as disparidades flagrantes que já nos ferem. (SIMONSEN, 1940, p.15).

Mas estas ações fortes no campo da economia, por certo, não poderiam se dar pela via do mercado, mas sim pela do Estado, único ente capaz de, naquele momento histórico, reunir e organizar as forças produtivas existentes. (SIMONSEN, 1940, p.16).

O que o autor, em nosso ver, desejava com esta passagem era concluir, embora não o tenha feito de maneira direta, que o Estado deveria auxiliar na implantação da indústria, adotando políticas de proteção tal como fazia com a agricultura do café; a legitimidade se daria tal como ocorreu com a lavoura: sendo o centro da economia nacional, era correto que o Estado atuasse em sua proteção. Se tal papel cabe agora à indústria, a mesma proteção lhe deve ser dada.

Cepeda (2011) desenvolve com acuidade esta ideia. De acordo com a autora, a lógica da proteção às atividades cafeeiras legitimava-se no primado de que era justo o esforço nacional pela proteção do café porque era através dele que a economia se sustentava. A exportação do café seria a nossa vocação e, portanto, o nosso progresso.

Ocorre que a crise, que não pôde ser superada pelos mecanismos até então existentes, desfigurou o raciocínio agro-exportador: concretamente, nem as proteções estatais puderam fazer voltar o progresso e o custo social de sua manutenção era latente.

Diante deste quadro, coube aos industriais se apropriar desta mesma lógica, mas em seu favor: se a economia precisa de um esteio e o café não consegue mais desempenhar tal função, seria o caso de apostarmos em outras atividades econômicas – no caso, a indústria. Notemos que a matriz é a mesma: o Estado atuando na economia para defender os interesses nacionais. Vera Cepeda sintetiza essa linha de raciocínio e argumentação, que assemelha os interesses economicamente dominantes – ora do café, ora da indústria – aos do conjunto da nação, da seguinte forma:

O setor industrial aproveita-se dessa brecha aberta: se o progresso nacional, se a nação precisa de um suporte econômico forte, e se o café não demonstra essa capacidade, então não devemos apostar em outra atividade, capaz de auto-sustentação – como a indústria? E se sim, como a divisão internacional do comércio aparecia como responsável pela assimetria econômica na periferia, dificultando não só a atividade agrícola, mas principalmente impedindo o surgimento de outras mais resistentes e promissoras como a atividade industrial, então seria preciso a) afastar-se da interpretação do liberalismo clássico (e recusar suas premissas, b) usar a energia social condensada no Estado na proteção da atividade industrial. *Ergo*: a ação dirigida do Estado no campo econômico apoiando-se na defesa da nação estava construída. (CEPEDA, 2011)

Ainda de acordo com a autora, as formulações feitas pelos cafeicultores em defesa da proteção ao café, tomando-o pelo próprio patrimônio nacional, acabaram por elaborar um discurso em que a nação e suas variáveis dependem da economia, bem como que esta, por sua vez, depende do Estado para atuar enquanto política pública de resolução dos problemas sociais, trazendo assim uma visão de sistema, integradora. E o melhor uso do “sistema”, invocado tanto pelos industriais quanto pelos cafeicultores, é o debate que se forma no período, tendo como pano de fundo a construção da racionalidade econômica brasileira.

Em grande medida o custo do “mau uso” do sistema opõe os dois atores capazes de pedir que a política de proteção seja invocada em sua direção – a indústria (emergente) e o setor cafeicultor (decadente). Mas o argumento precisa responder a seguinte questão: qual é o ganho social geral dessa escolha? O que me parece claro nesse momento é que estava sendo construído no Brasil o suporte mental da racionalidade econômica como substrato da vida social e política. (CEPEDA, 2011).

Entende a autora, portanto, que houve um “deslocamento semântico” durante o período de 1910 a 1946, onde a industrialização não só passou a ser a política de Estado do Brasil como também o seu projeto nacional, sobrepondo-se à agricultura cafeeira. Para tal

movimento, os estudos sobre a teoria econômica foram fundamentais, pois por meio dos estudos de diversos intelectuais foi possível emprestar ao tema um caráter histórico, estrutural. E neste ponto as obras de Roberto Simonsen tiveram papel determinante, dotando tais ideias de “um caráter ideológico de projeto nacional sustentado cientificamente”. (CEPEDA, 2011).

4.4. Um Plano Marshall para o Brasil e para a América Latina

Nesta passagem, analisaremos as obras de Roberto Simonsen escritas em sua última etapa de vida, na década de 1940, mais precisamente entre os anos de 1943 a 1948, quando de seu falecimento. Nessa época, temos um autor já com ideias mais amadurecidas sobre os temas que permearam sua obra até aqui debatida.

É também neste período que Simonsen é eleito senador por São Paulo, membro da Academia Brasileira de Letras e a participação da burguesia nacional nos órgãos de formulação da política econômica federal, tais como o Conselho Federal de Comércio Exterior, o Conselho Federal da Indústria e outros se consolida, bem como a II Guerra se encerra e com ela, no Brasil, o Estado Novo chega ao fim.

É, pois, movido pelo influxo destas mudanças que se avizinhavam que Simonsen retoma a questão do padrão de vida em uma série de obras, discursos e artigos científicos nos quais, de maneira mais profunda, o empresário/intelectual procura novamente analisar os acontecimentos de forma a concluir que a solução para o Brasil – e agora para América Latina – seria vencer a pobreza, dividindo melhor as riquezas entre os povos.

Como marco desta nova etapa analisaremos a obra “Aspectos da Política Econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra”, de 1943, que é uma conferência proferida por Simonsen no Auditório dos Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro, na qual o autor expõe suas ideias sobre a possibilidade de, finda a II Guerra, se construir um ambiente de progresso e riqueza mundial que superasse em definitivo a pobreza e, com isso, diminuísse o que Simonsen acreditava ser a causa das disputas entre os homens: as diferenças sociais.

Alerta o autor, logo de início, que apesar de parecerem fáceis as tarefas de reconstrução da economia mundial do pós-guerra, a política transcrita na Carta do Atlântico dava a entender que as grandes nações desenvolvidas pretendiam retomar o controle da economia capitalista ocidental, o que as tornaria ainda mais ricas, não obstante a devastação trazida pela guerra.

Os problemas não se apresentam, todavia, sob os mesmos aspectos, nos diversos povos que alcançarão a vitória. Por paradoxal que isso possa parecer, as nações aliadas que maiores sacrifícios lograram fazer para a guerra, serão, talvez, aquelas que dela sairão mais enriquecidas. (SIMONSEN, 1943, p.3).

O alerta feito pelo autor fundamentava-se no fato de que as nações aliadas, especialmente os Estados Unidos, aproveitaram-se do esforço da guerra para alavancar ainda mais sua produção industrial, diversificar seu parque produtivo, lançar novas tecnologias e métodos científicos de produção e organização do trabalho. Finda a batalha, estes países estavam em condições de assumir de imediato a liderança política e econômica do mundo capitalista.

Ao contrário, o Brasil não conseguira consolidar-se enquanto nação industrial no período. Simonsen pontua que a total ausência de condições materiais para o desenvolvimento da indústria (combustíveis, indústrias de base, capitais, técnicos e outros insumos essenciais) fez com que a economia industrial nacional progredisse menos do que poderia.

Não obstante a participação no conflito tenha também trazido vantagens econômicas ao Brasil, que pôde expandir seu parque industrial e diversificar, dentro das possibilidades, a produção de gêneros menos complexos e de matéria prima (esta parte do esforço de guerra brasileiro), nosso crescimento poderia ter sido maior se comparado aos obtidos pelos demais países desenvolvidos. (SIMONSEN, 1943, p.5).

Diante de tal quadro, o autor propõe o desenvolvimento de uma política econômica para o pós-guerra no Brasil e nas nações latino-americanas que, tal como a feita pelos países desenvolvidos, considere a elevação da renda da população como o objetivo a ser alcançado.

Ao passo que, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, os estudos para a orientação da política de após-guerra se dirigem no sentido de ser mantida a renda nacional em seus níveis elevados, evitar o desemprego, afastar as causas das guerras e melhorar o aspecto econômico e social da distribuição de renda nacional pelo maior número, em nosso país, como na grande maioria das nações latino-americanas, tais estudos dever-se-ão orientar para duas indagações fundamentais: como elevar a renda nacional a um nível suficiente para atender às necessidades nacionais em harmonia com o estágio de civilização a que justamente aspiramos? E como assegurar a cada habitante do país um conjunto mínimo de recursos, capaz de lhe permitir uma existência digna? (SIMONSEN, 1943, p.6).

A questão, pois, era elevar a renda nacional. Simonsen explica que, para tanto, os países centrais deveriam desenvolver uma política universal de fomento econômico a todos os países ocidentais, na medida em que seria de interesse universal a elevação dos padrões de

vida da população mais pobre. Para tanto, os países menos desenvolvidos deveriam propor a criação de um programa de reconstrução mundial da economia que considerasse tal objetivo.

Para que se torne mais eficiente a nossa colaboração com as nações aliadas, no período do após-guerra, num programa de reconstrução da vida mundial baseada na justiça e na paz social, temos que pleitear, com desassombro, a cooperação delas, no sentido de nos serem propiciados os meios convenientes ao rápido aumento do rendimento nacional. [...] Os nossos baixos salários e as nossas modestas rubricas de receita pública, não resultam de compressões por parte das classes patronais, ou da falta de sua contribuição para o erário público. São frutos da nossa diminuta renda nacional. (SIMONSEN, 1943, p.7).

Para que o padrão de vida se elevasse seria preciso, segundo Simonsen, que a produção econômica nacional também mudasse de patamar, deixando o estágio dos trabalhos primários e agrícolas e passando para os de maior complexidade, na medida em que quanto mais simples o modo de produção, menor é a remuneração dele advinda. Nestes termos, o trabalho no campo, manual, teria que, gradativamente, ser substituído pelo das máquinas. Em uma palavra, o Brasil necessitava acelerar os processos industriais.

Resulta daí que se estabelece uma hierarquia de remunerações e riquezas, dentro de um mesmo país, e entre as nações. Onde a atividade social das populações é mais concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor, o padrão de vida é inferior. Onde o progresso evoluiu, vulgarizando na população a utilização de todos os inventos, progressos e organizações [...], o padrão de vida médio se eleva e a riqueza da nação, que em última análise é a soma da riqueza de seus componentes, atinge elevado grau na escala dos valores. (SIMONSEN, 1943, p.8).

O autor segue argumentando sobre a necessidade de elevar o padrão de vida da população, afirmando que o progresso técnico já existente não justifica mais abordagens empíricas ou pouco científicas dos problemas econômicos. Ainda que o bem estar econômico possa não ser o principal, mas sem dúvida tem importância fundamental entre os valores buscados pelos humanos, na medida em que a produção e a renda individual são elementos para medirmos o progresso de uma determinada nação. E tal elevação, como já dito, só se daria pela industrialização, que deveria ser fortalecida e protegida.

É evidente, portanto, que, de ordinário, os produtos industriais fabricados em países de fraco mercado interno e não dotados de técnica avançada, de combustíveis, de transporte suficiente e facilidades de crédito, tem um custo de fabricação superior às grandes produções em massa dos países supercapitalizados. Estes países produzem para seu próprio mercado e para a

soma de todos os mercados mundiais. Permitir o livre acesso dessas manufaturas, por toda parte, é asfixiar o desenvolvimento de qualquer parque industrial regional, nos países pouco capitalizados. (SIMONSEN, 1943, p.13).

Assim, o autor defende a adoção de medidas econômicas que equilibrassem as relações entre os países de forma a tornar mais justa a distribuição das riquezas. Simonsen defendia que, sendo o bloco capitalista uma só unidade, seria do interesse de todos combater os focos de pobreza, que também seriam focos de descontentamento e de contestação do modelo capitalista. De acordo com o próprio autor,

Não obstante o que acima apontamos, é inegável a tendência dos países líderes para controlar a economia mundial, através de seus aparelhamentos financeiros. Ora, constituindo o mundo uma só unidade, é do interesse das nações mais ricas, combater os focos de pobreza, que são também focos de descontentamento e de revolta. Daí, as medidas de correção que se fazem necessárias, de caráter econômico e social, tanto mais justificáveis quanto são indiscutíveis as repercussões dos problemas econômicos, sobre os de ordem social e de política nacional e internacional. (SIMONSEN, 1943, p.16).

Em verdade, Simonsen percebera que, a seguir-se na política delineada pelos países centrais no pós-guerra, as nações periféricas seguiriam na condição de subdesenvolvimento. Esta era, de fato, a preocupação do autor ao defender a adoção de um plano de reconstrução econômica também para a América Latina: evitar que a recuperação econômica dos Estados Unidos e da Europa se desse, como ao final aconteceu, às custas dos mercados consumidores dos países subdesenvolvidos.

Nestes termos, o autor chama a atenção para diversos equívocos que os países periféricos cometiam em detrimento de seu próprio desenvolvimento e a elevação de seus padrões de vida:

[...] A supressão de barreiras alfandegárias, conjugada com a estabilização da moeda, priva os países que iniciam sua industrialização, de duas eventuais armas de defesa, contra uma impiedosa concorrência [...] Obter dos países ricos empréstimos para a aquisição de produtos de consumo imediato é criar um padrão de vida artificial para o país devedor. [...] Os empréstimos externos só devem ser contraídos para aplicação em empreendimentos reprodutivos. [...] Não basta, na elaboração dos tratados, uma apreciação dos valores traduzidos em moeda; faz-se mister uma apreciação qualitativa, para que se introduzam, nesses acordos, os coeficientes de correção necessários. Nada mais justo [...] que ao lado de cada tratado de comércio figure outro fixando compensações de ordem econômica para os povos e regiões de padrão de vida inferior do normal. (SIMONSEN, 1943, p.17).

Sendo a manutenção de uma vida digna um direito econômico da humanidade, não havia para Simonsen razão para que não se adotasse uma política capaz de distribuir as riquezas existentes entre as nações de maneira menos desigual. Mesmo porque, a acentuação da pobreza levaria, de acordo com o autor, à instabilidade social e até à guerra. Em outras palavras, elevar os padrões de vida, além de um direito, também serviria para consolidar o capitalismo.

Tal era a proposta de Simonsen: manter os investimentos feitos para o esforço de guerra no combate à pobreza e na elevação dos padrões de vida dos países menos desenvolvidos.

Assim, como imperativos de ordem natural, justificar-se-ia a manutenção de parte considerável dos atuais orçamentos de guerra para combater a miséria e o atraso dos povos, o que permitirá, às nações ricas, concorrerem, decisivamente, para a elevação do nível de vida humana e para a criação de uma consciência mundial de justiça social que seria, por certo, o mais rigoroso entrave ao desencadeamento de futuras guerras. (SIMONSEN, 1943, p.19).

E ao Brasil caberia, neste cenário, acelerar seu processo de industrialização, única forma que Simonsen vislumbrava de se elevar os níveis de vida da população na escala de grandeza e de velocidade necessárias para as circunstâncias nacionais. Para tanto, era necessário o desenvolvimento de uma política industrial brasileira que, partindo de estudos e dados da realidade econômica nacional, traçasse um plano capaz de elevar a produção e, por consequência, dinamizasse o círculo virtuoso do capital:

A observação do que se passa nas nações líderes e aqui no Brasil leva-nos à conclusão de que a rápida ascensão da renda nacional, a níveis em harmonia com a nossa grandeza e com a nossa população, só poderá ser obtida com uma intensa industrialização. Esta depende, em grande parte, de uma política nitidamente industrial, compreendida e apoiada pelos nossos grandes aliados. A meticulosa análise da geografia industrial brasileira realça a absoluta interdependência dos principais fatores de que depende essa industrialização. (SIMONSEN, 1943, p.20).

As inquietações do autor com a política econômica do pós-guerra ficaram mais claras anos depois, quando o projeto de recuperação econômica da Europa ficou delineado em definitivo. A preocupação principal de Simonsen, de que a ideia era a de financiar a reconstrução dos países ricos por meio dos países periféricos concretizou-se, o que o levou a desenvolver uma série de conferências e relatórios abordando o tema, sempre tendo as condições de vida como norte.

Assim, em “O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina”, de 1947, que é um relatório feito pelo então Senador Roberto Simonsen para a Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, o autor debate o tema e aprofunda suas teses sobre qual deveria ser a política econômica ideal para a parcela latina do então bloco capitalista.

Inicialmente, discorre sobre a situação política e econômica do continente europeu e dos EUA e suas perspectivas de então, bem como sobre a URSS e o temor de que a existência de somente dois blocos econômicos antagônicos pudesse ameaçar de alguma forma o capitalismo europeu, exposto a ser atingido pelo “regime da coletivização” (SIMONSEN, 1947, p.4-5).

Nestes termos, o autor defendeu a iniciativa dos EUA de propor a formação de um bloco econômico na Europa Ocidental e, principalmente, os auxílios financeiros dados aos países envolvidos no conflito, entendendo como movimento estratégico a criação do plano de recuperação:

Com a Conferência de Paris, promovida pelos países que participarão do Plano Marshall acentuaram-se, no campo econômico, as diferenciações já existentes no campo político. Alinharam-se as nações ocidentais para a promoção de um grande movimento de cooperação econômica, com o auxílio dos Estados Unidos, passando, assim, a constituir uma união com maior abundância de capitais, maiores facilidades no suprimento de matérias primas, maior quantidade de técnicos especializados, maiores recursos científicos, vivendo, todos, num ritmo de liberdade, em verdadeiras democracias, contrapondo-se ao bloco soviético, de feroz regime ditatorial. (SIMONSEN, 1947, p.5).

Após apresentar em linhas gerais o plano e seus objetivos, que basicamente previa a recuperação dos países europeus ocidentais com base na importação, por estes, de todos os insumos iniciais necessários para sua recuperação, tanto matérias primas (parte que caberia à América Latina) como produtos industrializados (parte que caberia somente aos EUA), sendo que o déficit gerado seria coberto pelo comércio com os demais países e pela conquista de novos mercados, Simonsen vai direto ao ponto: da forma como estava, a recuperação econômica europeia seria financiada pela pobreza dos países subdesenvolvidos, especialmente o Brasil e os demais países da América Latina.

Em relação à América Latina a execução do programa, tal como o esboça a Comissão de Cooperação Econômica de Paris, vai nos obrigar ao retorno a condições que se assemelham às que existiam no período da guerra. Seremos chamados a expandir nossas atividades extrativas, agrícolas e mineradoras, para colaborar nesse plano com a contribuição de matérias primas e produtos

semi-coloniais. A produção destes artigos, em quantidades anormais, forçará os países da América Latina a deslocar seus obreiros para atividades primárias, de baixo rendimento, e sujeitas à instabilidade econômica. E o próprio Plano não prevê a manutenção, em níveis estáveis, a partir de 1951, das importações pela Europa, dos produtos latino-americanos. (SIMONSEN, 1947, p.11).

Seguindo, Simonsen ressalta sua luta contra a pobreza, lembrando que fez constar na Constituição de 1934 e também na Conferência Panamericana de Buenos Aires, de 1936, itens que exigiam o estudo e a proposição de soluções para o aumento dos padrões de vida dos trabalhadores, na expectativa de ver crescer a consciência sobre os efeitos da miséria para a consolidação do capitalismo no continente latino.

O padrão de vida médio de nossas populações é seis vezes inferior ao nível médio das da Europa e 25 vezes inferior ao do norte-americano. E no estágio atual da civilização latino-americana, qualquer perda de substância, em matéria econômica, representará um agravamento das condições de pobreza de nossas populações. [...] Reconhecemos, entretanto, que sob o ponto de vista econômico e da defesa da política americana, é evidente o maior interesse dos Estados Unidos em conceder prioridade à reconstrução da Europa. Existem, porém, outros aspectos políticos e sociais que demonstram a necessidade de que a valorização do homem latino-americano corra paralelamente com o reequipamento do homem europeu. [...] Reequipar o homem europeu, e manter e agravar a pobreza do latino-americano, além de constituir uma injustiça social, significa, também, incorrer num grave erro de estratégia política. (SIMONSEN, 1947, p.12-13).

E conclui, reafirmando sua tese inicial de que a América Latina, antes de ter condições de financiar a reconstrução europeia, nosso continente precisava também de um plano de recuperação, na medida em que estava em condições piores das então existentes naquela região, não havendo sentido em tal proposição, que em suma só levava em consideração os interesses das grandes potências econômicas.

A América Latina, entretanto, não está em condições de financiar, com seus próprios recursos, parte da reconstrução da Europa. A rigor, somente as regiões de nosso continente onde a vida média fosse igual ou superior à da Europa é que poderiam fazer uma contribuição ao reequipamento da Europa, sem imediata contrapartida. Qualquer outra região, onde o nível de vida médio for inferior ao nível de vida médio europeu, não pode renunciar a qualquer parcela de poder aquisitivo, criado pela sua produção. (SIMONSEN, 1947, p.13).

Nestes termos, as nações latino-americanas deveriam exigir que sua participação no plano de recuperação acontecesse em outras bases, nas quais nenhum trabalho sem a devida remuneração fosse aceito:

As nações latino-americanas devem pleitear a organização de uma Comissão de Cooperação Econômica que estude os meios para tornar mais eficiente uma efetiva cooperação dessa natureza entre os países americanos, e a obtenção de auxílio norte-americano, para os seus planos de desenvolvimento econômico. [que] sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas legítimas aspirações, para que a valorização do homem latino-americano seja propugnada simultaneamente, com o soerguimento econômico do homem europeu, a quem rendemos o nosso preito de admiração, pelas suas tradições de cultura e civilização democrática e cristã que marcadamente conformavam as instituições políticas, sociais e culturais da América Latina. (SIMONSEN, 1947, p.16).

Da mesma forma, em “O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais”, de 1947, uma conferência ministrada por Simonsen no Clube Militar, o autor retoma suas críticas à fórmula proposta para a recuperação do continente europeu, reafirmando sua tese de que, de tal forma, a América Latina não conseguiria romper com signo da pobreza.

Afirma Simonsen que, ao contrário dos Estados Unidos e da Europa, que se aproveitaram da divisão do trabalho para, com base em uma política econômica bem definida e baseada no protecionismo, criar seus grandes parques industriais, o Brasil, mesmo sendo a vanguarda do processo de industrialização no continente latino, mantinha em relação aos EUA um atraso de 70 anos do ponto de vista do desenvolvimento econômico. Esta distância era fruto direto da inexistência de uma política industrialista. (SIMONSEN, 1949, p.9-10).

Retomando as linhas argumentativas de seus trabalhos anteriores, Simonsen afirma que já havia proposto uma política econômica na qual o Brasil poderia tirar algum proveito para seu próprio desenvolvimento.

No entanto, as posições adotadas foram opostas: ao mesmo tempo em que os grandes países precisavam de novos mercados, o Brasil aceitou acordos em que as tarifas aduaneiras tornaram-se as menores do mundo, bem como condições de troca com outros países sem levar em consideração nossos custos, o que só não pôs fim à ainda incipiente industrialização porque não havia, por conta da guerra, produtos suficientes para importação. (SIMONSEN, 1949, p.12). Tudo devido à falta de uma política de desenvolvimento nacional.

Parece que não previmos, com realismo, as necessidades efetivas, na conjuntura internacional, do reequipamento dos nossos parques de produção, e as possibilidades de nosso intercâmbio. [...] O mal, a imprevidência, decorrem da falta de uma política econômica, da confusão e das hesitações aqui sobreviventes. Enquanto a maior parte dos povos jovens de todo o mundo toma uma posição firme e consciente, grande fração de nossas elites, mesmo espíritos cultos e honestos, se deixa levar por um perigoso romantismo, que, vencedor, nos levaria a recuar ao colonialismo e a nos precipitar no desemprego. (SIMONSEN, 1949, p.13).

Em relação ao Plano Marshall e seus efeitos sobre a América Latina, Simonsen conclui que não existia a possibilidade material de custearmos a recuperação europeia à custa da pobreza local sem que isso acentuasse ao extremo as desigualdades e, por consequência, as agitações sociais, na medida em que se tratava, em suma, de trabalho gratuito cujo custo seria retirado das poucas finanças dos países latinos, agravando a pobreza já existente.

Nós não nos manifestamos contra a execução do plano Marshall, que julgamos necessário e indispensável à restauração de grande parte do trabalho no mundo. As nossas críticas cingiram-se à unilateralidade desse Plano organizado à revelia da América Latina, aos desequilíbrios em nossa estrutura econômica e social que ele irá provocar e ao conseqüente retardamento de nosso desenvolvimento econômico pela manutenção indefinida de nossa estrutura semi-colonial. (SIMONSEN, 1949, p.20).

O autor alerta para a possibilidade de se aumentar os níveis de pobreza latino-americanos caso não fossem adotadas medidas de proteção e de aceleração do desenvolvimento econômico destes países, na medida em que, pelo caminho das exportações de matérias primas, mesmo em escala industrial, não seria possível romper com o subdesenvolvimento:

A execução do Plano Marshall demonstra, assim, a necessidade de um novo critério, que é, em verdade, revolucionário, em que medidas de ordem política e de ordem social condicionem a solução de problemas de ordem econômica. Realmente, a marcha normal do desenvolvimento dos povos levaria a desníveis econômicos cada vez maiores na órbita internacional, onde os países ricos ficariam cada vez mais ricos e os países pouco desenvolvidos teriam apenas um progresso lento e ilusório, constituindo-se em focos permanentes de agitações sociais de toda sorte. (SIMONSEN, 1949, p.25).

Simonsen também chama atenção para o fato de que o agravamento da pobreza seguramente traria um aumento das agitações sociais e também a impossibilidade de o Estado financiar todas as demandas sociais já existentes, por absoluta falta de recursos para tanto.

Assim como a linha Marginot falseou a situação psicológica da defesa da França, a simples reconstrução da Europa Ocidental funcionará como nova Marginot na defesa da civilização ocidental, pois que os povos da América Latina – elemento essencial para uma defesa em profundidade da manutenção da civilização ocidental em sua plenitude – não poderão suportar, indefinidamente, os baixíssimos índices de vida que atualmente usufruem, sendo-lhes, ao mesmo tempo, exigida uma super-estrutura política e militar, cujo peso eles não podem sustentar pela debilidade de suas bases econômicas. Não considerar esta situação será concorrer para a evanescência de largo setor da retaguarda. (SIMONSEN, 1949, p.25).

Vemos neste conjunto de obras a retomada, pelo autor, da abordagem política do tema das condições de vida e sua intrínseca relação com o desenvolvimento. Já vimos na Seção I que Simonsen foi o autor que melhor conseguiu sintetizar as contradições de classe existentes no Brasil da primeira metade do século XX, que era a pobreza e sua relação direta com o desenvolvimento.

Nesta etapa de seus pensamentos, já mais amadurecido e tendo passado mais de duas décadas de suas formulações iniciais sobre o tema, temos aqui um Simonsen mais esclarecido sobre as relações internacionais, a dinâmica do capitalismo e as consequências desta dinâmica para os países periféricos, notadamente os da América Latina.

Por isso o autor, nesta série dedicada às consequências do Plano Marshall para o conjunto dos países latinos, conclui os raciocínios feitos anteriormente sobre o efeito político da pobreza nas relações entre classes e a necessidade de o Brasil adotar um caminho diferente na condução de sua economia, procurando manter os esforços de equilibrar as desigualdades sociais.

É de se notar que Simonsen não nega as contradições de classe, mas as associa diretamente com a pobreza e a baixa produção industrial, que via agravadas caso a política de recuperação europeia se firmasse com bases nas premissas anunciadas, que na prática seriam um retrocesso ao projeto industrialista que ainda se consolidava, não obstante estivesse mais bem desenvolvido do que anteriormente.

E este componente político das condições de vida irá retornar com mais clareza em outras três obras do autor, nas quais Simonsen claramente expõe seu temor de que o acirramento da luta de classes poderia atrair para o Brasil o “perigo comunista”. Nestes termos, portanto, equilibrar as desigualdades tornara-se, além de fundamental, urgente.

Assim, na obra “Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americano”, exposta por Simonsen no Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria e publicada somente em 1958, o autor

detalhará suas propostas de uma política econômica para a América Latina que permita a elevação dos níveis de vida da população.

Logo de início, Simonsen faz uma análise sobre a Doutrina Truman e o Plano Marshall, para afirmar, após reconhecer que o segundo tinha um viés mais estratégico que o primeiro, que ambos não se dedicaram a atacar o que entendiam ser a causa do avanço do movimento comunista no mundo: a pobreza.

Para o autor, ambas as ações americanas pecavam por não ter uma proposta mundial para a elevação dos padrões de vida, dedicando-se, tal como a Doutrina Truman, a ações de pressão contra os ideólogos comunistas ou, como no Plano Marshall, retomar o crescimento econômico da Europa em detrimento das demais regiões do mundo, enquanto que o mais eficiente, em sua visão, seria alterar as condições econômicas dos povos, retirando, com tal ação, o campo de atuação da ideologia comunista.

O objetivo [do plano Marshall] era, através do reerguimento econômico do Continente Europeu, restaurar os padrões de vida e os níveis de prosperidade de antes da guerra. Na reabilitação dos níveis de produção e de consumo, porém, se encontrava o meio de assegurar a ordem e a paz ameaçadas. [...] em lugar de atuar nos efeitos opera nas causas; em vez de procurar alterar, antes de tudo, a orientação das tendências político-sociais visa mudar, preliminarmente, as condições econômicas. (SIMONSEN, 1958, p.66).

A ideia, então, seria a construção de um Plano Marshall para todo mundo ou, não sendo possível, ao menos um plano para a América Latina. No entanto, Simonsen constata que a ideia construída pelos países centrais era – como de fato o foi – refazer a economia europeia reeditando a antiga divisão internacional do trabalho, uma vez que caberia aos países periféricos o fornecimento de matérias primas, em detrimento, portanto, dos avanços industrialistas até então efetuados.

O papel que a Europa desempenhava antes da guerra não pode ser restabelecido na mesma base, a não ser que se pretenda restaurar, em detrimento da evolução estrutural ocorrida em certas áreas, o sistema de relações econômicas internacionais anterior ao conflito. [...] Os países latino-americanos não podem encarar com simpatia o retorno a um tipo de intercâmbio que não corresponde mais à natureza de suas economias. Tal retrocesso não só não atende aos interesses desses países, como também da própria economia mundial como um todo, de vez que importaria numa redução da produtividade regional e mundial. (SIMONSEN, 1958, p.68).

O autor segue no desenvolvimento de suas ideias, associando mais claramente a defesa do continente americano contra os comunistas ao combate direto à pobreza. Sem diminuir as

desigualdades sociais, sem aumentar a produção de riquezas, o consumo, o crescimento econômico, os planos de defesa para a América Latina teriam, a seu ver, efeito inócuo.

Em suma, é lícito afirmar que nenhum plano de defesa do continente Americano se pode dissociar de um plano de desenvolvimento econômico. Os objetivos políticos, aqui talvez mais do que na Europa, supõem em primeiro plano a consideração dos problemas econômicos. (SIMONSEN, 1958, p.71).

E tal investimento não poderia, neste momento, ser feito pelas forças próprias destes países, já muito fragilizados. O ideal seria que a contrapartida pelo esforço a ser feito pela Europa fosse um plano de progresso para a América Latina, a fim de equiparar os níveis de vida daqui aos da Europa, equilibrando as desigualdades e, por consequência, as relações econômicas.

O desenvolvimento dos países de economia incipiente é a contrapartida necessária da reconstrução européia. Todavia, nesse desenvolvimento distinguem-se dois aspectos: o de renovação e ampliação, em que se procura, atingindo os padrões que teriam sido alcançados não fossem as perturbações do conflito mundial, retomar o fio do desenvolvimento; e o de desenvolvimento propriamente dito, em que se buscaria acelerar o ritmo de capitalização, de modo a conseguir uma produtividade que assegure padrões de vida comparáveis aos padrões médios nos países europeus. (SIMONSEN, 1958, p.73).

Mas quais seriam, afinal, as medidas a serem adotadas? Simonsen demonstra uma série de dados históricos e gráficos de crescimento industrial do Brasil e apresenta suas propostas. A primeira delas seria um investimento direto na ampliação dos parques industriais latino-americanos, que cresceram durante a guerra, a fim de compensar a queda na produção agrícola. (SIMONSEN, 1958, p. 73-86).

A outra proposta era um plano para elevar a capitalização e o nível de vida da população. Simonsen apresenta uma série de cálculos e simulações que o levam a concluir que, sem a adoção de medidas específicas de aceleração destes fatores, levaria em torno de 20 anos para que o padrão de vida dos brasileiros atingisse o nível europeu.

Ademais, a diferença entre o nível de vida brasileiro em relação aos demais países é explicação suficiente para convencer sobre a necessidade de se adotar um plano estratégico para o desenvolvimento das economias nacionais periféricas.

A título de exemplo, em 1940 a renda per capita do Brasil equivalia a 10% da mesma renda da Suíça; 12,7% da Suécia; 14,8% da Dinamarca; 34,8% da Polônia (país europeu dos

mais pobres). Em relação aos demais países ocidentais, as diferenças eram ainda mais gritantes: 10 vezes menor que a dos Estados Unidos e 8,8 vezes menor que a do Canadá, bem como três vezes menor que a da Argentina, que também era pobre em relação aos demais, o mesmo se aplicando aos demais países latinos, todos com renda per capita maior que a brasileira. (SIMONSEN, 1958, p.92).

Por consequência, os níveis de consumo também eram extremamente baixos. Em relação à alimentação, na média geral, os brasileiros de 1940 consumiam apenas 60% do mínimo de calorias necessárias à sua própria manutenção, indicando quadro de subnutrição; em relação ao vestuário, consumíamos cinco vezes menos que os norte-americanos, com o agravante de que nosso consumo era de tecidos grosseiros, com baixa tecnologia de produção.

No campo da habitação, de igual forma, nossos padrões eram distantes dos demais países: havia aqui um excedente de 30% em relação aos dormitórios disponíveis, o que equivale a distribuir três indivíduos por cômodo. A necessidade, naquela época, era construir 8 milhões de casas novas, substituindo parte das antigas, que não tinham condições sanitárias.

Neste quesito, o Brasil não estava em melhores condições: por conta das condições de vida dos trabalhadores, enquanto a vida média nos Estados Unidos era de 64 anos em 1940, a brasileira era de 49 anos em São Paulo e de apenas 30 anos em Recife. (SIMONSEN, 1958, p. 95).

Diante de tal quadro, Simonsen conclui que, sem haver uma estabilidade econômica, que incluía melhores condições de vida às classes trabalhadoras, não será possível conquistar a estabilidade política. Permanecendo as desigualdades sociais, não há como evitar o avanço das ideias comunistas, na medida em que a consciência sobre a situação de miséria em que se encontravam as classes populares não permitia mais a sequência de tais circunstâncias:

Há uma correlação entre a estabilidade política e as condições de vida. As instituições democráticas só funcionam plenamente onde são elevados os padrões de vida e, inversamente, onde esses são baixos predomina a inquietação política, a instabilidade dos governos e a contínua violação dos direitos fundamentais. [...] Tais agitações, contudo, tinham um caráter local e não chegavam a abalar a ordem social. Hoje, com a crescente consciência que as massas adquirem de sua própria miséria, elas se tornam extremamente perigosas à ordem social interna. (SIMONSEN, 1958, p. 105).

Nestes termos, o Plano Marshall, tal como colocado, significaria a rigor um retrocesso econômico à América Latina e especialmente ao Brasil, na medida em que retornaríamos à condição de dependência das economias estrangeiras e do comércio com as mesmas.

No caso do Plano Marshall, ainda mais justificadamente, não tem cabimento a tese de que as economias latino-americanas se beneficiarão com o aumento das exportações. Em primeiro lugar, porque grande parte delas será sem contrapartida e em segundo lugar, porque na atual situação inflacionária o aumento das exportações, no tipo previsto pelo Relatório de Paris, representa uma redistribuição de fatores de produção, cujo efeito é uma redução da produtividade e, portanto, do desenvolvimento. Em conclusão, o aumento das exportações da América Latina exige um correspondente plano de desenvolvimento, sem o qual se reduzem de imediato os níveis de consumo interno e imediatamente a própria capacidade de exportação. (SIMONSEN, 1958, p. 106).

Para que a recuperação da Europa surtisse o efeito necessário, portanto, era preciso um plano universal de recuperação econômica e combate à pobreza, diminuindo as desigualdades econômicas.

A América Latina é uma área de economia incipiente, em fase de desenvolvimento, e só pode encarar os planos internacionais de pós-guerra através de seus efeitos no seu próprio crescimento, já retardado. Não pode haver equilíbrio duradouro nas relações econômicas internacionais enquanto subsistirem as disparidades gritantes entre os níveis de produtividade das diversas áreas do mundo. O desenvolvimento dos países de economia incipiente é a contrapartida da reconstrução européia, porque, nas condições atuais, um aumento das exportações, sem incremento dos capitais reais, significaria certamente uma diminuição da produtividade. (SIMONSEN, 1958, p.110).

Vemos, pois, que as preocupações do autor com o padrão de vida aparecem neste conjunto de obras ora analisadas de uma maneira mais acabada, pois para além das inquietações que a pobreza, por si só, traziam a Simonsen, pela certeza de que não seria possível atingir o estágio de desenvolvimento dos países centrais sem aumentar o padrão de vida dos trabalhadores, havia também a preocupação com a luta de classes e com o avanço da ideologia comunista, que como vimos nas seções anteriores eram abominados pelo autor.

Nestes termos, ao perceber que o plano Marshall não buscava a criação de uma justiça mundial, mas de claramente recriar as condições da divisão internacional do trabalho existentes antes da II Guerra, procurou posicionar-se de maneira a que também a questão social da América Latina fosse notada.

Dá sua preocupação de alertar para o tema mesmo antes do fim oficial do conflito, como o fez em “Alguns Aspectos da Política Econômica mais conveniente ao Brasil no pós-guerra”, visto acima, e nas demais obras em que seu balanço acerca do Plano Marshall é o mesmo: a prosseguirem as condições acordadas, haverá retrocesso econômico na América Latina, abrindo espaço para toda sorte de agitações sociais de cunho comunista, na medida em

que estes, segundo Simonsen, aproveitavam-se da miséria para difundir sua ideologia. Em um mundo com menos miséria e mais igualdade, acreditava, seria mais difícil o combate ideológico com o capitalismo.

De igual maneira, em “O Problema Social no Brasil”, de 1947, discurso proferido por Simonsen quando da instalação do primeiro Conselho Consultivo do SESI de São Paulo, o intelectual/empresário fornece mais elementos para a compreensão de sua preocupação com as condições de vida, aproveitando seus próprios conceitos de justiça social.

Simonsen defendia a ideia de que o combate à pobreza, além de ser fundamental para a consolidação do capitalismo industrial brasileiro, serviria também de contraponto ao avanço da ideologia comunista, que em sua visão se aproveitava dos baixos padrões de vida da população brasileira para disseminar suas bandeiras.

Mais do que uma questão de ordem ideológica, a preocupação do autor era, de fato, com a possibilidade real das classes trabalhadoras brasileiras se rebelarem contra as condições a que estavam submetidas, na medida em que, como o próprio Simonsen alertara anteriormente na obra “Sugestões para uma política econômica panamericana” (1955), a cada dia crescia a consciência sobre sua real situação, o que exigia a adoção de políticas sociais imediatas a fim de diminuir as desigualdades.

Simonsen reforça sua opinião sobre a relação entre a extensão da pobreza e o avanço dos comunistas no discurso intitulado “As Classes Produtoras e o Partido Comunista”, por ele proferido no Senado Federal em 02 de junho de 1947, no qual, ao defender a decisão do Supremo Tribunal Federal de cassar o registro do então Partido Comunista do Brasil, associa, tal como fez em outras oportunidades, os baixos padrões de vida e o desequilíbrio entre as classes como catalisadores do “marxismo”:

Sem embargo, explico e compreendo, Sr. Presidente, a razão de ser do surto das ideias marxistas. Na luta eterna pela liberdade, em que o homem ininterruptamente se vem empenhando através dos tempos, pareceu a muitos tê-la alcançado com as conquistas liberais do século XVIII. Essas conquistas, porém, impregnadas de um excessivo individualismo, agravaram, na ordem econômica, a diferenciação de classes e a compreensão dos fracos pelos fortes. Quando Karl Marx observou as lutas de classe na Inglaterra, perduravam, incontestavelmente, há muito tempo, ásperas condições de comando patronal. E, não obstante a conceituação científica de que procurou lançar mão e a sua fulgente inteligência, deixou-se ele influenciar pelas impressões dominantes do ambiente em que viveu, vindo, assim, a construir a sua doutrina com dados nitidamente circunstanciais. (SIMONSEN, 1947, p.3).

Assim, a doutrina marxista só encontraria eco em um ambiente de desigualdades, de discrepâncias materiais muito fortes, onde a miséria impedisse a realização dos princípios da liberdade e da justiça. Em um meio onde imperasse a justiça social, seria muito mais difícil ao comunismo encontrar argumentos em sua defesa.

Não é admissível que possa haver a exploração do homem pelo homem. Justiça e Liberdade são conceitos que se irmanam e completam. A possibilidade de coação econômica tende a desaparecer em função das afirmações da justiça social, que se inspira numa perfeita conciliação de meios e fins, nos superiores princípios da moral cristã. A mística comunista apresenta-se sensivelmente diminuída onde se pratica a justiça social. (SIMONSEN, 1947, p.3).

Vencer as desigualdades, portanto, era o objetivo de Simonsen, seja para consolidar o capitalismo industrial brasileiro, seja para harmonizar as relações entre as classes, afastando o comunismo, que segundo Simonsen sustenta-se exatamente da exploração política da miséria dos povos. Se a miséria não existisse ou fosse amenizada, em seu ver, o campo para a atuação política do marxismo estaria diminuído. E para tanto, era necessário, além do equilíbrio material propriamente dito, nos apoiarmos na doutrina da justiça social, que seria a conciliadora dos conflitos.

Por fim, em “A doutrina Simonsen de um Direito Internacional Social”, de 1948, foi publicada em espanhol em 1955 pela FIESP, o autor retoma os argumentos anteriores lançados acerca de um plano de recuperação econômica mundial nos moldes do Plano Marshall. Agora, seu objetivo era defender a teoria da justiça social como forma de equilíbrio político e material entre as classes sociais e os indivíduos.

Infelizmente, “A Doutrina Simonsen” é uma obra inacabada, pois o autor faleceu antes de concluí-la. Em palestra realizada no SENAI em 1960, Edda Di Franco, que foi secretária particular do intelectual até o final de sua vida, relatou que, pouco antes de seu falecimento e já com muitas dificuldades de leitura, Simonsen começou a redigir a obra, sem no entanto, conseguir concluí-la:

Apesar de combalido pela evolução da moléstia, ansiava por mais seis meses de vida, a fim de concluir a sua recomendação relativa ao Direito Internacional Social. Apreensivo, sentindo que as forças lhe fugiam, dizia-me ele: “Se Deus me der mais seis meses de vida, revolucionarei o mundo com esta ideia”. (FRANCO, 1960, p.12).

De toda forma, o fragmento existente, publicado anos depois da morte do autor, aponta as linhas gerais do que seria a ideia que “revolucionaria o mundo”: criar mecanismos de

compensação entre as nações que pudessem elevar o padrão de vida das classes trabalhadoras e reduzir as desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Partindo dos pressupostos já analisados nas obras anteriores de que a ideia do Plano Marshall deveria ser estendida a todos os países do bloco ocidental, Simonsen retoma suas críticas aos tratados internacionais que, se bem compensados em seu formato jurídico, acentuam as disparidades entre os povos ao não prever compensações que permitam equiparar as nações em seus níveis de vida.

La experiencia de los últimos tiempos revela que tanto en la elaboración como en la ejecución de los acuerdos económicos internacionales entre las naciones altamente desarrolladas y otras de desenvolvimiento incipiente, la igualdad jurídica teóricamente existente entre las partes contratantes, no se traduce, de hecho, en ventajas equivalentes del punto de vista económico y social. (SIMONSEN, 1955, p.1).

Tal disparidade acontecia porque entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas existia uma diferença fundamental, que era a natureza de sua produção. Enquanto as mais desenvolvidas produziam há tempos e em larga escala produtos manufaturados os mais variados, as economias dos países periféricos baseavam-se na produção e exportação de matérias-primas e de produtos cuja produção não primava pela complexidade. Eram, em geral, trabalhos manuais ou com poucos recursos de produção embutidos.

O resultado deste desequilíbrio era que quando das compensações de comércio internacional, para se atingir a equivalência entre os produtos, o esforço a ser feito pelos países subdesenvolvidos era enorme, na medida em que o valor agregado dos manufaturados era muito maior do que o das matérias-primas. Em verdade, a equivalência jamais é alcançada e as relações de comércio são controladas pelos países centrais, que podem decidir o quanto importar, enquanto que aos países exportadores tal direito não é concedido: ou vendem suas matérias-primas aos países centrais ou não têm como financiar suas próprias economias.

Era este o princípio da divisão internacional do trabalho de antes das guerras e que Simonsen pressentiu seria reeditada com o advento do Plano Marshall caso o mesmo restringisse sua atuação na Europa, como de fato ocorreu. O próprio autor explica sua percepção sobre tal contradição ao afirmar que:

Podemos considerar que en el orden internacional hay una diferencia jerárquica entre las naciones, la cual corresponde a la estructura y al papel desempeñado por la economía de cada una de ellas en las relaciones internacionales. Se verifica que esa escala jerárquica va desde los países altamente desenvueltos, intensamente industrializados, productores y exportadores de mercaderías de alto tenor técnico y económico, hasta los

países predominantemente agrícolas, de economía incipiente, productores y exportadores de bienes de baja densidad económica. Los primeros, en virtud de esas condiciones, disfrutaban de altos niveles de vida; en contraposición, los segundos presentan índices ínfimos. [...] Por otro lado, los precios de los productos primarios no son, de ordinario, influenciados por los países productores, son dictados por los países manufactureros. (SIMONSEN, 1955, p.3-4).

Para inverter tal situação, partindo do pressuposto de que, pelo mecanismo de trocas, não seria possível – como de fato ficou comprovado anos depois pela CEPAL – promover o desenvolvimento dos países periféricos, Simonsen propunha a promoção da igualdade real entre os povos, nivelando os padrões de vida dos países periféricos aos centrais, por meio do incremento da produção industrial, o que por consequência elevaria a acumulação de capital pelas nações menos favorecidas.

La concretización de una efectiva igualdad, que se manifiesta en ventajas equivalentes para ambas partes, tendría que ser orientada en la oferta de oportunidades concretas de desenvolvimiento que no solo compensasen las desventajas actuales como proporcionasen, además, de la expansion del comercio mundial, la progresiva elevación de los niveles de vida en las áreas atrasadas. (SIMONSEN, 1955, p.6).

A ideia, pois, seria a criação de um Plano Marshall para todo o mundo, como já vimos, com o claro objetivo de promover o desenvolvimento dos países que até então não haviam conseguido se libertar da pobreza. Mas Simonsen faz questão de destacar que não se tratava de ajuda humanitária ou filantrópica, mas de uma estratégia de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que elevaria as condições gerais de vida dos povos latino-americanos e outros em igual condição, diminuiria por consequência as desigualdades sociais. Era, pois, como bem chamou o autor, uma política social internacional.

Esa política social – guardemos el nombre por su contenido ético – no es, sin embargo, una política de carácter meramente filantrópico, es un imperativo para el equilibrio económico del mundo y para el propio bien estar de las naciones mas poderosas. [...] Ao derecho social que visa instituir las bases de una racional política distribuidora dentro de las fronteras de cada país, deve corresponder, pues, una Política internacional Social que pueda promover, por medio de una distribución mas equitativa de los medios de producción, la eliminación de las barreras que impiden difundir la prosperidad en el mundo. (SIMONSEN, 1955, p.12).

Como dissemos acima, “A Doutrina Simonsen” não foi terminada. No entanto, os elementos dispostos pelo autor, somados aos já aqui debatidos, nos possibilitam analisar suas

intenções – e descobertas – ao analisar os mecanismos de compensação internacionais e a total disparidade existente entre eles.

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar a importância que Simonsen emprestava ao tema da justiça social, a ponto de pretender “revolucionar o mundo” com o desenvolvimento de mecanismos que aliviassem a desigualdade entre as classes e, por consequência, criasse uma sociedade mais justa, dentro dos limites que o próprio Simonsen se impunha para tanto, que no caso era a manutenção do capitalismo.

Essa inquietação do autor era, em nosso ver, fruto da própria circunstância política da época, o auge da Guerra Fria entre EUA e a então URSS, cujos efeitos reverberaram por todo o mundo.

Assim, o autor encontrava-se diante de uma situação na qual tinha de atacar em parte os princípios liberais sem com isso se apoiar em conceitos comunistas que renegava. A solução, pois, era a “justiça social”, que não chegou a ser plenamente desenvolvida pelo autor, como vimos, mas seguramente caminhava para ser a consolidação de seus estudos sobre as condições de vida e a necessidade de igualar minimamente as relações sociais, apelando para conceitos como o de cooperação social, harmonia de interesses e outros que tinham o condão de amenizar a luta de classes, tudo com base na sociologia e no direito, da forma como debatemos na Seção I, o que também justificaria a intenção de criar um “direito internacional social” voltado para equilibrar as desigualdades.

Por outro lado, embora, como já dissemos, os debates sobre teoria econômica nos quais Simonsen se envolveu ficarão de fora de nossa análise, não podemos deixar de notar a proximidade das ideias desenvolvidas por Simonsen nesta última etapa, especialmente nas obras relativas ao Plano Marshall e da justiça social, com os conceitos que Prebisch (1949) desenvolveu a partir do lançamento do Manifesto da Cepal, no qual o autor debate parte dos conceitos anteriormente analisados por Simonsen, especialmente os da divisão internacional do trabalho e dos mecanismos de troca.

A respeito das intersecções entre Simonsen e Prebisch, ver artigo de nossa autoria (2011) e Cepeda (2004 e 2007), nos quais discute-se como Simonsen antecipou a teoria do subdesenvolvimento, outra marca do pensamento econômico latino americano a partir de 1950.

Assim, temos aqui novamente expostas as hipóteses utilizadas por Simonsen para defender suas teorias sobre as condições de vida e a importância vital do projeto industrialista para sua superação, já debatidas ao longo do trabalho, que seriam a questão política envolvida

sobre o tema, cuja percepção deu-se desde o início de suas atividades; e a questão econômica, na medida em que a pobreza seria um entrave ao capitalismo industrial nascente.

Ao mesmo tempo, em movimento dialético, a superação da pobreza somente se daria com o advento da industrialização, desde que essa, de fato, trouxesse consigo um aumento real na produção, elevando ao mesmo tempo os ganhos do capital e do trabalho.

Logo, industrialização e superação da pobreza são parte de uma mesma teoria “simonseniana”, na medida em que desenvolvida de forma a identificar o objeto a ser estudado (as condições de vida), suas causas e efeitos (a pobreza) e seus modos de superação (a industrialização).

A diferença, pois, é que, sendo parte do projeto industrialista, nos termos já debatidos, esta “teoria” iniciou-se pelo fim, mas não sem antes haver a constatação de que, nas condições de miséria em que se encontrava a população e sem o desenvolvimento de meios próprios para sua superação, nenhum projeto haveria de se sustentar.

Em suma, a industrialização ganhou corpo a partir, entre outras, das ações intelectuais e práticas de Simonsen, que deram à ideia o arcabouço científico e o acabamento ideológico necessários para que o tema assumisse a condição de projeto nacional, tendo por base, em nosso ver, a questão da carestia, da pobreza, dos padrões de vida e de das formas de sua superação, temas que entendemos constituir o cerne do pensamento de Roberto Simonsen.

Como já dito anteriormente, nossa intenção era demonstrar como o problema das condições de vida teve para Simonsen importância fundamental, balizando sua atuação enquanto líder de sua classe, deputado, empresário, enfim, nas várias faces de sua atuação. Buscamos percorrer tanto a caminhada intelectual do empresário dentro do período histórico já assinalado (metodologia que adotaremos nas demais seções), descrita nas diversas obras aqui debatidas, quanto sua atuação prática – dimensões que, neste caso, confundem-se a todo momento, conformando assim um traço da personalidade do autor – em que o mesmo caminha da formulação inicial de sua chave interpretativa, ainda no tempo da intervenção em Santos, até o momento em que parte para a ação prática, defendendo suas ideias como deputado, na sociedade civil organizada da época.

Consideramos importante ressaltar que o fato de Simonsen compreender a gravidade da miséria em que se encontrava o povo brasileiro do período histórico no qual viveu não se confunde com defesa do proletariado ou de seus interesses.

Seu posicionamento sobre o tema era claro: ele era dirigente das classes dominantes e, como tal, defendia os interesses de sua classe, seja internamente, combatendo os representantes do setor agroexportador, seja externamente, na luta contra as ideias e políticas

orientadas pela luta de classes. Tal condição ficou evidente em várias oportunidades, como, por exemplo, na ocasião em que votou pela ilegalidade da existência do PCB.

A ideia que desejamos reforçar é que Simonsen, de fato, tinha uma preocupação com a situação de miséria em que se encontrava a população e a entendia como fruto do processo de subdesenvolvimento no qual estava inserido o Brasil. Mas não se tratava de uma visão sentimental, ideológica em sentido sectário ou classista: para o autor, a pobreza era uma questão científica, racional e seria mais bem resolvida pela mão da sociologia do que pela via da luta política.

Talvez por isso o autor entendesse por natural posicionar-se de maneira contrária à organização dos operários e, ao mesmo tempo, lutar pelo fim da pobreza como se os principais interessados em melhorar suas próprias condições de vida não fossem exatamente os trabalhadores.

Para os estudiosos de Roberto Simonsen estas questões não aparecem somente como contradição, mas dão mostras do quanto o autor persegue a racionalidade e o espírito prático em seus comportamentos, na medida em que refuta posicionamentos ideológicos. Como não se filia a nenhuma corrente, recusando o liberalismo clássico na mesma medida em que se coloca contra o comunismo, não vê problemas em não apoiar a organização dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ter no combate à carestia da vida o principal veio de sua atuação.

Em seu modo de entender, conforme podemos extrair das diversas passagens já citadas nesta seção e nas demais desta tese, a divergência de interesses entre as classes se dava pela ganância, pelo individualismo (patrões querendo pagar o mínimo; operário querendo trabalhar o mínimo) e poderia ser resolvida pela substituição dos argumentos políticos pelos racionais.

A realidade demonstrou que a luta de classes, tão renegada por Simonsen, não foi, e nem poderia ser evitada. Mas tal constatação em nada diminui a importância histórica e sociológica do autor, no geral, nem especificamente de sua preocupação com a condição de vida dos trabalhadores, que para além de uma visão paternal, como coloca Carone (1971), tornou-se o centro de sua ação intelectual e prática.

A preocupação de Simonsen com a pobreza é o elo entre as ideias e lutas travadas pelo intelectual/empresário para desenvolver o Brasil ao longo de sua vida. Faz parte, em nosso ver, da chave de raciocínio que Simonsen aprofundou ao longo de sua trajetória: pobreza – baixos rendimentos – produtos coloniais; industrialização – riqueza – melhoria nas condições de vida – trocas internacionais mais justas – maior desenvolvimento.

A industrialização, então, não seria o fim, mas o meio pelo qual o Brasil poderia aumentar sua renda per capita e, com isso, mudar de patamar econômico, tal como fizeram os países centrais. A linha, logo, era o combater a pobreza, melhorar as condições de vida.

Dada a complexidade da obra do autor, não se pode afirmar que somente esta questão foi a base de todo seu pensamento, mas nosso entendimento é que a superação da pobreza – que depois resultou, como bem destacou Cepeda (2007 e 2011) na tese do subdesenvolvimento, de importância científica ímpar – é sem dúvida um dos – se não o principal – pilares de sua atuação intelectual, e que, não obstante as divergências existentes, resultou em ganhos concretos para a burguesia, para a classe trabalhadora e para o pensamento social brasileiro, especialmente no campo da sociologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A herança intelectual deixada por Roberto Simonsen é uma riqueza a ser explorada.

Neste trabalho, procuramos nos concentrar na análise de um aspecto entre tantos que fizeram do empresário um dos maiores pensadores brasileiros face à sua contribuição para o entendimento das contradições que formaram nossa sociedade e fundamentaram suas relações sociais no período mais rico da história contemporânea brasileira, a primeira metade do século XX.

Nesta nossa pequena contribuição aos estudos das ideias de Simonsen, procuramos demonstrar como o tema das condições de vida, que era a principal contradição de classe existente nos anos pré e pós Revolução de 1930, foi totalmente incorporado pelo intelectual ao projeto industrialista, dada a sua especial condição de interpretar de maneira política as situações fáticas com as quais se deparou ao longo de sua trajetória, quais sejam: a miséria, a pobreza e a falta de condições mínimas para que os indivíduos pertencentes às classes trabalhadoras pudessem integrar a sociedade moderna e harmoniosa que habitava os pensamentos do autor.

Diante de tal quadro e vivenciando as disputas existentes entre patrões e empregados por conta das condições de vida, fruto imediato do modelo agrário-exportador, cujas condições de acumulação não conseguiam mais oferecer respostas aos graves entraves sociais por ele gerados, a superação de tal modelo tornou-se imperativa, dando força ao projeto de poder industrialista.

Este era o horizonte enxergado pelo autor quando de suas formulações iniciais, nas quais podemos notar que sua percepção sobre tais problemas era ainda rarefeita. As condições de vida e de trabalho se confundiam, como se o aumento da produção ao nível necessário para erradicar a pobreza ou amenizá-la pudesse se dar apenas pela sua racionalização.

Tal visão ficará mais profunda a partir dos eventos de 1930, quando o autor adota o entendimento de que a causa da pobreza é o modo de acumulação agrária e passa a defender a industrialização como projeto de futuro para o Brasil. A partir de tal formulação, que aparecerá pela primeira vez em “Orientação Industrial Brasileira”, de 1928, as ideias de Simonsen ganham o sentido e a direção que terão até a última de suas obras, em 1948: a chave para a superação da pobreza era o aumento da produção e, para tanto, era preciso alterar o

modo de acumulação agrário para capitalista industrial. Em outras palavras: a industrialização era a chave para superar a pobreza.

É a partir de tal conclusão que o autor parte para a realização de seus projetos mais ousados dentre os desenvolvidos em prol da industrialização.

Um deles, que vimos ao longo da Seção III deste trabalho, foi a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Criada em meio a um turbilhão de acontecimentos políticos, econômicos e sociais, a ELSP teve papel fundamental na abordagem do tema das condições de vida, ao dedicar seu currículo e pesquisas iniciais ao assunto, cujas conclusões embasaram a criação do salário mínimo, expressão máxima deste período de atuação do intelectual/empresário.

A institucionalização da sociologia no Brasil é outra das heranças de Simonsen. A criação da ELSP deu contribuição fundamental em tal direção, na medida em que, de modo pioneiro, uniu ensino e pesquisa em um ambiente universitário voltado para o estudo da ciência social que o autor acreditava ser capaz de oferecer soluções aos problemas sociais brasileiros – especialmente, no caso, à questão da pobreza.

Existe uma corrente crítica ao caráter aplicado da sociologia da ELSP e de outros pensadores sociais de antes de 1930, formada por teóricos ligados à Universidade de São Paulo, que concluíram, *grosso modo*, que a sociologia enquanto ciência iniciou-se em São Paulo quando da fundação da Universidade de São Paulo (USP), oportunidade na qual operaram-se estudos livres e com alto teor metodológico, diferente, assim, da sociologia praticada anteriormente, taxada de “não científica”, “governista”, “ensaística” e outras classificações.

Discordamos de tal afirmativa e adotamos a visão de Del Vecchio (2009 e 2013), dentre outros, acerca do tema, que entendemos ser um debate em aberto: a desvalorização da sociologia – e de resto, de todos os acontecimentos políticos e sociais do período histórico aqui em análise – só se sustenta com a desconsideração das contradições políticas e, principalmente, dos papéis possíveis aos atores e classes sociais de então diante das circunstâncias historicamente colocadas.

Retirando-os da perspectiva histórica e política, é possível concluir que não houve “revolução” em 1930, mas um acerto entre elites; que o salário mínimo e o conjunto de leis sociais foram formas de sufocar o proletariado e não fruto – ainda que não só – de décadas de disputas entre aqueles e a burguesia industrial nascente; que não existiram, enfim, classes, e que todos os acontecimentos políticos foram comandados pelo Estado, não obstante este tenha

sido a chave para a consolidação do capitalismo em todos os países capitalistas e não haveria de ser diferente aqui, apesar das peculiaridades das quais se revestiu este processo no Brasil.

Nosso espectro, no entanto, é outro, como procuramos demonstrar ao longo do trabalho. Os acontecimentos aqui estudados deram-se no influxo de diversas situações políticas e históricas que influenciaram de modo derradeiro os resultados alcançados e os caminhos seguidos, circunstâncias estas que não podem ser esquecidas ou relegadas sob pena de tornar irrelevantes todos os personagens que compuseram esta página da história recente brasileira, entre os quais Simonsen.

Afinal, por que outra razão senão a correlação de forças políticas para explicar o fato de que foi Simonsen, e não um deputado representante do proletariado, que fez inscrever na Constituição de 1934 o tema do padrão de vida no capítulo referente à ordem econômica, auxiliando a institucionalizar o que antes era uma “questão de polícia”?

O mesmo ocorre em relação à sociologia e seu caráter aplicado. Por qual outra razão deveria o currículo da ELSP inovar misturando ensino e pesquisa prática sobre as condições de vida dos trabalhadores não fosse esta exatamente a contradição política principal da época?

As respostas para estas perguntas procuramos demonstrar ao longo do trabalho, sendo o fundamento das hipóteses que defendemos: o tema das condições de vida era parte integrante do projeto industrialista na medida em que era também a principal discussão política dos anos 1930, tomados aqui em sentido *lato*. Sem abordar a temática da pobreza, que mais do que um discurso político era de fato um gravíssimo problema social, não seria possível a conversão do modo de acumulação agrário para o burguês por conta da falta de um proletariado que pudesse mover o novo ciclo de desenvolvimento que se avizinhava.

E Roberto Simonsen foi, sem dúvida, aquele que melhor capturou estas circunstâncias no seio de sua classe. Naturalmente, outras lideranças políticas tiveram papel de destaque no decorrer dos acontecimentos, mas se a burguesia industrial conseguiu fundamentar um projeto para o Brasil, esta fundamentação deu-se em muito pela atuação de Simonsen como líder de sua classe e como pensador dos problemas fundamentais do país.

E esta captura, como vimos, não se deu por oportunismo político, mas sim pela apoderação da temática pelo intelectual/empresário desde sua juventude, quando pôde comparar, por meio de seus estudos e de sua atuação profissional, a enorme discrepância social existente entre os países desenvolvidos e o Brasil e, nestes termos, a impossibilidade de nos incluirmos no ciclo do progresso enquanto a miséria fosse a marca de nosso povo.

Foi com esta bagagem intelectual que Simonsen ingressou no debate pela industrialização, que entendia ser a forma mais avançada naquele momento para a superação

da pobreza e elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Sendo a pobreza um problema oriundo de nosso antigo modelo de acumulação agroexportador, que gerava riquezas insuficientes para o conjunto das necessidades brasileiras, o que serviu para os países centrais haveria de servir para o nosso: superar tal modelo, rumando para a industrialização, abriria uma nova etapa de progresso ao país.

A história demonstrou que Simonsen estava certo, bem como que parte de suas ideias se concretizaram, parte não.

Do ponto de vista das condições de vida, passados oitenta e cinco anos após as formulações de Simonsen feitas em “Orientação Industrial Brasileira”, de 1928, a pobreza e a miséria são até hoje uma característica marcante do povo brasileiro, a ponto de o principal programa do atual governo, já há dez anos, ser composto por investimentos em auxílios financeiros para a diminuição de indivíduos em situação de pobreza absoluta.

Em outras palavras, em algum lugar no meio da jornada desenvolvimentista que deu certo, mas não enriqueceu o país nem seu povo, algo se perdeu, a ponto de, até hoje, melhorar as condições de vida seja a principal política pública nacional.

Em comum com o tempo pretérito está o fato de que, antes como agora, a busca do Brasil é por ser um país desenvolvido, grande, livre. E talvez seja esta a chave para compreender porque as abundantes riquezas naturais e as produzidas pelo esforço de gerações não foram aplicadas no enriquecimento de nosso povo do modo e na intensidade pretendida por Simonsen, que se apoiava na certeza de que tal distribuição era a principal, senão única, justiça social possível. Não se tratava de igualar as classes, mas de não permitir que a ampla maioria da população vivesse em condições quase cinquenta vezes pior que as dos trabalhadores americanos, como vimos ao longo desse texto.

E tal como antes, a razão principal é a dependência econômica. Não foi por acaso que o intelectual/empresário, na fase final de suas obras, chamou a atenção para a atuação das grandes potências capitalistas em relação aos países do então “terceiro mundo”: a seguir pelo caminho traçado após a Segunda Guerra, o que seria acentuado nas nações latinas era a pobreza e a dependência. E foi exatamente o que o ocorreu e ocorre.

Ainda hoje, como vimos, a parte principal de nossos resultados econômicos vai para o exterior, seja pela via dos juros, seja pela via das remessas, situações estas que devem causar aos mais experientes sensação de *déjà vu*, pois já foram ditas e debatidas à exaustão em tempos passados, mas ainda persistem.

E esta persistência é, em nosso ver, a causa deste desenvolvimento amputado que assola o Brasil desde os tempos em que Simonsen sonhava com a justiça social internacional.

Antes, a dependência econômica impedia que mantivéssemos um parque produtivo que nos dotasse de condições para romper com a condição periférica subdesenvolvida. Atualmente, os frutos de nossa produção é que nos são retirados.

Assim, a ideia de Simonsen de que o Brasil só será um país realmente desenvolvido quando dominar por completo suas riquezas está mais viva do que nunca.

E cabe a nós explorarmos esta herança.

BIBLIOGRAFIA

a) Obras de Roberto Simonsen

SIMONSEN, Roberto. **Os melhoramentos municipais de Santos**. São Paulo: sem editora, 1912.

_____. **O trabalho moderno**. São Paulo: Seção de Obras do “Estado”, 1919.

_____. **O calçamento de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Brasil, 1923.

_____. **Orientação industrial brasileira**. São Paulo: São Paulo Editora Ltda., 1928.

_____. **As crises no Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora Ltda., 1930.

_____. **A construção dos quartéis para o Exército**. São Paulo: sem editora, 1931.

_____. **As finanças e a indústria**. São Paulo: São Paulo Editora, 1931.

_____. **À margem da Profissão – discursos, conferências e publicações**. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

_____. **Rumo à verdade**. São Paulo: São Paulo Editora, 1933.

_____. **Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras**. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

_____. **Aspectos da política econômica nacional**. São Paulo: sem editora, 1935.

_____. **A indústria em face da economia nacional**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937.

_____. **Aspectos da história econômica do café**. São Paulo: sem editora, 1938.

_____. **A evolução industrial do Brasil**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939.

_____. **Níveis de vida e a economia nacional**. São Paulo: sem editora, 1940a.

_____. **Recursos Econômicos e movimentos das populações**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940b.

_____. O problema da habitação econômica. In: **Anais da Jornada da Habitação Econômica – Revista do Arquivo Municipal LXXXII**. São Paulo: Departamento de Cultura: IDORT, 1942.

_____. **Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos.** São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1943.

_____. **Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra – geografia e política industrial.** São Paulo: FIESP, 1943.

_____. **A engenharia e a indústria.** São Paulo: FIESP, 1944.

_____. **Elos da indústria.** São Paulo: FIESP, 1944.

_____. **A agricultura e a indústria.** São Paulo: FIESP, 1944.

_____. **Planificação da economia brasileira – parecer apresentado ao CNPIC.** São Paulo: FIESP, 1944.

_____. **O planejamento da economia brasileira – réplica ao Sr. Eugênio Gudín.** São Paulo: sem edição, 1945.

_____. **A indústria e seus problemas econômicos e sociais.** São Paulo: FIESP, 1945.

_____. **Roosevelt.** São Paulo: Edigraf, 1945.

_____. **Recepção de Roberto Simonsen na Academia Brasileira de Letras.** São Paulo: sem editora, 1947.

_____. **As atividades do serviço social da indústria do estado de São Paulo.** São Paulo: Gráfica Siqueira, 1947.

_____. **O problema Social no Brasil.** São Paulo: SESI, 1947.

_____. **Discursos pronunciados pelo Senador Roberto Simonsen no Senado Federal - ano de 1947.** São Paulo: Divisão de Estudos e Planejamento/SESI, Coleções Especiais.

_____. **As classes produtoras do Brasil e o Partido Comunista.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. **Sugestões para uma política econômica pan-americana: problemas do desenvolvimento econômico latino-americano.** Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1947.

_____. **O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina.** Rio de Janeiro: sem editora, 1947.

_____. **A situação econômica da América Latina e suas possibilidades em face do Plano Marshall** (Contribuição para conferência interamericana de Bogotá). São Paulo: Departamento de Economia Industrial, 1948.

_____. **La doctrina Simonsen de um derecho internacional social**. São Paulo: CIESP; FIESP, 1948.

_____. **O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: sem editora, 1949.

_____. **Simonsen e a operação Pan-Americana**. São Paulo: CIESP; FIESP, 1958.

_____. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. (Seleção e notas de Edgard Carone). São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.

_____. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional: Brasília: INL, 1977.

b) Demais obras

ANTONACCI, Maria Antonia Martinez. Institucionalizar Ciência e Tecnologia – em torno da Fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.7, n. 14, p.59-78, mar/ago, 1987.

AUDITORIA CIDADÃ. **Dados de execução do orçamento do Governo Federal no ano de 2012**. Disponível em www.auditoriacidada.org.br. Acessado em 09 de agosto de 2013.

BASTOS, Humberto. **O Pensamento Industrial no Brasil**. São Paulo: Martins Editora, 1952.

BERLINK, Cyro. **Roberto Simonsen: a indústria, as ciências sociais e a realidade brasileira**. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1948.

_____. **Comemorações do 40º aniversário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. Ciências Políticas e Sociais, São Paulo, v.2, n.3, setembro de 1964.

_____. Liderança e liberdade. **Revista Sociologia – Revista dedicada à teoria e à pesquisa nas ciências sociais**. São Paulo: Sociologia e Política, v. 26, setembro de 1964, p. 281-305.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOAS, Gláucia Villas. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, Anpocs, n. 44, 1997, p. 73-80.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A família na obra de Frédéric Le Play. **Dados** [online]. 2002, vol.45, n.3, p. 513-544. ISSN 0011-5258. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582002000300007>>. Acesso em 02 mai. 2013.

CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. **Revista Tempo Social**. São Paulo: Departamento de Sociologia da FFLCH da USP, v. 18, n. 01, 2006, p. 271-301.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1972.

CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua obra. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro: 11(4), p. 23-28, out/dez, 1971.

_____. **O pensamento industrial no Brasil. 1880-1945**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

_____. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra/CIERJ, 1978.

_____. **A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: SENAC, 2001.

CASTRO, Josué. **As condições de vida das classes operárias do Recife**. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, v. 18, 1935, p.167-178.

CEPEDA, Vera. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses**. 2004. Tese. Doutorado em Ciência Política – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Estado, Democracia e Nação na teoria do subdesenvolvimento**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Economia Política, junho de 2007. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/_861_d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf>. Acesso em 30 set. 2009.

_____. **O problema do moderno no pensamento de Roberto Simonsen: crítica ao liberalismo e a questão nacional**. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, sem paginação.

COLISTETE, Renato Perim. **A força das idéias: a CEPAL e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950**. In: *História Econômica & História de Empresas*, v. X, 2006, p. 123-153.

CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (Org.). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; SAES, Alexandre Macchione. **Roberto Simonsen e Wladimir Woytinsky no período entreguerras: um ambiente de questionamento à ortodoxia**. In: XL Encontro Nacional de Economia, 2012, Porto de Galinhas. Anais do XL Encontro Nacional de Economia, 2012. v. 1. p. 1-20.

DAVIS, Horace. Padrão de Vida dos Operários da cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v.13, 1935, p. 111-166.

DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil**. Editora Sociologia e Política: São Paulo, 2008.

_____. **O ensino superior e as elites paulistas: os casos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Escola Livre de Sociologia e Política**. 2013, mimeo.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DOELLINGER, Carlo Von. **A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira – introdução**. 3ª edição, Brasília: IPEA, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão Social do Trabalho**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. **Manifesto de Fundação**. São Paulo, 1933. Disponível em <http://www.fespsp.org.br/Mantenedora/Manifesto_de_Fundacao_da_Escola.htm>. Acesso em 30 set. 2009.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONSECA, Aníbal Freire. **Filinto de Almeida e Roberto Simonsen. Notas bibliográficas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1952.

FRANCO, Edda Di. **Roberto Simonsen: vida cotidiana**. São Paulo: SESI, 1960.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

FREITAS, Moacir Junior. **Roberto Simonsen e Raul Prebisch: intersecções**. São Paulo: 35º Encontro Nacional da ANPOCS, 2011, disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1145&Itemid=353> Acesso em 02 mai. 2013.

_____. A contribuição de Roberto Simonsen para a institucionalização da sociologia aplicada no Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v.3, n.1, 2010.

FRITSCH, Winston. 1924. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 10, n. 3, 1980.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: Edusc/ANPOCS, 2004.

ISTO É DINHEIRO. **Roberto Simonsen: o pioneiro que levou a indústria brasileira para a idade moderna**. SP, Três, 1998.

JORNAL HORA DO POVO. Disponível em www.horadopovo.com.br. Acessado em 09 de agosto de 2013.

LEME, Marisa Saenz. **A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LE PLAY, Frédéric. **Les Ouvriers européens. Étude sur les travaux, la vie domestique et la condition morale des populations ouvrières de l'Europe**. Paris: Imprimerie Impériale, 1876.

LIMA, Heitor Ferreira. **Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento**. São Paulo: Edaglit, 1963.

_____. **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LIMA, Alceu Amoroso. **O Problema do Trabalho (Ensaio de Filosofia Econômica)**. Rio de Janeiro: Agir, 1942.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

LOWRIE, Samuel. Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da Limpeza Pública da municipalidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 51, 1938, p.183-310.

MANOÏLESCO, Mihail. **Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional**. RJ: Capax Dei, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação**. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004a.

MAZA, Fábio. Ciência e tecnologia no pensamento de Roberto Simonsen. **GUANICUNS – Revista da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns**, FECHA/FEA – Goiás, 01, 133-158, 2004b.

MEUCCI, Simone. Os quartéis, o Estado e a empresa: notas sobre Roberto Simonsen e os dilemas da racionalização institucional no Brasil. Trabalho apresentado no **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 28 a 31 de julho de 2009. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/12_6_2009_0_7_40.pdf>. Acesso em 20 ago. 2009.

MENDONÇA, Marina Gusmão. **A formação intelectual de Celso Furtado**. In: Corsi; Camargo (Org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010, p. 1-20.

MOORE JR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1967.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. **Direito do Trabalho e Democracia Social (O Problema da Incorporação do Trabalhador no Estado)**. São Paulo: José Olímpio, 1951.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, 1949.

SCHUMPETER, J. **Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. New York, London: McGraw-Hill, 1939

VIEIRA, Rosângela de Lima. A presença da história no pensamento de Celso Furtado. In: CORSI, Camargo (Org). **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010, p. 41-52.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato (Um estudo comparativo a partir da Fronteira em movimento)**. São Paulo: Difel, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva. Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2. ed. 2004.

_____. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **A Travessia: da abertura à Constituinte 86**. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.